

**CONDIÇÕES DE VIDA
E INSERÇÃO LABORAL
DOS IMIGRANTES EM
PORTUGAL:
EFEITOS DA CRISE DE 2007-2008**

**ALINA ESTEVES (COORD.)
ANA ESTEVENS
ANSELMO AMÍLCAR
JENNIFER MCGARRIGLE
JORGE MALHEIROS
LUÍS MORENO
MARIA LUCINDA FONSECA
SÓNIA PEREIRA**

60

FEVEREIRO 2017

CONDIÇÕES DE VIDA E INSERÇÃO LABORAL DOS IMIGRANTES EM PORTUGAL: EFEITOS DA CRISE DE 2007-2008

**ALINA ESTEVES (COORD.)
ANA ESTEVENS
ANSELMO AMÍLCAR
JENNIFER MCGARRIGLE
JORGE MALHEIROS
LUÍS MORENO
MARIA LUCINDA FONSECA
SÓNIA PEREIRA**

ESTEVES, Alina e outros

Condições de vida e inserção laboral dos imigrantes em Portugal: efeitos da crise de 2007-2008

Alina Esteves ... [et al.]. – 1ª ed. – (Estudos 60)

ISBN 978-989-685-084-5

I – ESTEVES, Alina e outros

CDU 316

PROMOTOR

OBSERVATÓRIO DAS MIGRAÇÕES (OM)

www.om.acm.gov.pt/om@acm.gov.pt

COORDENADORA DO OM

CATARINA REIS DE OLIVEIRA

AUTORES

ALINA ESTEVES (COORD.)

ANA ESTEVENS

ANSELMO AMILCAR

JENNIFER MCGARRIGLE

JORGE MALHEIROS

LUÍS MORENO

MARIA LUCINDA FONSECA

SÓNIA PEREIRA

EDIÇÃO

ALTO COMISSARIADO PARA AS MIGRAÇÕES, I.P. (ACM, I.P.)

RUA ÁLVARO COUTINHO, 14, 1150-025 LISBOA

TELEPHONE: (00351) 21 810 61 00 FAX: (00351) 21 810 61 17

E-mail: om@acm.gov.pt

EXECUÇÃO GRÁFICA

CMVA Print

PRIMEIRA EDIÇÃO

750 EXEMPLARES

ISBN

978-989-685-084-5

DEPÓSITO LEGAL

????????

LISBOA, FEVEREIRO 2017

ÍNDICE GERAL

PRÉÂMBULO	9
NOTA DE ABERTURA	11
NOTA DA COORDENADORA DO OM	13
CONDIÇÕES DE VIDA E INSERÇÃO LABORAL DOS IMIGRANTES EM PORTUGAL: EFEITOS DA CRISE DE 2007-2008	15
AGRADECIMENTOS	17
INTRODUÇÃO	19
CAP. 1. ENQUADRAMENTO DO ESTUDO, OBJETIVOS E METODOLOGIA	21
1. OBJETO DE ESTUDO E QUESTÕES DE PARTIDA	22
2. OBJETIVOS DA INVESTIGAÇÃO	27
3. TERRITÓRIOS EM ESTUDO: ÁREA METROPOLITANA DE LISBOA, ALENTEJO (ODEMIRA) E ALGARVE	27
4. AS FONTES DE INFORMAÇÃO UTILIZADAS E AS SUAS LIMITAÇÕES	34
4.1. Limitações associadas a opções analíticas e às fontes existentes	37
5. O PROCESSO DE RECOLHA DIRETA DE INFORMAÇÃO	39
5.1. Aplicação de inquérito por questionário	39
5.2. Realização de entrevistas semi-estruturadas	46
CAP. 2. CONTEXTUALIZAÇÃO DO ESTUDO: IMIGRAÇÃO E ECONOMIA	49
1. ECONOMIA E POLÍTICA EM CONTEXTO DE CRISE	56
1.1. Breves notas sobre a natureza da crise	56
1.2 O contexto político da crise	59
2. EFEITOS DA CRISE NO TRABALHO IMIGRANTE	61
2.1. Evolução dos fluxos de imigração	72
2.2. Modificações recentes no quadro legal para estrangeiros residentes	82

CAP. 3. CRISE ECONÓMICA, IMIGRAÇÃO E MERCADO DE TRABALHO.	
INSERÇÃO LABORAL DOS IMIGRANTES EM PORTUGAL: O QUE SE SABE	85
1. RETRATOS DO TRABALHO IMIGRANTE: HISTÓRIAS DE PRECARIIDADE	85
2. ANÁLISE DOS GRUPOS DE NACIONALIDADES DE IMIGRANTES	94
2.1. Imigrantes originários dos PALOP	95
2.2. Imigrantes do Brasil	96
2.3. Imigrantes de países do Leste da Europa	98
2.4. Imigrantes de países asiáticos	100
3. NOVOS CONTRIBUTOS PARA O CONHECIMENTO DA SITUAÇÃO LABORAL DOS IMIGRANTES EM 3 REGIÕES: AML, ODEMIRA E ALGARVE	103
3.1. Condição perante a atividade económica	105
3.2. Situação na profissão	120
3.3. Escalões remuneratórios e jornadas de trabalho	129
4. RESPOSTAS FACE À CRISE	136
4.1. As respostas institucionais recentes	136
4.2. As respostas e os recursos dos imigrantes à crise: estratégias adotadas	139
CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES: UM OLHAR CRÍTICO	147
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	159
ANEXOS	173
ANEXO I. INQUÉRITO	173
ANEXO II. ENTREVISTAS REALIZADAS	186
ANEXO III. GUIÕES DE ENTREVISTA AOS PERITOS E INFORMANTES PRIVILEGIADOS	186
ANEXO IV. ENTREVISTA ÀS ASSOCIAÇÕES DE IMIGRANTES	187
ANEXO V. ENTREVISTA ÀS EMPRESAS HORTIFRUTÍCOLAS DO CONCELHO DE ODEMIRA	187
ANEXO VI. ENTREVISTA ÀS CÂMARAS MUNICIPAIS	188

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Quadro resumo das variáveis utilizadas e respetivas fontes	36
Tabela 2. Amostra de cidadãos nacionais de países terceiros a inquirir segundo a nacionalidade	41
Tabela 3. Amostra de cidadãos nacionais de países terceiros inquiridos segundo a nacionalidade	42
Tabela 4. Desemprego registado em Portugal Continental, nos Centros do IEF, 2003, 2008, 2011 e 2014	67
Tabela 5. Taxa de discrepância da remuneração base média e do ganho médio entre a totalidade dos trabalhadores por conta de outrem e os trabalhadores por conta de outrem estrangeiros, 2013 (%)	93
Tabela 6. Principal fonte de rendimento dos inquiridos nas três regiões em estudo (%)	109
Tabela 7. Situação atual dos inquiridos segundo o sexo (%)	111
Tabela 8. Taxa de desemprego segundo as nacionalidades mais numerosas nos três territórios em estudo (%)	112
Tabela 9. Taxa de desemprego segundo o ano de chegada a Portugal nos territórios em estudo (%)	113
Tabela 10. Há quanto tempo os inquiridos desempregados tiveram o último trabalho, segundo as nacionalidades mais numerosas nas 3 regiões em estudo (%)	115
Tabela 11. Tempo até começar a trabalhar segundo o ano de chegada a Portugal nas 3 regiões em estudo (%)	117
Tabela 12. Trajetória laboral um ano após ter chegado a Portugal segundo o sexo nas 3 regiões em estudo (%)	117
Tabela 13. Trajetória laboral um ano após ter chegado a Portugal segundo as 3 regiões em estudo (%)	118
Tabela 14. Trajetória laboral um ano após ter chegado a Portugal segundo o ano de chegada nas 3 regiões em estudo (%)	119
Tabela 15. Importância dos grupos 5, 6, 7 e 9 da Classificação Portuguesa das Profissões (2010) entre algumas nacionalidades de inquiridos nas três regiões em análise (%)	124
Tabela 16. Grau de instrução da população inquirida segundo alguns grupos de profissões nas 3 regiões em estudo (%)	127
Tabela 17. Valor mensal do rendimento global auferido entre algumas nacionalidades de inquiridos cuja principal fonte de rendimento é o salário do trabalho dependente nas três regiões em análise (%)	131
Tabela 18. Regime horário de trabalho dos inquiridos que trabalham nas 3 regiões em estudo (%)	135
Tabela 19. Escalão de horas de trabalho dos inquiridos que trabalham nas 3 regiões em estudo (%)	136

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1. Taxa de desemprego em Portugal, na UE28 e na UE15, 1995-2014	63
Gráfico 2. Valor médio das remunerações mensais dos beneficiários portugueses e de alguns nacionais de países terceiros recebendo prestações de desemprego, 2004-2014 (euros)	68
Gráfico 3. Número de desempregados sem prestações de desemprego e taxa de cobertura das prestações de desemprego	71
Gráfico 4. Evolução da população estrangeira em território nacional, 1980-2014	73
Gráfico 5. Número de cidadãos estrangeiros com presença regularizada em Portugal, segundo os continentes de nacionalidade, 1974-2014	74
Gráfico 6. Fluxos de entrada em Portugal segundo o sexo, 2000-2014	79
Gráfico 7. Aquisições de nacionalidade portuguesa, 2000-2013	80
Gráfico 8. Evolução de algumas comunidades do continente asiático, 2001-2014	81
Gráfico 9. População residente em Portugal, com ≥ 15 anos, por principal meio de vida e grandes grupos de nacionalidades, 2011 (%)	86
Gráfico 10. População empregada em Portugal, nos principais grupos de atividade económica (CAE Rev.3), segundo a nacionalidade e grupos de nacionalidades (%), 2011	87
Gráfico 11. Grau de instrução em Portugal segundo a nacionalidade e grupos de nacionalidades, 2011 (%)	89
Gráfico 12. População empregada em Portugal nos grupos 5, 7 e 9 de profissões (CPP2010), segundo a nacionalidade e grupos de nacionalidades, 2011 (%)	91
Gráfico 13. População empregada em Portugal segundo a situação na profissão e a nacionalidade ou grandes grupos de nacionalidades, 2011 (%)	92
Gráfico 14. Escalão de horas de trabalho da população empregada em Portugal segundo a nacionalidade ou grandes grupos de nacionalidades, 2011 (%)	94
Gráfico 15. População residente na AML, com > 15 anos, por principal meio de vida e grandes grupos de nacionalidades (%), 2011	106
Gráfico 16. População residente no Algarve, com ≥ 15 anos, por principal meio de vida e grandes grupos de nacionalidades (%), 2011	107
Gráfico 17. População residente no Alentejo, com ≥ 15 anos, por principal meio de vida e grandes grupos de nacionalidades (%), 2011	108
Gráfico 18. População empregada na AML nos grupos 5, 7 e 9 de profissões (CPP2010), segundo a nacionalidade e grupos de nacionalidades (%), 2011	120

Gráfico 19. População empregada no Alentejo nos grupos 5, 7 e 9 de profissões (CPP2010), segundo a nacionalidade e grupos de nacionalidades (%), 2011	122
Gráfico 20. População empregada no Algarve nos grupos 5, 7 e 9 de profissões (CPP2010), segundo a nacionalidade e grupos de nacionalidades (%), 2011	123
Gráfico 21. Grau de instrução na AML, segundo a nacionalidade e grupos de nacionalidades, 2011 (%)	125
Gráfico 22. Grau de instrução no Alentejo, segundo a nacionalidade e grupos de nacionalidades, 2011 (%)	126
Gráfico 23. Grau de instrução no Algarve, segundo a nacionalidade e grupos de nacionalidades, 2011 (%)	127
Gráfico 24. Remunerações médias mensais base (euros) por nacionalidade, dos trabalhadores por conta de outrem a tempo completo com remuneração completa no período de referência (outubro 2013), no Continente + RAM, NUT II de Lisboa, Alentejo e Algarve	130
Gráfico 25. Escalão de horas de trabalho da população empregada na AML, segundo a nacionalidade ou grandes grupos de nacionalidades, 2011 (%)	132
Gráfico 26. Escalão de horas de trabalho da população empregada no Algarve, segundo a nacionalidade ou grandes grupos de nacionalidades, 2011 (%)	133
Gráfico 27. Escalão de horas de trabalho da população empregada no Alentejo, segundo a nacionalidade ou grandes grupos de nacionalidades, 2011 (%)	135

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Localização dos territórios em estudo	28
Figura 2. População estrangeira residente em Portugal por 1000 habitantes em 2011	29
Figura 3. Peso da população estrangeira em Portugal na população residente, 2011 (%)	31
Figura 4. Caracterização da amostra na AML	43
Figura 5. Caracterização da amostra em Odemira	44
Figura 6. Caracterização da amostra no Algarve	45

ACRÓNIMOS E ABREVIATURAS

ACIDI - Alto Comissariado para a Imigração e o Diálogo Intercultural
ACM - Alto Comissariado para as Migrações
AML - Área Metropolitana de Lisboa
AP - Autorização de Permanência
ARI - Autorização de Residência para Atividade de Investimento

BCE - Banco Central Europeu
CAE - Classificação das Actividades Económicas
CE - Comissão Europeia
CEE - Comunidade Económica Europeia
CLAIL - Centro Local de Apoio à Integração de Imigrantes
CLAIM- Centro Local de Apoio à Integração de Migrantes
CNAIM- Centro Nacional de Apoio à Integração de Migrantes
CPP - Classificação Portuguesa das Profissões
CNAI - Centro Nacional de Apoio ao Imigrante
IEFP - Instituto do Emprego e Formação Profissional
EEE - Espaço Económico Europeu
FEINPT - Fundo Europeu para a Integração de Nacionais de Países Terceiros
FMI - Fundo Monetário Internacional
GAEM - Gabinete de Apoio ao Empreendedor Migrante
GAIS - Gabinete de Apoio ao Imigrante Sobre-endividado
GIP - Gabinete de Inserção Profissional
MECPE - Memorando de Entendimento sobre as Condicionalidades de Política Económica
NUT - Nomenclatura das Unidades Territoriais para fins Estatísticos
ONG - Organização Não Governamental
OCDE / OECD - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
OIM / IOM - Organização Internacional para as Migrações
PALOP - Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa
PIB - Produto Interno Bruto
PME - Pequena e Média Empresa
PNB - Produto Nacional Bruto
RAM - Região Autónoma da Madeira
RIFA - Relatório de Imigração, Fronteiras e Asilo
RSI - Rendimento Social de Inserção
SASE - Serviço de Ação Social Escolar
SEF - Serviço de Estrangeiros e Fronteiras
SS - Segurança Social
UE - União Europeia
UEM - União Económica e Monetária
URSS - União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
VBP - Valor Bruto de Produção
VLD - Visto de Longa Duração

PREÂMBULO

A integração no mercado de trabalho representa uma das mais estruturantes dimensões da integração das pessoas imigrantes nas sociedades de acolhimento e o presente estudo tem o mérito de se debruçar sobre o tema, acrescentando-lhe uma perspetiva que importava aprofundar – a inserção laboral em contexto de crise económica e social.

O emprego configura-se como estrutura fundamental de integração, contribuindo para o reforço de laços de pertença, do sentimento de inclusão e do reforço identitário, para além da segurança económica e financeira decisiva para a vida das pessoas imigrantes.

Portugal tem assistido, nos últimos dois anos, a um período de estabilidade política e de paz social, acompanhado de um importante crescimento económico. Contudo, estudar e analisar o impacto das crises económicas e sociais na vida das pessoas imigrantes, obriga-nos a refletir sobre as políticas públicas, sobre a sua eficácia e eficiência no quotidiano das comunidades, em particular em tempos de adversidade, onde as vulnerabilidades tenderam a acentuar cenários de privação.

Não é em vão que constatamos que, em contexto de crise, as pessoas imigrantes representam sempre a percentagem da população que mais sofre as suas consequências e impactos, agravados pela fragilidade face ao desemprego e decorrente desproteção, ou pelos constrangimentos resultantes de trabalhos flexíveis, precários e pouco qualificados, pela ausência do domínio da língua, pelos desajustes decorrentes da sobre qualificação, ou ainda pela divergência de salários face a pessoas nacionais (5% mais baixos que a generalidade das remunerações de portugueses), entre outros fatores.

Ora a Estratégia de Desenvolvimento Sustentável da União Europeia reconhece o contributo da imigração para responder aos desafios que se colocam face aos cenários demográficos da Europa em geral, e de Portugal em particular.

Com uma população estrangeira que ronda os cerca de 4% do total da população residente, em Portugal esta população tem sido responsável pelo aumento de efetivos em idade ativa, com uma grande concentração nas idades entre os 20 e 49 anos (61,5%); o que não se verifica na população de nacionalidade portuguesa que regista percentagens mais baixas no mesmo intervalo de idades (38,5%), daqui decorrendo uma taxa de atividade de 61%, superior à taxa de atividade das pessoas portuguesas (47%).

Paralelamente, a taxa de variação de empregadores/as estrangeiros/as (+7,2%) foi igualmente superior à registada para os/as portugueses/as (0,4%), revelando o potencial da população migrante em idade ativa, também, ao nível da sua capacidade empreendedora.

Financiado pelo Fundo Europeu para a Integração de Nacionais de Países Terceiros, o presente estudo decorre de um aviso lançado pelo Alto Comissariado para as Migrações, importando divulgar as suas recomendações, em particular junto de todos os agentes que têm responsabilidades na execução do Plano Estratégico para as Migrações (2015-2020), para cujo efeito as conclusões aqui tecidas podem sugerir pistas interessantes.

ROSA MONTEIRO

SECRETÁRIA DE ESTADO PARA A CIDADANIA E A IGUALDADE

NOTA DE ABERTURA

Este estudo, o volume 60 da Coleção de Estudos do Observatório das Migrações, foi desenvolvido com cofinanciamento do Fundo Europeu para a Integração de Nacionais de Países Terceiros (FEINPT) e tem um objetivo que se enquadra diretamente tanto na missão desse fundo como na do próprio Alto Comissariado para as Migrações (ACM), ou não fosse a inserção laboral um pilar fundamental da integração dos nacionais de países terceiros.

Tratava-se aqui de compreender os efeitos que a crise da dívida pública da Zona Euro terá tido sobre a imigração, tanto em termos de fluxos de entrada e saída como em termos de outras respostas adaptativas protagonizadas pelos próprios imigrantes face à conjuntura que então se fazia sentir. A questão de partida para este estudo encontra-se pois imbricada com a atividade quotidiana do ACM, sobretudo a dos gabinetes que laboram nos Centros Nacionais de Apoio à Integração de Migrantes (CNAIM) para assistir os seus clientes no reforço da sua empregabilidade e empreendedorismo, nomeadamente o Gabinete de Apoio ao Emprego (GAE) e, mais recentemente, o Gabinete de Apoio ao Empreendedor Migrante (GAEM).

A maioria das pessoas que imigram para Portugal desempenha trabalhos modestos e de baixos rendimentos. Não é pois de estranhar que os imigrantes tenham sido mais vulneráveis do que a população em geral à conjuntura adversa que se observou durante os anos da crise. Os autores sugerem que as formas como os imigrantes lidaram com essas dificuldades envolveram, antes de mais, a mobilização de poupanças e, também, o recurso à entreajuda, com base em redes sociais que passam quer por Portugal quer pelo país de origem. Este retrato sugere que os seus recursos terão sido depauperados e que os imigrantes levarão ainda algum tempo a recuperar os seus níveis de poupança e a tenacidade que daí decorre.

A remigração para um outro país ou o retorno ao país de origem podem também ter sido formas de adaptação à crise. Na medida em que não há recolha de dados oficial nem os seus protagonistas estão já disponíveis para serem entrevistados, a remigração escapa à observação direta.

Quanto ao retorno, as estatísticas oficiais relativas ao programa de retorno voluntário assistido evidenciam que em 2012 se atingiu o máximo histórico de tais retornos (753). Desde então, instalou-se uma acentuada tendência de queda (foram 68 em 2016). É certo que estes dados não lançam luz sobre os retornos que se tenham efetuado sem recurso ao programa. Contudo, se levarmos também em consideração que os totais anuais de aquisições de nacionalidade portuguesa, divulgados pelo Observatório das Migrações (OM) na sua recente publicação Acesso à Nacionalidade Portuguesa: 10 anos da Lei em Números, subtraem diretamente ao número de estrangeiros residentes, o recurso às figuras da remigração e do retorno para explicar a queda desta última estatística observada durante os anos da crise pode ser bastante mitigado.

Cabe-me pois encerrar esta nota de abertura com um sincero agradecimento à equipa de autores, coordenada pela Professora Doutora Alina Esteves, pelo seu contributo para a reflexão sobre este tema.

PEDRO CALADO

ALTO-COMISSÁRIO PARA AS MIGRAÇÕES

NOTA DA COORDENADORA DO OM

O fim da primeira década do século XXI ficou muito marcado pela situação económica e financeira de Portugal, tendo os imigrantes sofrido alguns dos maiores impactos da crise do país: aumento do risco de pobreza, aumento da situação de privação, diminuição das oportunidades de trabalho, crescimento da precarização das relações laborais e da fragilidade contratual, aumento global do desemprego no contexto nacional, aumento da distância das suas remunerações face aos trabalhadores portugueses, entre outros (Oliveira e Gomes, 2017).

Complementar a estas tendências, verificou-se que nestes anos os imigrantes residentes encontraram mecanismos de reação à crise. Desde logo, face à falta de trabalho no país, criaram o seu próprio emprego (gerando ainda emprego para outros), aumentando neste período (e contrariamente ao observado para os portugueses) o número de empregadores estrangeiros (Oliveira, 2014). Observaram-se também algumas mudanças na importância relativa dos trabalhadores estrangeiros em certos grupos profissionais: reagindo ao aumento do desemprego exatamente nas atividades económicas em que se encontravam inseridos (e.g. construção), os trabalhadores estrangeiros tenderam a mudar de atividades económicas e grupos profissionais.

Este volume 60 da Coleção de Estudos do Observatório das Migrações, com coordenação exímia da Professora Doutora Alina Esteves, procurou exatamente – e de forma inédita – compreender melhor não apenas os impactos desta crise nas condições de vida e inserção laboral dos imigrantes em Portugal, averiguando a extensão e a gravidade das situações de exclusão social e pobreza; como também estudar as respostas e recursos mobilizados pelos imigrantes para enfrentar a crise. Para alcançar estes objetivos exigentes a equipa adotou uma metodologia extensiva, aplicando um inquérito por questionário a uma amostra representativa da população imigrante (600 questionários), distinguindo os efeitos da crise e os mecanismos de reação à crise por grandes grupos de nacionalidades, assumindo que a população imigrante residente no país não é um todo homogéneo, não sendo afetada nem reagindo de forma análoga. Os resultados deste inquérito por questionário tornaram bastantes consistentes as conclusões e

recomendações que advieram deste exercício analítico, nomeadamente ao nível das condições do mercado de trabalho português, dos serviços públicos nacionais, do enquadramento legal e regularização dos imigrantes, e ao nível da cooperação internacional com os países de origem.

Resulta, pois, num muito atual e inédito trabalho que se recomenda vivamente a leitura, estando a equipa de parabéns pelo contributo impar para a ciência e para o conhecimento factual da realidade para melhor definição de política pública e de mecanismos de reação à crise.

CATARINA REIS DE OLIVEIRA

COORDENADORA DO OBSERVATÓRIO DAS MIGRAÇÕES

CONDIÇÕES DE VIDA E INSERÇÃO LABORAL DOS IMIGRANTES EM PORTUGAL: EFEITOS DA CRISE DE 2007-2008

AGRADECIMENTOS

A equipa de investigação do Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa gostaria de expressar os seus agradecimentos a um conjunto de pessoas e entidades que tornaram possível este trabalho, nomeadamente ao Alto Comissariado para as Migrações. Ao Senhor Alto-comissário, Dr. Pedro Calado e à Coordenadora do Observatório das Migrações, Doutora Catarina Reis Oliveira, estamos gratos pelo interesse demonstrado pelo projeto.

Queremos também deixar o nosso agradecimento aos peritos e informantes privilegiados que muito incrementaram o nosso conhecimento sobre o tema fornecendo, através de entrevistas, uma reflexão crítica sobre a crise económica, os seus efeitos no mercado de trabalho nacional e os impactes na inserção laboral dos imigrantes. Assim, gostaríamos de agradecer a Alexandre Abreu (CEG / CEsa / CSG-ISEG, Universidade de Lisboa), João Peixoto (ISEG, Universidade de Lisboa) e Pedro Góis (CES, Universidade de Coimbra).

O nosso agradecimento é também devido a Alberto Matos (SOLIM, Delegação do Alentejo), Eugénia Quaresma (Obra Católica das Migrações), Fernando Ka (Aguineenso), Gustavo Behr (Casa do Brasil), Mário Carvalho (Associação Cabo-Verdiana de Lisboa), Mahomed Abed (Comunidade Islâmica de Lisboa), Patrícia Brederode (Casa do Brasil), Paulo Mendes (AIPA), Pavlo Sadokha (Associação dos Ucríanos em Portugal), Rana Udin (Portugal-Bangladesh Friendship Association), Sanda Ciorba (Associação Doina, Almancil) e Valentina Vassilenko (Casa da Ucrânia), pois os seus conhecimentos profundos sobre as condições de vida das diversas comunidades a residirem em Portugal, assim como dos apoios prestados aos imigrantes, foram essenciais para complementar a informação recolhida através dos inquéritos.

As alterações nas condições do mercado de trabalho, principalmente ao nível da legislação laboral, foram-nos transmitidas com uma visão apurada por Catarina Tavares (UGT) e Manuel Correia (CGTP), a quem agradecemos as entrevistas que nos concederam.

No município de Odemira estamos gratos à Senhora Vereadora Deolinda Seno Luís e à sua equipa, nomeadamente a Ana Paula Correia (Coordenadora do Plano Municipal para a Integra-

ção dos Imigrantes), e no Município de Loulé, a Sandra Vaz (Chefe de Divisão de Intervenção Social e Voluntariado) pela partilha de informação sobre os respetivos Planos Municipais para a Integração dos Imigrantes.

Ainda ao nível das entidades locais, as entrevistas que nos foram concedidas por empresas empregadoras de imigrantes do concelho de Odemira e uma associação de produtores regionais, revelaram-se de grande importância para melhor compreender as dinâmicas locais da imigração laboral neste município. Assim, estamos gratos a Isália Cruz (Associação de Horticultores do Sudoeste Alentejano), Mónica Rosendo (Sudoberry), Pedro Jesus (Vitacress) e Vasco Costa (DRISCOLL's).

O nosso agradecimento vai igualmente para a TAIPA, nomeadamente para Elisabete Pacheco, Tânia Guerreiro e Telma Guerreiro cujos vastos conhecimentos do terreno, resultantes do trabalho direto com a população imigrante do concelho de Odemira, nos permitiram perceber melhor as situações vividas pelos imigrantes e respetivas famílias.

Os desafios colocados pelo trabalho de campo foram mais facilmente ultrapassados com a ajuda preciosa de Ana Maria Rocha (professora de língua portuguesa e tradutora), Infamara Nanco (cidadão guineense), Mehmet Cenan Demirel (cidadão turco), o Consulado Geral do Brasil em Lisboa, a Casa do Brasil em Lisboa, o Consulado-Geral de Cabo Verde em Lisboa e a Embaixada de Angola. O nosso agradecimento a todos.

Agradecemos, também, a disponibilidade de todos os cidadãos estrangeiros que colaboraram com esta investigação e que, também, nos permitiram entrevistá-los numa segunda fase deste estudo.

Ao nível do trabalho de campo, a equipa de investigação pode contar com a inestimável colaboração de Alessandra Campos Cirimpei, Andreia Pinto, Carla de Freitas, Halyna Dashko, Ivanna Dashko, Júlia Guerreiro, Katielle Silva, Mafalda Luís, Marlene Marreiros, Petru Nalivan, Tiago Dias e Yaroslav Troyan.

INTRODUÇÃO

Num período marcado por profundas transformações a nível social e económico resultantes da crise que afetou a economia europeia desde finais da década de 2000, Portugal tem registado significativas alterações no quadro de relações laborais, na disponibilidade do emprego, nos valores salariais praticados e nos níveis de proteção social que disponibiliza aos cidadãos. Nestes anos de grande mudança, os trabalhadores viram reduzir-se, substancialmente, o seu poder de compra, aumentar a precariedade dos vínculos contratuais, e muitos ficaram sem o posto de trabalho. Apesar da difícil medição do fluxo, a emigração ultrapassou largamente a imigração para Portugal, estimando-se que tenha atingido, após 2011, valores superiores a 100.000 saídas anuais, entre temporários e permanentes¹, situação apenas comparável à verificada na década de 1960. Os trabalhadores imigrantes, frequentemente inseridos no “mercado de trabalho secundário”, foram duramente afetados por estas transformações estruturais, apresentando sistematicamente taxas de desemprego mais elevadas do que os nacionais e níveis remuneratórios mais baixos. A sua enorme dependência dos rendimentos do trabalho como meio de vida assume, num contexto de diminuição dos postos de trabalho, de redução salarial e de flexibilização dos vínculos contratuais, um carácter ainda mais importante cujas condições de fragilidade e exclusão importa conhecer.

Neste cenário, diversas são as estratégias adotadas e os recursos mobilizados pelas famílias imigrantes para fazer face aos desafios trazidos pela crise económica de 2008 e para assegurar a sua sobrevivência. As opções passam pelo pluriemprego, informalidade laboral, ajudas de familiares, redução dos consumos ou até reemigração de alguns membros do agregado. É neste contexto que se realiza este estudo com o objetivo de aprofundar mais detalhadamente estas questões, tendo o processo de recolha direta de informação decorrido entre fevereiro e junho de 2015.

O presente estudo é constituído por **cinco pontos**. Nos dois primeiros é feito um enquadramento da investigação e apresentada a metodologia adotada e, nos dois seguintes, é realizada uma análise a nível nacional da evolução da imigração e do tra-

¹ Dados do Observatório da Emigração e do INE – Estatísticas Demográficas.

balho imigrante, e, posteriormente, uma abordagem sobre os efeitos da crise nos trabalhadores imigrantes. Para encerrar, efetuam-se algumas reflexões e recomendações.

Em termos específicos, no **primeiro ponto** é apresentado o objeto de estudo e as questões de partida. No **segundo ponto** explicitam-se os objetivos e a metodologia da investigação, abordando-se as limitações associadas à prossecução do trabalho. Faz-se igualmente uma breve caracterização dos três territórios em análise (Área Metropolitana de Lisboa, Odemira no Alentejo, e Algarve) no que respeita à presença de população estrangeira.

No **terceiro ponto**, de modo a compreender a posição de Portugal no contexto das migrações internacionais em período de crise, inclui-se uma breve discussão da evolução e caracterização da imigração. O **ponto quatro** da discussão decorre em redor do trabalho imigrante, começando por dar uma panorâmica de caráter mais geral e focando-se, posteriormente, numa análise extensiva da incorporação laboral dos imigrantes segundo as principais origens geográficas. Neste mesmo ponto, o estudo dedica-se à análise dos efeitos da crise económica sobre as condições de trabalho, as estratégias adotadas e a mobilidade dos trabalhadores imigrantes. É aqui feita uma análise mais específica sobre a Área Metropolitana de Lisboa (AML), Odemira e o Algarve (áreas de estudo), onde são analisados os indicadores estatísticos disponibilizados pelas diversas fontes oficiais para estas regiões e exploram-se detalhadamente as respostas dos imigrantes diretamente inquiridos no que concerne à sua participação no mercado laboral português, condições de trabalho enfrentadas, respostas e recursos mobilizados face à crise.

O **estudo encerra** com uma reflexão conclusiva, à qual se junta um conjunto de recomendações com o intuito de contribuir para a adoção de políticas mais informadas e ativas na melhoria das condições de vida e das dinâmicas de inserção laboral dos imigrantes em Portugal.

CAPÍTULO 1.

ENQUADRAMENTO DO ESTUDO, OBJETIVOS E METODOLOGIA

O projeto CRISIMI - *O Impacto da Crise Económica sobre as Condições de Vida e Dinâmicas de Inserção Laboral dos Imigrantes em Portugal* enquadra-se nos objetivos definidos para a Ação 3 - *Estudos sobre imigração e integração de nacionais de países terceiros* do Fundo Europeu para a Integração de Nacionais de países Terceiros (FEINPT). Este fundo teve como objetivo apoiar os Estados Membros da União Europeia (UE) nas diligências feitas no sentido de proporcionar condições de integração aos cidadãos provenientes de países exteriores à UE, os quais possuem, frequentemente, origens sociais, religiosas, linguísticas e económicas muito distintas do contexto europeu.

No documento programático anual de 2013, é referido que a Ação 3 do FEINPT pretende “Aprofundar o conhecimento sobre a realidade da imigração e as dinâmicas de acolhimento e integração dos imigrantes em Portugal ...” (DGAI, 2013: 19). Assim, os projetos realizados no âmbito desta Ação devem promover “... um melhor conhecimento da realidade e das políticas públicas em Portugal, tendo em vista a melhoria contínua das medidas a desenvolver nesta área e o reconhecimento de boas práticas no acolhimento e integração de cidadãos nacionais de países terceiros.” (Idem). Esta ação contemplava 4 áreas - a) Imigração e Integração no Mercado de Trabalho; b) Contribuições da Imigração para as Contas do Estado; c) Imigração e Demografia; d) Imigração e Educação - inserindo-se o projeto CRISIMI na primeira área referida.

A incorporação no mercado de trabalho assume-se como um ponto central do muito debatido tópico da integração dos imigrantes, tanto entre académicos como ao nível das agências de nível nacional e supranacional (Cangjano, 2012; Castles, de Haas e Miller, 2014; Benton *et al.*, 2014; CEDEFOP, 2011; OECD, 2008, Oliveira e Gomes, 2014), cabendo aqui lembrar que nem todos os fluxos migratórios têm subjacentes motivos laborais, e não remetendo para segundo

plano a relevância das áreas da educação, saúde ou cultura para a promoção da integração dos cidadãos estrangeiros na sociedade de acolhimento. Estar inserido no mercado de trabalho, principalmente de forma documentada, permite ao cidadão nacional ou estrangeiro auferir um salário, o que é essencial para a sobrevivência material, mas também, para ter acesso a um conjunto de direitos sociais diretamente ligados à carreira contributiva e à posição laboral do trabalhador - subsídio de desemprego, férias pagas, baixas médicas remuneradas, pensão de reforma, entre outros (Marques, Lima e Pereira, 2000; Mendes, 2005). Além disso, a interação com autóctones, compatriotas e cidadãos de outras origens geográficas no trabalho permite fomentar a integração e o sentimento de pertença à sociedade de acolhimento (Fonseca *et al.*, 2012).

Considerando o volume das migrações por motivos laborais em Portugal nos últimos 20 anos², as alterações ocorridas no mercado laboral ao nível da redução do número de postos de trabalho disponíveis em diversas atividades profissionais de baixa e média qualificações, no declínio dos valores salariais praticados, na tendência para a fragilização dos vínculos contratuais entre a entidade empregadora e o trabalhador têm grandes impactos negativos na qualidade de vida e no conforto económico de milhares de trabalhadores e das respetivas famílias (Reis *et al.*, 2010; Valadas, Góis e Marques, 2014; Padilla e Ortiz, 2012; Cerdeira, 2013; Fonseca e McGarrigle, 2012). O carácter inovador da presente investigação prende-se com a oportunidade de conhecer não só os efeitos da crise sobre a inserção laboral dos imigrantes, mas sobretudo, verificar e segmentar quem foi mais e menos afetado e qual o impacto sobre as suas vidas. A intenção é explorar as respostas e os recursos utilizados por imigrantes de diferentes grupos étnicos para enfrentar a crise económica de 2007-2008, monitorizando-se e averiguando-se a extensão e a gravidade das situações de exclusão social e pobreza. Deste modo, será possível definir algumas medidas de recomendação que contribuam para mitigar as situações existentes, melhorando a incorporação no mercado de trabalho e, conseqüentemente, as condições de vida.

² Num inquérito feito em 18 concelhos e 2 conjuntos de municípios em Portugal em 2009/2010, 53,3% dos 5567 cidadãos não comunitários afirmaram que tinham vindo para o país por motivos económicos ou relacionados com o emprego. Destes, 73% tinham chegado entre 1998 e 2008 (Malheiros *et al.*, 2013).

1. OBJETO DE ESTUDO E QUESTÕES DE PARTIDA

O acentuar das dificuldades económicas de Portugal e as

suas consequências sociais, sobretudo a partir de 2008 e com particular intensidade nos cinco anos que sucederam, têm marcado o debate político e a arena social no país. Muitas têm sido as reflexões sobre as suas consequências no bem-estar da população e nas perspectivas de desenvolvimento a médio e longo prazo. Do ponto de vista das migrações, a crise económica e financeira de 2007-2008 tem revelado um impulso de saída de portugueses, mas também, de estrangeiros e confirmado um decréscimo na entrada de novos imigrantes. Não obstante a importância da imigração para o país, em termos demográficos, de acréscimo na disponibilidade de mão de obra e na contribuição para as contas do Estado, entre outros aspetos amplamente estudados em Portugal nos últimos anos, pouca atenção tem sido concedida à análise dos efeitos da crise sobre a imigração. Torna-se, por isso, imperativo refletir sobre o diagnóstico e as implicações destes eventos para a economia, para a sociedade, para a política pública e para os próprios indivíduos e famílias imigrantes. Neste quadro de crescentes dificuldades, há mudanças em todos os níveis da sociedade com agravamento das condições e da qualidade de vida, emergindo situações de pobreza e de exclusão social. Neste âmbito, a crise económica e financeira de 2007-2008 levanta, por um lado, questões fundamentais sobre os seus efeitos nas dinâmicas da imigração em Portugal, nos modos de vivência e na situação laboral dos imigrantes, e por outro, respostas e modalidades de ajustamento empreendidas por estes para enfrentar as dificuldades.

Assim, pretende-se analisar em detalhe o que os dados oficiais podem revelar para responder à primeira pergunta de investigação: como é que o número de imigrantes em Portugal mudou desde o começo da crise económica e como explicá-lo? Para tal, são caracterizadas as recentes entradas e os seus motivos de base, procurando perceber se existem fluxos de entrada que não são afetados pela crise económica de 2007-2008. Os números das saídas, cujo total é estatisticamente desconhecido, são também abordados com base nos dados sobre retorno assistido da população estrangeira fornecidos pela Organização Internacional para as Migrações (secção portuguesa). Será ainda feito um breve retrato da imigração em Portugal e uma revisão do contexto económico que enquadra os nacionais de países terceiros, nomeadamente originários dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), Brasil, Países de Leste da Europa e Ásia. São identificados e analisados os desenvolvimentos e/ou as alterações introduzidas no que toca

à legislação de estrangeiros e políticas, à definição do contingente de oportunidades no país, aos programas de apoio ao emprego e às iniciativas especificamente dedicadas à integração de imigrantes. De forma complementar, e com recurso à aplicação de inquéritos por questionário e de entrevistas, procura-se apresentar quem são os imigrantes que decidiram permanecer no país – em termos das suas características sociodemográficas e das suas motivações/razões – explorando os fatores atrativos ou repulsivos por parte de outros destinos, fatores individuais ou familiares ou laços sociais estabelecidos. Com base na perceção dos imigrantes face à crise, perspetiva-se conhecer quais os seus planos futuros, designadamente se estes apontam para permanecer em Portugal, emigrar para outro destino ou retornar ao seu país de origem.

De seguida, e tendo por base a importância da imigração por razões de trabalho, sobretudo nos anos anteriores à crise económica e o racional de se considerar a inserção laboral como um dos pilares fundamentais para a boa integração dos imigrantes no país de acolhimento, formula-se a segunda pergunta de investigação: qual o impacto da crise económica de 2007-2008 sobre a inserção laboral e sobre as condições de vida dos imigrantes? Para tal, será feito um enquadramento sobre as relações entre a imigração e o mercado de trabalho em Portugal, um apanhado sobre a caracterização da inserção laboral dos imigrantes e uma reflexão sobre a natureza e impacto da crise económica e financeira no trabalho. Como indicam vários estudos internacionais (OECD, 2009a; IOM, 2010) e nacionais (Malheiros *et al.*, 2013; Peixoto e Iorio, 2011; Rodrigues, 2012, 2013), os imigrantes estão, grosso modo, mais vulneráveis durante uma crise económica. Esta situação ocorre porque estes tendem a estar sobre representados em setores mais sensíveis ao ciclo económico, têm contratos de trabalho mais precários, são marcados por trabalhos temporários e a tempo parcial, estão mais presentes nas ocupações menos qualificadas, os seus negócios tendem a apresentar maior probabilidade de insolvência e enfrentam um potencial risco de discriminação nas contratações e nos despedimentos. Por conseguinte, torna-se premente descortinar em que circunstâncias socioeconómicas estão os imigrantes, nomeadamente em termos de estatuto legal (estamos ou não perante o engrossar dos números de imigrantes em situação irregular, outrora a viver em situação regular no país), condições de vida (recorrendo a indicadores de bem-estar e de consumo – sentimentos po-

sitivos e negativos, privação material, despesas relativas a alimentação, vestuário, gastos domésticos no total do orçamento disponível, momentos de lazer, entre outros) e tipo de inserção laboral. No que se refere a este aspeto, procuraremos comparar a atual situação dos imigrantes, com a situação anterior ao início da crise económica em diversas dimensões. Com base nesta caracterização, interessa verificar quais as principais alterações e, desta forma, averiguar quais as dinâmicas e trajetórias de ajustamento ao mercado de trabalho. Estas podem passar por baixa salarial, acumulação de empregos/trabalhos, aumento das jornadas de trabalho, desqualificação ocupacional, mudança de setor, entrada ou reforço no trabalho informal, associação da sazonalidade de funções com deslocações, mais ou menos temporárias, ao exterior para fins laborais (compreendendo possíveis vidas/percursos transnacionais), entre outros.

Finalmente, procura-se explorar quais as respostas e quais os recursos de que se estão a socorrer os imigrantes para atravessar o período de crise económica, correspondendo isto à terceira pergunta de investigação. Enumeramos como pistas de investigação os recursos individuais (nomeadamente as poupanças), os laços familiares em território nacional e no país de origem (eventualmente estando a receber atualmente remessas), a facilidade de mobilidade (estando num vai-e-vem transnacional entre Portugal e outros destinos, mormente o país de origem e outros locais tradicionais da emigração do seu grupo comunitário ou de portugueses, encetando migrações individuais ou familiares), o apoio nas relações pessoais e redes sociais (principalmente em termos de recursos étnicos estando a fazer valer-se dos laços de solidariedade comunitários e dos conhecimentos para procura de emprego), o suporte e assistência do Estado Social (por via de prestações sociais e apoios das instituições de solidariedade social), o reequacionar das despesas e consumos (também por via da produção de bens para auto-consumo), a informalidade nas atividades profissionais e a aposta no reforço na sua educação. Assim, o conhecimento da perspectiva dos imigrantes em relação à sua situação em Portugal, às suas modalidades de ajustamento ao mercado de trabalho, às opções à sua disposição e aos seus planos futuros permitirá avaliar e antever se estaremos diante de uma possível e significativa saída de mais imigrantes e/ou, mesmo que de forma simultânea, à necessidade de entrada de cidadãos estrangeiros.

A operacionalização do trabalho de investigação teve por base algumas opções metodológicas. No plano empírico, e para se aferir o impacto da crise, foram analisadas as dinâmicas de imigração ocorridas na última década (2003-2014), tomando 2007-2008 como o marco do início da crise económica.

São estudados os imigrantes oriundos do Brasil, PALOP, Leste da Europa, nomeadamente ucranianos e moldavos, e Ásia, destacando algumas nacionalidades nestes grandes continentes e regiões do Mundo, por se tratarem dos grupos de estrangeiros com maior presença em Portugal e por representarem diferentes perfis de inserção laboral - como claramente elucidado em Malheiros *et al.*, (2013). Em termos territoriais, foca-se a análise na região Sul do país, ou seja, Lisboa, Alentejo, com o caso de estudo do concelho de Odemira, e Algarve. Estes territórios foram escolhidos tendo por base aí se concentrar uma maior presença de estrangeiros, segundo os dados estatísticos disponíveis, por um lado, e, por outro, por combinarem e contemplarem diferentes dinâmicas migratórias, de desenvolvimento económico e impactos da crise.

Em termos de métodos de recolha e análise de dados, para além da revisão da literatura sobre a matéria e a sistematização e análise dos dados oficiais existentes (quer em termos de fluxos e stocks de imigração, quer de caracterização da inserção laboral, em termos gerais), recorreu-se à aplicação de inquéritos por questionário e à realização de entrevistas a imigrantes, a informantes privilegiados, associações e a sindicatos e ao respetivo tratamento desta informação. Refira-se que a condução da interpretação dos dados tem em vista o retrato e a identificação de um padrão geral e a distinção das características específicas de cada comunidade em estudo. Não obstante, não tomamos a nacionalidade como elemento diferenciador *per se*, procurando, por isso, explorar o peso relativo de outras características sociodemográficas, como a idade, o nível de escolaridade e o local de residência ou variáveis mais assentes no projeto migratório como a longevidade da residência em Portugal e o estatuto migratório, no modo de incorporação laboral dos imigrantes. Este estudo tem em atenção a desagregação por sexo, afastando-se, desta forma, da análise das dinâmicas migratórias e laborais enquanto processos neutros do ponto de vista do género.

2. OBJETIVOS DA INVESTIGAÇÃO

Como vimos, esta investigação procura contribuir para aumentar o conhecimento sobre as tendências recentes da imigração e relações com o mercado de trabalho em Portugal. Muito particularmente, desejar compreender os efeitos da crise económica na imigração, quer sobre a entrada e a permanência de estrangeiros em território nacional, quer sobre as suas consequências ao nível da inserção laboral e das condições de vida dos imigrantes oriundos de países terceiros em Portugal. Deseja-se explorar, também, os ajustamentos e as respostas empreendidas pelos imigrantes para ultrapassar o impacto negativo. Em função disto, esta investigação tem os seguintes objetivos específicos: a) aprofundar o conhecimento sobre as relações existentes entre a imigração e a situação do mercado de trabalho; b) mapear e analisar a inserção laboral dos imigrantes durante a crise económica; c) enunciar e explicar as principais consequências da crise sobre os imigrantes em termos de condições de vida e de participação no mercado de trabalho; d) conhecer as trajetórias de ajustamento dos imigrantes no mercado de trabalho em Portugal; e) identificar as variações nas consequências e impacto da crise consoante o perfil dos imigrantes (distinguindo as variações por grupo nacional, sexo, nível de escolaridade, qualificação ocupacional e estatuto profissional, entre outras variáveis); f) explorar as respostas e os recursos utilizados pelos imigrantes para fazer face à crise; g) perspetivar os projetos e as intenções de permanência ou de reemigração dos imigrantes em Portugal; h) fornecer um conjunto de linhas de recomendação para melhorar a integração dos imigrantes na sociedade portuguesa.

3. TERRITÓRIOS EM ESTUDO: ÁREA METROPOLITANA DE LISBOA, ALENTEJO (ODEMIRA) E ALGARVE

Em termos de cobertura territorial, e como foi referido anteriormente, o presente trabalho centra a investigação no Sul do país, mais precisamente, na Área Metropolitana de Lisboa (AML), no Alentejo, com o particular caso de estudo do concelho de Odemira, e no Algarve (figura 1).

Figura 1. Localização dos territórios em estudo



Figura elaborada por Joaquim Seixas

Esta opção de foco territorial encontra fundamento no facto de os cidadãos nacionais de países terceiros, estarem concentrados nessas três grandes regiões, com particular destaque para os distritos de Lisboa, Setúbal e Faro (figura 2). De acordo com os dados do SEF (2014), 70,7% dos estrangeiros extracomunitários documentados a viver em Portugal encontram-se nestes três distritos. Se adicionarmos o resto do Alentejo, temos um total de 73,0% dos cidadãos de países

terceiros a residir na parte meridional do país. Analisando a presença dos quatro maiores grupos de nacionalidades em Portugal (Brasil, PALOP, Europa de Leste e Ásia), verifica-se que para todos os casos se consegue englobar mais de 65% da população de cada grupo neste conjunto territorial Sul do país. Mesmo tomando o caso de algumas comunidades oriundas do Leste da Europa, como a ucraniana, que apresentam padrões de maior dispersão geográfica no território nacional, conseguimos abranger mais de metade do total dessa população.

Figura 2. População estrangeira residente em Portugal por 1000 habitantes em 2011

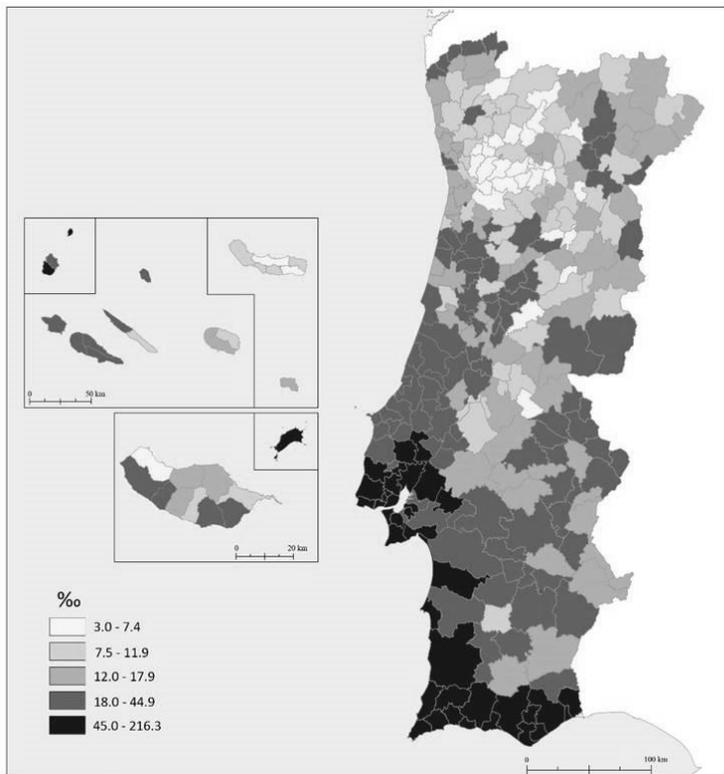


Figura elaborada por Leandro Gabriel (2015)

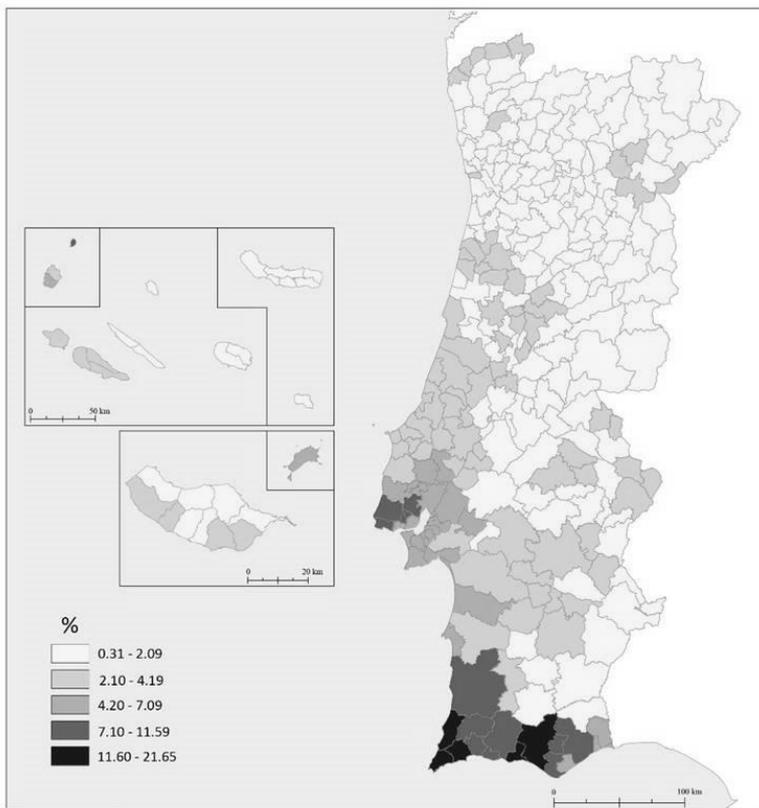
Fonte: Recenseamento da População, 2011, INE.

Um olhar mais detalhado às três regiões em estudo permite-nos observar as assimetrias internas na repartição dos cidadãos estrangeiros (figura 3). Se considerarmos o peso relativo destes cidadãos na população residente, na margem Norte da AML, que corresponde à Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos (NUT) III da Grande Lisboa, há um conjunto de concelhos que apresentam proporções superiores à média da AML (6,3%): Amadora (10,1%), Sintra (8,5%), Odivelas (8,2%), Loures (7,9%) e Cascais (7,0%). São municípios onde a presença de população imigrante tem uma considerável antiguidade no contexto nacional, pois foram os locais de chegada e instalação dos imigrantes pioneiros com origem nos países africanos de língua portuguesa nos anos 1960 e 1970 (Fonseca *et al.*, 2002). Na margem Sul (ou NUT III da Península de Setúbal), os valores são consideravelmente mais baixos e apenas o concelho do Seixal (6,4%) tem uma proporção que ultrapassa o valor de referência regional. A importância da AML enquanto local de residência de imigrantes manteve-se nos decénios seguintes. Assim, os concelhos da Amadora, Loures, Sintra, Seixal ou Almada são importantes locais de residência das comunidades cabo-verdiana, angolana e são-tomense, ao passo que Cascais, Mafra e Almada são municípios preferenciais para os cidadãos brasileiros. A diversidade de origens geográficas aumentou ao longo dos anos e tem sido reforçada pela chegada de cidadãos de países asiáticos. Apesar destes grupos serem numericamente reduzidos têm registado importantes taxas de crescimento.

Quanto ao Alentejo, uma região com uma população em acentuado envelhecimento e habitualmente não muito procurada pelos imigrantes como local de residência, só após a chegada de cidadãos dos países do Leste europeu é que se tornou, também, uma área de acolhimento para nacionais de países terceiros³. O número de cidadãos da antiga União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), Brasil, Roménia e Bulgária cresceu muito rapidamente no início da década de 2000, empregando-se frequentemente na construção civil, limpezas e serviços domésticos, tal como os cidadãos dos PALOP, mas também em atividades ligadas à agricultura ou à transformação de produtos do setor primário no Alentejo (Fonseca, Alegria e Nunes, 2004).

3 Detetam-se algumas exceções pontuais a este processo, de que é exemplo a pequena e relativamente antiga comunidade de imigrantes dos PALOP, com destaque para Cabo Verde, de Sines-Santo André.

Figura 3. Peso da população estrangeira em Portugal na população residente, 2011 (%)



Fonte: Recenseamento da População, 2011, INE.

Figura elaborada por Leandro Gabriel (2015)

Tratando-se de uma região muito vasta do ponto de vista territorial, não foi possível analisá-la na sua totalidade. Deste modo, escolhemos o município de Odemira na NUT III do Alentejo Litoral como um caso de estudo. A singularidade do dinamismo migratório de Odemira no contexto nacional quanto ao aumento de cidadãos estrangeiros nos anos mais recentes, a intensidade da contratação sazonal e a especialização no setor agrícola, justificam esta opção. Segundo dados do SEF, a taxa de variação da população estrangeira entre 2008 e 2014 foi aqui de

59,2%, ao passo que para Portugal foi de -10,2%. Segundo os mesmos dados, em 2014, os nacionais de países terceiros representavam 5,4% do total da população residente no concelho. Os Censos de 2011 indicam que a população estrangeira representa 9,2% do total, enquanto os nacionais de países terceiros se quedam pelos 3,1%. A sazonalidade da presença de muitos trabalhadores estrangeiros no concelho impede-os de figurarem nas estatísticas referentes à população residente, mas estima-se que o seu peso seja muito mais elevado.

O concelho especializou-se numa agricultura intensiva de culturas hortofrutícolas, atividade para a qual são necessários grandes quantitativos de trabalhadores devido à difícil mecanização dos procedimentos. A reduzida população local, os baixos valores salariais praticados, as duras condições de trabalho e o pouco prestígio social do trabalho assalariado na agricultura em Portugal, têm levado as empresas do ramo a contratarem temporária, ou permanentemente, trabalhadores estrangeiros, quer de Estados da UE28 (Roménia, Bulgária, por exemplo), quer de países terceiros, designadamente asiáticos. Segundo o Plano Municipal para a Integração dos Imigrantes de Odemira (Município de Odemira, 2015) o concelho passou por quatro vagas de imigração. Numa primeira vaga, que decorreu na década de 1980, foram os cidadãos estrangeiros provenientes do Norte da Europa que se instalaram no concelho, muitos deles proprietários das atuais empresas hortícolas que contratam trabalhadores estrangeiros. Num segundo período, foram essencialmente estudantes dos PALOP que se deslocaram para o concelho para frequentar o ensino profissional na Escola Profissional de Odemira. A terceira vaga deu-se com a chegada de imigrantes laborais, essencialmente, provenientes do Brasil e de países do Leste da Europa. Num período mais recente, ressalta-se a chegada de cidadãos asiáticos, provenientes nomeadamente da Índia, da Tailândia, do Nepal e do Bangladesh.

A situação muito particular deste município destaca as necessidades sazonais de mão de obra das empresas nacionais e internacionais que aí se instalaram, e que são supridas com trabalhadores estrangeiros que nos “picos de campanha” chegam à região. Num quadro nacional de contração económica, com falência de diversas empresas, redução do número de postos de trabalho e elevadas taxas de desemprego, o caso de Odemira reveste-se de um grande interesse

para esta pesquisa, na medida em que está em contraciclo com o resto do país. Para além da especialização setorial da produção (agricultura), num país em que o setor primário é responsável por apenas 2,54% do Valor Bruto de Produção (VBP)⁴, o peso relativo dos estrangeiros na população residente (13,1%), assim como a origem geográfica das comunidades que aí trabalham (cidadãos europeus comunitários e extracomunitários), despertam curiosidade em termos de investigação.

O Algarve é, a seguir à AML, a região portuguesa com maior volume de cidadãos estrangeiros. A sua presença tem aqui alguma tradição associada aos cidadãos mais idosos da Europa do Norte que procuram o clima ameno para usufruírem das pensões de reforma. Contudo, a maioria dos cidadãos estrangeiros residentes na região são nacionais de países terceiros⁵ e a sua presença deve-se ao dinamismo económico da região associado ao turismo de “sol e praia” e ao concomitante crescimento dos setores da construção civil, dos serviços pessoais e das empresas de hotelaria e de restauração. A disponibilidade de postos de trabalho atraiu cidadãos nacionais de países terceiros que se repartem de forma muito assimétrica pelos concelhos da região (Fonseca *et al.*, 2013). Assim, brasileiros, ucranianos, moldavos, cabo-verdianos, angolanos e guineenses, só para referir as nacionalidades mais relevantes, têm uma presença mais acentuada nos concelhos de Loulé, Albufeira, Portimão e Faro. Estes quatro municípios apresentavam, segundo os Censos de 2011, proporções de nacionais de países terceiros na população total superiores à média da região (6,7%), atingindo Albufeira o valor mais destacado (13,0%).

Sob outro ponto de vista, a seleção das regiões de Lisboa, Alentejo e Algarve cumpre um objetivo adicional – permitir analisar áreas que apresentam mercados de trabalho com diferentes especializações setoriais, distintos desenvolvimentos económicos e tipologias de inserção laboral, assim como diferenciados impactos da crise económica. E, circunscrevendo-nos exclusivamente ao mercado de trabalho, é de salientar, igualmente, a importância dos trabalhadores estrangeiros nestas três grandes regiões. Em 2005, e de acordo com os Quadros de

⁴ Fonte: Valor para 2012, PORDATA. Em 2008, o valor era 2,31%.

⁵ Segundo os Censos 2011, os nacionais de países terceiros representam 54,0% dos estrangeiros residentes na região.

Pessoal do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social⁶, os trabalhadores imigrantes por conta de outrem representavam no total dos trabalhadores nesta situação, pesos superiores à média nacional (5,3%) nas regiões de Lisboa (9,1%) e Algarve (15,3%). O Alentejo, com 5,2%, era a terceira região do país com o valor mais elevado (Reis et al., 2010: 188).

Considerando os dados para 2013, nota-se uma redução do valor total de cidadãos estrangeiros (de 152 335 para 108 778⁷) e uma diminuição do peso percentual dos trabalhadores estrangeiros por conta de outrem no total nacional. Contudo, a importância relativa das três regiões em estudo mantém-se: Lisboa (7,6%), Algarve (13,3%) e Alentejo (5,2%).

Se nos debruçarmos sobre os ramos de atividade económica, a importância relativa dos trabalhadores imigrantes por conta de outrem no total de trabalhadores nesta condição assumia valores acima da média nacional nos ramos da agricultura, silvicultura, caça e pesca, e indústrias extrativas e transformadoras em Lisboa, Alentejo e Algarve, mas também nos ramos da construção civil, alojamento e restauração, atividades financeiras, imobiliárias e serviços às empresas em Lisboa e no Algarve, apenas para referir alguns dos mais importantes.

4. AS FONTES DE INFORMAÇÃO UTILIZADAS E AS SUAS LIMITAÇÕES

A análise das tendências recentes da imigração e das relações com o mercado de trabalho dos imigrantes em Portugal, produzida no presente trabalho, teve por base um vasto conjunto de indicadores estatísticos provenientes de diferentes instituições, nomeadamente o INE, o SEF, o IEFP e a SS.

A maior parte da informação estatística recolhida provém do Recenseamento Geral da População do INE referente aos anos de 2001 e 2011. Esta informação, conjuntamente com os dados

provenientes de outras fontes, permitiu caracterizar o *stock* de cidadãos estrangeiros residentes em Portugal relativamente à sua nacionalidade, naturalidade, género, grupo etário, nível de escolaridade, local de residência, principal

⁶ À data a fonte denominava-se DGEEP / Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social. Em 2013, a fonte designa-se Gabinete de Estratégia e Estudos do Ministério da Economia (GEE).

⁷ Os dados para 2013 não incluem a Região Autónoma da Madeira.

meio de vida, profissão, setor de atividade económica e escalão de horas de trabalho. Esta caracterização é apresentada para as diferentes unidades territoriais, oscilando o detalhe da análise entre os níveis nacional, regional e concelhio consoante a pertinência da observação. Para o efeito, consideraram-se portugueses, todos os indivíduos que possuem nacionalidade portuguesa ou dupla nacionalidade, sendo uma delas a portuguesa. São considerados cidadãos estrangeiros os cidadãos que têm outra nacionalidade que não portuguesa incluindo dupla nacionalidade, em que nenhuma delas é portuguesa. Ambas as categorias excluem apátridas. A informação disponibilizada no portal de estatística do SEF permitiu a análise da evolução da população estrangeira com estatuto legal residente em Portugal, por nacionalidade, dando atenção ao *stock* (entre os anos da década de 1970 e 2014) e aos fluxos de entrada (entre 2000 e 2014). Para uma observação mais detalhada da situação nas diferentes unidades territoriais, com enfoque nas regiões onde o estudo incide, exploraram-se os dados dos anos mais recentes.

Complementarmente, a informação fornecida pelo IEPF permitiu a análise do quadro geral do mercado de trabalho, o que possibilitou comparar o desemprego registado de portugueses e estrangeiros, em função das principais nacionalidades em estudo (Brasil, PALOP, Leste da Europa e Ásia).

Já a informação disponibilizada pelo Instituto de Informática da Segurança Social relativa ao número de beneficiários estrangeiros com prestações de desemprego, aos montantes processados nestas prestações ou ao acesso ao Rendimento Social de Inserção, permitiu averiguar a evolução da situação dos imigrantes, comparativamente aos portugueses, no que concerne à proteção social. Conjuntamente, a informação recolhida e tratada forneceu a base para a análise das relações existentes entre a imigração e a situação do mercado de trabalho em Portugal, bem como para o mapeamento da inserção laboral dos cidadãos estrangeiros residentes em Portugal durante a crise económica. De modo a melhor visualizar a informação usada no estudo, incluímos um quadro que sistematiza as variáveis trabalhadas (Tabela 1). Não obstante, importa referir que a amplitude e profundidade da análise ficou, em alguns pontos, condicionada por limitações relacionadas, quer com a disponibilidade de informação, quer com aspetos inerentes ao processo de recolha e classificação desta por parte das instituições responsáveis, como veremos adiante.

Tabela 1. Quadro resumo das variáveis utilizadas e respetivas fontes

Variável	Fonte
População residente de nacionalidade estrangeira por município, 2011	Censos 2011, INE
População residente em Portugal, com >=15 anos, por principal meio de vida e nacionalidade, 2011	Censos 2011, INE
População empregada em Portugal, segundo os grupos de atividade económica (CAE Rev.3) e a nacionalidade, 2011	Censos 2011, INE
População empregada em Portugal, segundo os grupos de profissões (CPP2010) e a nacionalidade, 2011	Censos 2011, INE
População residente em Portugal, segundo o grau de instrução e a nacionalidade, 2011	Censos 2011, INE
População empregada em Portugal segundo a situação na profissão e a nacionalidade, 2011	Censos 2011, INE
População empregada em Portugal segundo o escalão de horas de trabalho e a nacionalidade, 2011	Censos 2011, INE
Número de cidadãos estrangeiros com presença regularizada em Portugal, por continentes, 1974-2014	Relatório de Imigração Fronteiras e Asilo, SEF
Fluxos de entrada de cidadãos estrangeiros em Portugal segundo o sexo, 2000-2014	Relatório de Imigração Fronteiras e Asilo, SEF
Número de cidadãos estrangeiros de algumas comunidades do continente asiático, com presença regularizada em Portugal, 2001-2014	Relatório de Imigração Fronteiras e Asilo, SEF
População estrangeira em território nacional segundo o documento legal possuído, 1980-2014	Relatório de Imigração Fronteiras e Asilo, SEF
Desemprego registado em Portugal Continental, nos Centros do IIEFP, por nacionalidade, 2003, 2008, 2011 e 2014	IIEFP
Remuneração base média e ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem e dos trabalhadores por conta de outrem estrangeiros (euros), 2013	Quadros de Pessoal, GEE, Ministério da Economia
Remunerações médias mensais base (euros) por nacionalidade, dos trabalhadores por conta de outrem a tempo completo com remuneração completa (outubro 2013), no Continente + RAM, por NUT II	Quadros de Pessoal, GEE, Ministério da Economia
Valor médio das remunerações mensais dos beneficiários portugueses e de algumas nacionalidades de países terceiros recebendo prestações de desemprego, 2004-2014 (euros)	Instituto de Estatística da Segurança Social
Número de aquisições de nacionalidade portuguesa, 2000-2013	Eurostat
Taxa de desemprego em Portugal, na EU28 e na UE15, 1995-2014 (%)	Eurostat

Para efeitos de análise estatística, a informação foi segmentada em grupos que compreendem continentes, grandes unidades geopolíticas e os principais países em estudo (por exemplo, Portugal, UE15, UE28, PALOP enquanto conjunto e separadamente, América Central e do Sul, Brasil, América do Norte, principais países da Ásia, etc.). Na sequência do objeto de estudo proposto e dos desafios estatísticos para a sua caracterização, os dados das fontes secundárias foram trabalhados com recurso a técnicas de estatística descritiva, com auxílio do *software* Microsoft Access e Excel e do programa SPSS.

4.1. Limitações associadas a opções analíticas e às fontes existentes

O presente estudo, financiado pelo Fundo Europeu para a Integração de Nacionais de Países Terceiros – FEINPT – permite à equipa estudar diretamente apenas cidadãos nacionais de países extracomunitários. Esta restrição implica que no âmbito deste trabalho não nos seja possível inquirir ou entrevistar cidadãos da UE28 que vivem frequentemente situações de grande vulnerabilidade social e económica, como búlgaros e romenos, por exemplo. Apesar da Bulgária e da Roménia pertencerem à União Europeia desde janeiro de 2007, e os seus cidadãos já não serem abrangidos pelas disposições transitórias aplicáveis à circulação de trabalhadores provenientes destes dois países desde janeiro de 2014, o trabalho de campo nas três regiões em estudo e algumas notícias divulgadas nos media apontam para situações de elevada precariedade e exploração ao nível do mercado de trabalho dentro destas comunidades, merecedoras de particular atenção.

Outra condicionante do estudo reside no facto de a nacionalidade, e não a naturalidade, ser a variável designada para a seleção de quem pode ser estudado. Por conseguinte, apesar de se considerar importante, não foi possível analisar de que forma a aquisição de nacionalidade portuguesa facilita a incorporação de cidadãos naturais de países terceiros no mercado de trabalho português e europeu⁸. Pelo maior leque de direitos do imigrante, pela eliminação das barreiras de acesso a determinadas profissões (função pública, por exemplo), pela menor burocracia para a entidade

⁸ Refira-se que, de acordo com as informações do Ministério da Justiça, entre 2008 e 2014 o número de naturalizações de estrangeiros residentes em Portugal foi superior a 160 000, o que corresponde a um valor médio anual próximo das 23 000. Note-se que, em 2006, o número de naturalizações se situou em 3 600 e, em 2007, em 6 000.

empregadora e por ser um sinal positivo de desejo de integração na sociedade de acolhimento, vários estudos confirmam a relevância da naturalização numa mais bem-sucedida incorporação no mercado de trabalho (OECD, 2010; Cangiano, 2012; Kogan, 2002; Corluy, Marx e Verbist, 2011). Por outro lado, a posse de um passaporte português, permitindo uma livre circulação no espaço Schengen, é um recurso adicional para os trabalhadores naturais de países terceiros que assim podem, mais facilmente, optar por trabalhar fora de Portugal, temporária ou permanentemente.

A disponibilidade da informação estatística de nível nacional para enquadramento da situação laboral dos imigrantes apresenta sempre algumas limitações, quer ao nível do detalhe da desagregação geográfica, quer segundo, a periodicidade da sua recolha, as nomenclaturas usadas, ou até a variável nacionalidade. No que respeita ao detalhe geográfico, as taxas de desemprego calculadas trimestralmente pelo INE a partir do Inquérito ao Emprego não se encontram disponíveis para todas as NUTS II do país segundo as várias nacionalidades, devido ao erro de amostragem associado a subamostras mais pequenas (e.g. comunidades nacionais de imigrantes menos numerosas). Ainda no que diz respeito ao nível de detalhe desejável, salientamos o facto de o IIEFP apenas disponibilizar informação para o continente, excluindo as duas regiões autónomas. Adicionalmente, alguma da informação sobre o desemprego por nacionalidade (por exemplo, desemprego registado por habilitação escolar, por tempo de inscrição ou por CAE), apenas é disponibilizada por este organismo para Portugal Continental no seu conjunto, não existindo dados com maior desagregação territorial.

Quanto à periodicidade de recolha da informação, o intervalo temporal de realização do recenseamento, uma fonte de informação mais detalhada sobre a população, faz com que os dados percam a sua atualidade rapidamente. Além disso, a informação reporta-se ao total de indivíduos a viver em Portugal, independentemente do seu estatuto legal, o que difere com a disponibilizada anualmente pelo SEF. Esta resulta da recolha de informação com enfoque na situação dos cidadãos estrangeiros legalmente residentes - detentores de título de residência e/ou que viram a sua permanência de longa duração prorrogada. A informação disponibilizada pelo IIEFP, a nível trimestral, focaliza-se no mercado de trabalho - tempo de inscrição dos de-

sempregados, pedidos de emprego, etc. - sendo a nacionalidade uma variável de caracterização do indivíduo, tal como o género, as habilitações escolares ou a idade.

Verificou-se ainda a inexistência de uma nomenclatura comum entre os diferentes organismos no que concerne aos países, por exemplo (i.e.: o INE regista Moldova, República de, ao passo que o SEF apresenta Moldávia) e a não disponibilização da informação para as mesmas unidades territoriais.

Por último, merece referência a questão da análise dos cidadãos com dupla nacionalidade nos dados dos recenseamentos (INE). Para 2011, existem 3 categorias de duplos nacionais (“dupla nacionalidade portuguesa e outra”, “dupla nacionalidade estrangeira, sendo uma da UE”, “dupla nacionalidade estrangeira, nenhuma da UE”), ao passo que os Censos de 2001 apresentam apenas a categoria “mais de uma nacionalidade”. Este facto cria algumas dificuldades ao nível da uniformização destes dados no presente estudo, designadamente no que respeita aos cidadãos estrangeiros residentes em Portugal que possuem mais de uma nacionalidade, não sendo nenhuma destas de um país da UE.

5. O PROCESSO DE RECOLHA DIRETA DE INFORMAÇÃO

5.1. Aplicação de inquérito por questionário

Se a informação estatística obtida junto das diversas entidades oficiais permite conhecer a evolução dos quantitativos de cidadãos estrangeiros em Portugal, modos de vida, situação perante o trabalho, principais características da sua incorporação laboral e situação em termos de proteção social, respondendo, assim, a alguns dos propósitos do estudo, só a aplicação de um questionário aos nacionais de países terceiros a viver em Portugal (ver Anexo I), possibilitou conhecer algumas das especificidades da situação atual no que concerne à incorporação no mercado de trabalho dos imigrantes, às suas condições de vida e às estratégias de sobrevivência adotadas perante a crise económica de 2007-2008. No trabalho de campo foram inquiridos cidadãos cuja nacionalidade não é portuguesa e, assim, considerados estrangeiros perante a lei do país. Os duplos nacionais em que uma das nacionalidades é portuguesa ou da UE não foram incluídos. Devido

à natureza do financiamento do estudo, foram excluídos todos os cidadãos com alguma nacionalidade pertencente à UE. Relativamente ao tempo de permanência em Portugal, consideramos um tempo mínimo de estadia de 3 meses para inquirir ou entrevistar os cidadãos estrangeiros.

Assim, foi elaborado um inquérito, apresentando perguntas de resposta fechada e aberta, com vários grupos de questões cobrindo temáticas diversas que vão desde a caracterização do indivíduo (género, idade, língua materna, fluência do português, nacionalidade, naturalidade, escolaridade e estado civil), ao percurso migratório e laboral (situação perante a atividade económica, tipo de vínculo contratual, horário de trabalho e rendimento global auferido), aos planos pessoais e familiares de futuro, situação documental atual e recursos mobilizados para fazer face às despesas. O formulário foi aplicado por alunos de mestrado e de doutoramento da Universidade Lisboa e por membros das próprias comunidades imigrantes. A aplicação do questionário no terreno foi precedida de um pré-teste do mesmo, que levou à reformulação e ajustamento de várias perguntas, e pela formação da equipa de inquiridores. O questionário foi introduzido numa plataforma *online* a que todos os inquiridores tinham acesso, de modo a permitir uma maior eficácia e rapidez na introdução dos dados e na monitorização da evolução da sua aplicação. Os cidadãos inquiridos foram informados pelos inquiridores dos objetivos do estudo e da existência de uma página eletrónica com informação sobre o projeto (<http://crisimi-ceg.weebly.com/>).

Pelas dificuldades de compreensão da língua portuguesa por parte de alguns imigrantes oriundos do continente asiático com um tempo de permanência reduzido em Portugal, nomeadamente indianos e nepaleses, foi necessário traduzir o inquérito para inglês.

De modo a captar distintas situações de condição perante a atividade económica, a aplicação dos questionários no terreno decorreu em dias úteis e ao fim de semana, em horários diversificados. O trabalho de campo realizou-se em simultâneo nos três territórios em estudo e prolongou-se entre março e junho de 2015. Devido à elevada dispersão espacial de várias comunidades de nacionais de países terceiros, nomeadamente brasileiros e ucranianos, a metodologia adotada seguiu os procedimentos do método “bola de neve”, uma técnica amostral não aleatória, partindo dos contactos dos próprios inquiridores e dos fornecidos pelos inquiridos (Flint e Atkinson, 2003). Esta meto-

dologia foi seguida na AML e no Algarve. As redes sociais dos inquiridores, nomeadamente os de nacionalidade brasileira e ucraniana, revelaram-se muito importantes para se conseguir alcançar rapidamente o número total de questionários previstos (600), tendo este valor sido ultrapassado (682). A equipa de investigação escolheu, também, localizações preferenciais no território onde a probabilidade de encontrar cidadãos das nacionalidades que se pretendia inquirir era maior, como a Casa do Brasil em Lisboa, o consulado de Cabo Verde em Lisboa, o consulado do Brasil em Lisboa, cafés (ex: Albufeira e Loulé) ou locais de culto de algumas comunidades (ex: Mesquita Central de Lisboa). No caso de Odemira, a equipa recorreu às aulas de língua portuguesa da responsabilidade do IIEP e a empresas agrícolas empregadoras de trabalhadores imigrantes.

A distribuição espacial e por comunidades dos 600 questionários que a equipa se propôs realizar seguiu uma estratificação segundo a repartição dos dados oficiais relativos aos cidadãos estrangeiros nas três áreas em estudo de acordo com o país de nacionalidade. Recorrendo aos dados do SEF do ano 2013, foram calculados os seguintes valores de amostra para a AML, Alentejo e Algarve (Tabela 2):

Tabela 2. Amostra de cidadãos nacionais de países terceiros a inquirir segundo a nacionalidade

Nacionalidade	AML	Nacionalidade	Alentejo	Nacionalidade	Algarve
Brasil	152	Brasil	16	Brasil	27
Cabo Verde	108	Ucrânia	11	Ucrânia	23
Angola	50	China	5	Moldávia	8
Guiné-Bissau	48	Moldávia	3	Cabo Verde	7
Ucrânia	38	Cabo Verde	2	China	4
S. Tomé e Príncipe	27	Tailândia	2	Guiné-Bissau	3
China	26	TOTAL	40	Índia	2
Índia	13			Angola	2
Moldávia	13			Marrocos	2
Nepal	5			Nepal	1
TOTAL	480			TOTAL	80

Fonte: SEF (com cálculos próprios).

Quando contactados, os respondentes foram filtrados através de duas perguntas sobre a sua nacionalidade (só foram inquiridos nacionais de países terceiros) e uma terceira questão sobre a idade (só foram inquiridos maiores de 18 anos). Contudo, o ritmo de aplicação dos questionários e a maior ou menor facilidade em alcançar algumas nacionalidades levou a desvios relativamente aos valores inicialmente calculados. Além disso, a dimensão da NUT II do Alentejo e os condicionamentos ao nível dos recursos temporais e materiais implicou a escolha de um subterritório de menor dimensão – o concelho de Odemira⁹ – por motivos já apresentados. Assim, a amostra usada neste trabalho, segundo os três territórios de estudo, é a seguinte (Tabela 3):

Tabela 3. Amostra de cidadãos nacionais de países terceiros inquiridos segundo a nacionalidade

Nacionalidade	AML	Nacionalidade	Odemira (Alentejo)	Nacionalidade	Algarve
Brasil	216	Índia	15	Ucrânia	25
Ucrânia	93	Bangladesh	13	Brasil	24
Cabo Verde	73	Ucrânia	10	Moldávia	11
Guiné-Bissau	39	Nepal	11	Cabo Verde	7
Angola	27	Moldávia	7	China	4
Moldávia	24	Brasil	5	Outras	9
S. Tomé e Príncipe	10	Outras	4	TOTAL	80
China	9	TOTAL	65		
Índia	8				
Rússia	8				
Bangladesh	8				
Paquistão	5				
Outras	17				
TOTAL	537				

Fonte: Inquéritos CRISIMI.

Nas figuras 4, 5 e 6 pode ver-se sistematizada a caracterização da amostra nas 3 áreas de estudo: AML, Odemira e Algarve.

⁹ Refira-se que este município, para além da relevância da imigração que justificou a sua escolha para integrar este trabalho enquanto caso de estudo, é o maior do país com uma área de 1721 km² (idêntica à ocupada por toda a Área Metropolitana de Lisboa, se excluirmos a sua coroa sul-sudeste composta por Sesimbra, Setúbal, Palmela e Montijo). Isto dá uma boa ideia da exigência do trabalho de terreno, uma vez que os imigrantes residem e trabalham em diversas partes do concelho de Odemira, não estando concentrados na sede e na sua envolvente imediata.

Figura 4. Caracterização da amostra na AML

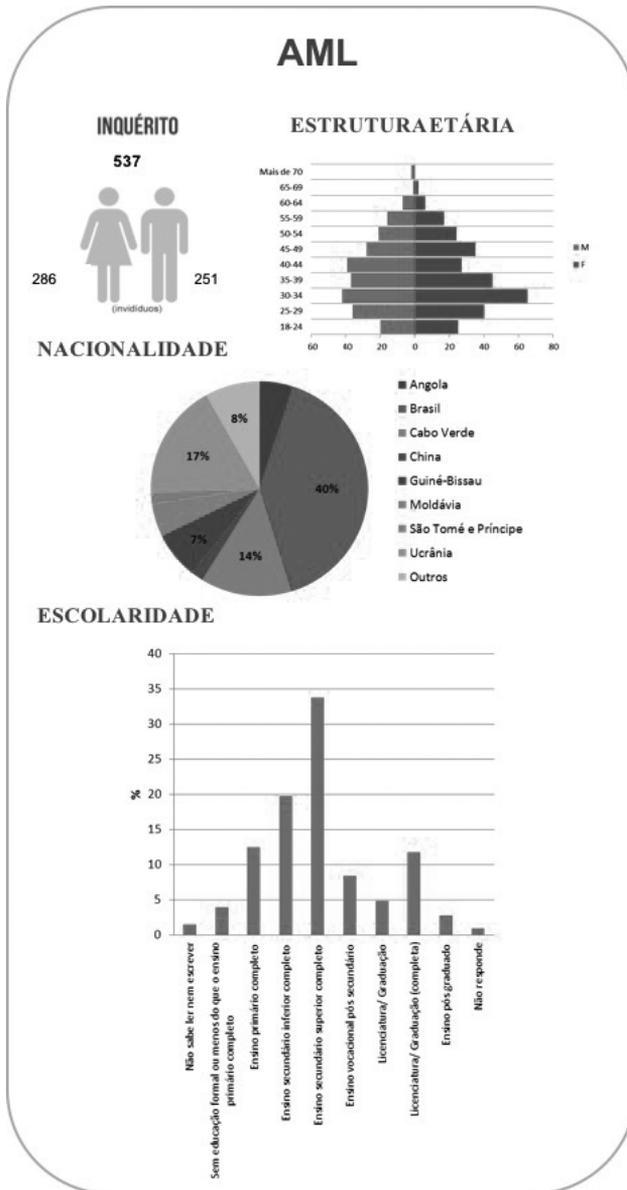


Figura 5.- Caracterização da amostra em Odemira

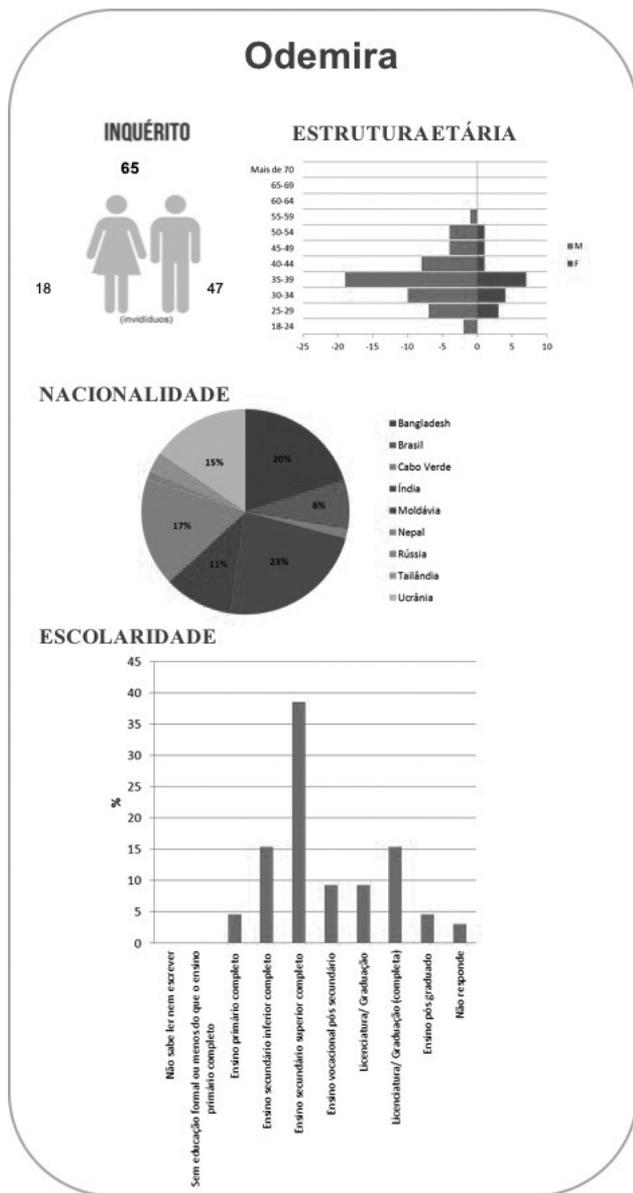
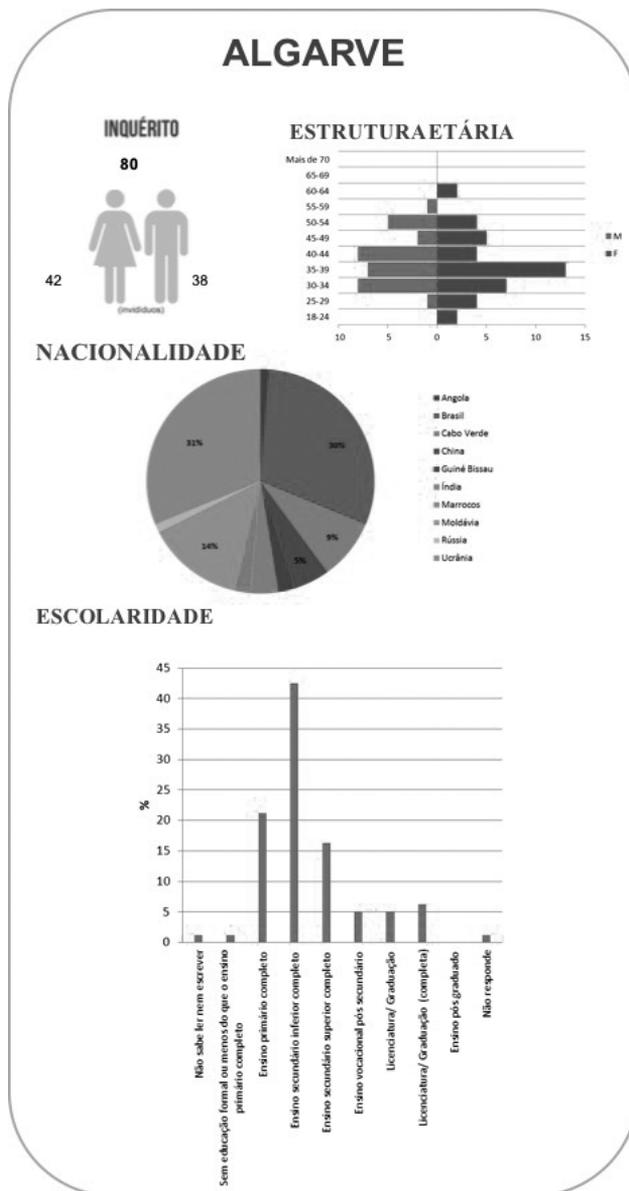


Figura 6.- Caracterização da amostra no Algarve



Os resultados e análises apresentados são, essencialmente, ilustrativos, mostrando tendências e orientações no que à imigração, incorporação no mercado de trabalho e estratégias face à crise económica dizem respeito.

Para a compilação e o tratamento dos dados resultantes dos inquéritos foi criada uma base de dados em SPSS, ferramenta que permite cruzar variáveis e calcular um conjunto de medidas estatísticas que ajudarão a compreender os diversos fenómenos em análise (Pestana e Gageiro, 2014).

5.2. Realização de entrevistas semi-estruturadas

Uma vez que a análise estatística e quantitativa não oferece todas as respostas a um fenómeno social tão complexo, requer-se a exploração de uma abordagem mais qualitativa. Sob outro ponto de vista, e reconhecendo que “a estrutura rígida do instrumento de pesquisa de dados diminui a riqueza e profundidade do conteúdo da informação colhida” (Lima, 1972: 564), foi necessário minimizar, dentro do possível, o enviesamento das respostas no quadro de um questionário em que os inquiridos estão limitados ao leque de modalidades de respostas disponibilizadas *a priori* ou em que a padronização das perguntas pode não permitir captar diferenças de opinião subtis entre eles. Assim, com o intuito de compreender processos e mecanismos subjacentes aos fenómenos mais visíveis realizaram-se 39 entrevistas semiestruturadas que permitiram obter dados de carácter mais qualitativo e aprofundado sobre os efeitos da crise económica junto de cidadãos imigrantes (15), dirigentes associativos (14) e sindicais (2), peritos e académicos (3), entidades empregadoras (3) e autarquias locais (2) (ver anexo II). As entrevistas decorreram entre fevereiro e junho de 2015. Nos guiões previamente preparados destacaram-se os subtemas da incorporação laboral, desemprego, estratégias de subsistência face à crise e impacto das medidas de reestruturação do mercado de trabalho implementadas desde 2008 (ver anexo VI). O leque diverso de interlocutores procurou captar diferentes perspetivas, opiniões e sensibilidades relativamente aos temas em análise.

Pela diversidade dos entrevistados, os guiões foram adaptados em função da natureza da instituição ou da pessoa em causa. A título de exemplo, o conjunto de perguntas dirigido aos académicos focou-se mais no efeito da crise sobre a evolução dos fluxos migratórios, enquanto as questões para os representantes das autarquias locais se centraram mais nas medidas a nível local para auxiliar e promover a integração da população estrangeira. Para os representantes das empresas, optou-se por tentar compreender as formas de recrutamento e contratação de trabalhadores não-nacionais e as razões subjacentes a esta opção, ao passo que para as associações as perguntas focaram-se em grande medida na perceção da imigração atualmente, no tipo de trabalho e nos projetos desenvolvidos com os imigrantes mediante as dificuldades sentidas por esta população. Para melhor exploração dos conteúdos das entrevistas, procedeu-se à sua gravação áudio e posterior transcrição.

CAPÍTULO 2.

CONTEXTUALIZAÇÃO DO ESTUDO: IMIGRAÇÃO E ECONOMIA

As relações entre imigração e mercado de trabalho têm sido foco de uma grande atenção por parte da academia. Se, por um lado, uma parte importante dos projetos migratórios tem por base o desejo e a necessidade de encontrar melhores condições de vida, por outro, a maior parte dos imigrantes tem como principal fonte de rendimento o trabalho (OECD, 2015: 79). Esta relação é particularmente forte em Portugal, uma vez que “muita da imigração para o nosso país tem uma motivação económica, isto é, destina-se a ocupar vagas no mercado de trabalho” (Peixoto, 2008: 20). Mesmo nos casos em que a razão da migração não está diretamente relacionada com motivos económicos, como é o caso dos movimentos dos estudantes ou ao abrigo da reunificação familiar, ela acaba por ter relação com o mercado de trabalho. Assinale-se que a participação dos imigrantes no mercado de trabalho em Portugal é elevada, tendo apresentado, de forma regular, taxas de emprego superiores às dos autóctones, em contraste com o que ocorreu na UE27, segundo os dados do Eurostat, durante a primeira década do século XXI (Malheiros *et al.*, 2013).

Este facto encontrava explicação na então relativamente dinâmica procura de trabalho pela economia nacional (frequentemente em atividades precárias situadas no âmbito do mercado de trabalho secundário), na pouca regulação à entrada e na posterior inserção laboral irregular dos imigrantes e, ainda, na complementaridade entre a mão de obra nacional e a força de trabalho exógena (Peixoto, 2008).

Relembre-se que a economia portuguesa do último decénio do século XX e do primeiro do século XXI (sobretudo os primeiros anos) registou um dinamismo que beneficiou do processo de inserção na Comunidade Europeia (depois União Europeia) e dos fundos de apoio ao desenvolvimento daí provenientes, apostando significativamente em setores orientados para os bens não transacionáveis, excessivamente dependentes do consumo interno e do crédito e suscetíveis de sujeição a lógicas especulativas (Carvalhas, 2011; Abreu *et al.*, 2013). Desde a adesão

de Portugal à Comunidade Económica Europeia em 1986, e até ao ano 2000, a economia nacional cresceu, anualmente, em termos reais, sempre acima dos 3%, exceto entre 1993 e 1995 quando se verificou um abrandamento (*Fonte: INE, INE | BP, PORDATA*¹⁰). Como isto ocorreu no âmbito de um mercado de trabalho que manteve, até há poucos anos, uma rigidez contratual formal e níveis elevados de proteção dos trabalhadores (Venn, 2009), e de uma sociedade fortemente marcada pela informalidade e pelo “familiarismo”, é possível compreender, não só o papel das migrações internacionais, mas também a sua natureza. Na verdade, os níveis de crescimento económico e expansão do consumo das famílias registados no supracitado período conduziram a um forte crescimento das necessidades de mão de obra, sobretudo pouco qualificada, em setores como a construção civil e obras públicas, o comércio ou os serviços pessoais e domésticos. Como resposta a esta situação, teve lugar um rápido e intenso processo de recrutamento, em larga medida informal, de trabalhadores extracomunitários que levou à diversificação (aos africanos dos PALOP juntaram-se brasileiros, europeus de Leste e pessoas de outras proveniências) e ao crescimento significativo do número de imigrantes residentes em Portugal, passando de 79 594 cidadãos estrangeiros registados pelo SEF em 1985 para 447 155 em 2004 (o ano em que o seu número foi mais elevado). O recurso a estratégias de incorporação irregular da maioria dos imigrantes no mercado de trabalho português ao longo deste período permitiu, por um lado, ultrapassar os lentos e desajustados processos formais de recrutamento previstos na Lei da Imigração e, por outro, contornar diversas limitações impostas pela legislação laboral, ao mesmo tempo que garantia mão de obra e pressionava os salários no sentido descendente (Malheiros, 2012).

Verifica-se assim que a inserção laboral precária e mal remunerada dos imigrantes, frequentemente de modo informal, que é detetável em muitas situações como destacam diversos autores (Baganha *et al.*; 1999, Machado, 2008; Malheiros, 2007; Peixoto, 2008), encontrou neste período em Portugal (à semelhança do que aconteceu noutros países da Europa do Sul, especialmente Espanha, Itália e Grécia) um contexto particularmente favorável. Analisando precisamente a situação laboral dos imigrantes não comunitários em Portugal nos

10 Taxa de crescimento real do PIB: <http://www.pordata.pt/Portugal/Taxa+de+crescimento+real+do+PIB-2298>, consultado a 18/10/2016.

anos 90 do século XX e no início da centúria seguinte, Pereira (2008) afirma que estes ocupavam as profissões económica e socialmente mais desfavorecidas, ou seja, estes trabalhavam nas profissões com piores condições, pior remuneração e menor possibilidade de promoção profissional, frequentemente associadas ao denominado mercado de trabalho secundário. Esta dicotomia encontra eco nas teorias do mercado de trabalho segmentado (Piore, 2008; Portes, 1999; Massey *et al.*, 1998), que repartem dual e dicotomicamente as dinâmicas laborais entre um mercado “primário” (protegido e estável) e um “secundário” (inseguro e com poucas condições de trabalho), como veremos em maior detalhe no capítulo seguinte.

Não obstante se poder afirmar que os imigrantes estão sobretudo inseridos no mercado de trabalho secundário, em Portugal há, também, um registo importante de estrangeiros que são atraídos e ocupam posições no mercado primário (como estudado por Marques e Góis, 2008). De resto, logo nas fases iniciais do período que corresponde ao “Portugal, país de imigração”, que podemos situar entre finais dos anos 80 do século XX e o final do primeiro decénio do presente século, a importância da imigração qualificada para Portugal foi objeto de algumas análises (Peixoto, 2001; Baganha, Ferrão e Malheiros, 2002) que destacaram a sua associação ao investimento estrangeiro de finais dos anos 80 e inícios dos anos 90 do século XX e, também, a certos nichos do mercado de trabalho que se modernizaram e expandiram neste período como o marketing e a publicidade, a informática ou certas especialidades médicas como a odontologia. Muitos dos estrangeiros altamente qualificados chegados neste período eram cidadãos comunitários, mas imigrantes de outras nacionalidades como os brasileiros também constituíam grupos relevantes.

Contudo, na fase imigratória mais intensa, iniciada na transição do século e mencionada acima, foram os segmentos menos qualificados do mercado de trabalho português que atraíram mais imigrantes extracomunitários, suplantando os processos de inserção de trabalhadores mais qualificados (Oliveira e Gomes, 2014). Na verdade, durante este período, chegaram a Portugal muitos milhares de imigrantes provenientes de países como a Ucrânia, a Moldávia, a Rússia e o Brasil (neste último caso em menor proporção do que nos anos 80 e 90 do século XX) com

nível de instrução superior e experiência profissional especializada anterior, cuja integração no mercado de trabalho português se processou, frequentemente, em atividades indiferenciadas, o que se traduziu num desperdício de competências. Este processo veio a gerar um debate na sociedade e academia portuguesas acerca do desperdício de competências profissionais dos imigrantes (“skills waste” ou “brain waste” - Oliveira e Fonseca, 2013; Oliveira e Gomes, 2014; Góis e Marques, 2014). Como resultado, chegaram mesmo a ser implementadas algumas medidas tendencialmente facilitadoras de uma inserção profissional compatível dos imigrantes altamente qualificados, cujos exemplos mais conhecidos correspondem aos programas de especialização complementar dirigidos a médicos e enfermeiros estrangeiros residentes em Portugal que tiveram o patrocínio da Fundação Calouste Gulbenkian e o apoio de Universidades e do então ACIDI. A sobre qualificação dos imigrantes em Portugal é ainda superior à dos seus congéneres nacionais, mas um estudo da OCDE de 2015 indica uma tendência de evolução positiva neste domínio (OECD, 2015).

De resto, este exemplo de uma “medida de integração” específica direcionada para os médicos estrangeiros deve ser inserido no quadro mais geral das políticas de integração implementadas pelo Estado português, essencialmente através do ACIDI (hoje ACM), e sintetizadas nos dois Planos de Integração de Imigrantes de 2007-2009 e 2010-2013. Não é objetivo deste estudo discutir a política de integração de Portugal ao longo das últimas duas décadas, sendo apenas importante mencionar a existência de uma ação sistemática e dirigida que teve os imigrantes como alvo e que procurou facilitar o seu processo de inserção nos diferentes domínios da sociedade, incluindo-se aqui o mercado de trabalho. Note-se que às medidas setoriais incluídas nos Planos e já desenvolvidas anteriormente, deve juntar-se uma série de processos “excepcionais” de regularização extraordinária de estrangeiros – também implementados em Espanha, na Itália e na Grécia durante o mesmo período -, que permitiram, igualmente, a formalização da sua presença no mercado de trabalho.

Em suma, pode assumir-se que um eventual modelo de imigração que vigorou em Portugal (e porventura em Espanha) entre finais dos anos 90 e o final do primeiro decénio do atual século

possuía uma lógica que respondia às necessidades e práticas dos empregadores, facilitando a sobre-exploração dos trabalhadores imigrantes. Em termos esquemáticos, tinha como momento inicial a entrada irregular no país, seguida de um período mais ou menos longo de inserção clandestina no mercado de trabalho (o período de maior exploração) e culminando num processo de regulação público tardio (Izquierdo-Escribano, 2002; Malheiros, 2012) que, se bem que resolvesse a componente formal, não evitava a situação de desvantagem laboral, como demonstrou Pereira (2008). Analisando, a pobreza relativa dos imigrantes face aos nacionais, um relatório da OCDE datado de 2015 identifica que os níveis são baixos, mas com uma tendência de evolução negativa. De forma equivalente, este relatório encontra uma tendência de deterioração nos indicadores do emprego, saúde, educação dos jovens e sobrelotação na habitação dos imigrantes em Portugal face aos nacionais.

Considerando esta tendência de evolução negativa em várias dimensões, importa agora mover a nossa reflexão do quadro de inserção laboral dos imigrantes em Portugal que toma como referência os 20 anos aproximados (1990-2010, simplifadamente) que correspondem ao “Portugal: país de imigração”, para a questão mais específica dos impactos da crise de 2008, mas com raízes que podem remontar a 2003/2004, na imigração. Na verdade, sendo este um estudo sobre a incidência da crise sobre os imigrantes em Portugal, com destaque para as regiões do sul do país, convém efetuar uma breve reflexão preliminar, com base na bibliografia disponível, sobre os impactos das crises económicas na imigração, dando uma atenção particular à crise de 2007/2008.

A vulnerabilidade particular dos imigrantes em contexto de crise já foi evidenciada para contextos anteriores à situação verificada em 2007/2008, como atesta por exemplo o capítulo dedicado por Tripier (1990) ao impacto da crise dos anos 70 e início de 80 do século XX nos imigrantes instalados em França e às estratégias de superação implementadas por estes.

Mais recentemente, diversos estudos internacionais (OECD, 2009c; IOM, 2010; Papademetriou, Sumption e Terrazas, 2010; Brusa e Papotti, 2011) e nacionais (Malheiros *et al.*, 2013; Peixoto e Iorio, 2011; Rodrigues, 2010, 2011 e 2012) vieram sublinhar que os imigrantes estão,

grosso modo, mais vulneráveis durante uma crise económica porque tendem a estar sobre representados em setores mais sensíveis ao ciclo económico, têm contratos de trabalho mais precários, marcados por trabalhos temporários e a tempo parcial e os seus negócios estão mais sujeitos ao risco de insolvência, enfrentando um potencial risco de discriminação nas contratações e despedimentos. Além disso, há um crescente número de pessoas não abrangidas pelos benefícios da segurança social devido à ausência de direito em aceder aos mesmos ou pelo facto de terem recebido subsídio de desemprego pelo tempo máximo permitido (Ponzo *et al.*, 2015; Fonseca e McGarrigle, 2014). Globalmente, o relatório da OCDE “Indicators of Immigrant Integration 2015: Settling In” (p.23) aponta que em muitos países a crise de 2007-2008 prejudicou até os progressos que já estavam em curso nos processos de integração laboral e económica dos migrantes.

Por conseguinte, torna-se premente descortinar em que circunstâncias socioeconómicas estão os imigrantes, nomeadamente em termos de estatuto legal, condições de vida e tipo de inserção laboral para aferir da sua resiliência a uma situação de crise. Note-se que o grau de disponibilidade e de ajustamento dos imigrantes a um mercado de trabalho em mudança vai influenciar largamente a necessidade de procura, ou não, por mais estrangeiros durante a crise económica (Papademetriou e Terrazas, 2009).

Em termos gerais, e no que respeita à análise concreta dos efeitos da crise de 2007-2008 sobre a imigração, é possível identificar alguns estudos que destacam o forte impacto daquela sobre as condições laborais dos imigrantes (OECD, 2012; Ponzo *et al.*, 2015). Bastante envolvidos em atividades fortemente afetadas pela crise económica e financeira, como a construção e obras públicas ou o comércio a retalho e grossista, e experimentando níveis mais elevados de desproteção social, os imigrantes foram atingidos de forma quase imediata pela crise e viram os seus níveis de desemprego aumentarem mais rapidamente do que aconteceu com os nacionais na maioria dos países da OCDE e da União Europeia (OECD, 2012). Nos países da UE que implementaram políticas de austeridade mais extremas como resposta à crise dos mercados financeiros - transformada, exclusivamente, em “crise das dívidas soberanas” -, no quadro dos

acordos de assistência que assinaram com a Troika de atores internacionais composta pela Comissão Europeia (CE), o Banco Central Europeu (BCE) e o Fundo Monetário Internacional (FMI), os elementos da crise social (crescimento do desemprego, empobrecimento generalizado) foram mais intensos e atingiram fortemente os imigrantes (Ponzo *et al.*, 2015). No entanto, é também de realçar, quer elementos de convergência neste processo – por exemplo, a aproximação entre as taxas de emprego de autóctones e imigrantes – quer evidências de uma aparente maior resistência ao desemprego por parte dos imigrantes numa segunda fase da crise, marcada, sobretudo, pelos impactos sociais negativos da resposta de austeridade implementada, nomeadamente no caso de Portugal (Ponzo *et al.*, 2015) e, eventualmente, da Espanha.

Note-se que as medidas de austeridade tiveram também efeito nas medidas de integração nos países europeus, uma vez que os governos se sentiram pressionados a cortar orçamentos administrativos (Collett, 2011). Tal como a paisagem política europeia se alterou, também as prioridades relativamente à integração dos imigrantes mudaram, identificando-se, por exemplo, um regresso de discursos relativos à limitação das condições de acesso à nacionalidade ou ao reforço dos processos de retorno forçado. Apesar disto, Collett (2011: 19) afirma que Portugal “manteve o seu compromisso para com a integração dos imigrantes” adotando medidas específicas para aumentar a sua participação no mercado de trabalho. Refira-se que Ponzo *et al.*, (2015), na sua análise dos efeitos da crise sentida pelos países da Europa do Sul no processo de integração dos imigrantes, medem este em função de três níveis distintos, nomeadamente os direitos e prerrogativas, as condições reais, e as perceções, e defendem que a crise económica não se materializa necessariamente em resultados de integração negativos em todos os domínios, detetando-se mesmo algumas tendências convergentes, como mencionámos acima. Alguns exemplos dados pelos autores incluem o crescimento do número de residentes de longa duração e de cidadãos estrangeiros naturalizados e, ainda, a aparente continuação das atitudes positivas em relação à imigração. Joaquín Arango (2013) refere igualmente a continuação de atitudes positivas relativamente à imigração em Espanha, alertando, contudo, para o facto de esta atitude poder não ser duradoura devido ao elevado nível de desemprego de longa duração, que pode colocar em causa a necessidade de trabalhadores imigrantes.

Apesar dos elementos contidos nos estudos analisados, deve frisar-se que se a análise dos efeitos da crise sobre a inserção laboral dos imigrantes nos países da UE e, em particular, da Europa do Sul já possui algum conteúdo, este é muito mais limitado no que respeita às estratégias implementadas pelos próprios imigrantes para lidarem e superarem os impactos da crise nas suas vidas. Porque este défice é particularmente relevante, este será um dos domínios em que os contributos deste estudo assumem um carácter mais pioneiro e necessário.

1. ECONOMIA E POLÍTICA EM CONTEXTO DE CRISE

1.1. Breves notas sobre a natureza da crise

A economia portuguesa tem sido duramente afetada pela crise dos mercados financeiros que varreu a Europa e se tornou visível com a falência do Banco Lehman Brothers ocorrida em setembro de 2008 nos EUA. A turbulência financeira gerada pelo colapso em cadeia de várias instituições financeiras e pelos avultados resgates bancários financiados por recursos públicos, numa tentativa de evitar uma espiral recessiva, não impediu a degradação das economias periféricas e semiperiféricas, como é o caso da portuguesa (Schindler e Berger, 2014).

Segundo José Reis, a crise que o país e a Europa vivem é uma crise de natureza financeira resultante do “... domínio crescente e livre da esfera financeira, contribuindo para a perda de soberania económica e política” (2014: 12). No caso de Portugal, alguns dos fatores apontados como responsáveis pela financeirização¹¹ da economia portuguesa e das consequências nefastas daí decorrentes consistem na perda da capacidade de utilização de instrumentos de política económica, como a desvalorização cambial ou a fixação de taxas de juro, após o estabelecimento da União Económica e Monetária; a oferta generalizada de crédito por parte do setor bancário, elemento crucial da acumulação financeira no país; a abolição do controlo de capitais; a desregulação e a descompartimentação dos mercados financeiros e, de forma mais transversal, a confiança total no mercado (Reis, 2014; Abreu *et al.*, 2013;

¹¹ Uma economia financeirizada caracteriza-se por um elevado peso dos ativos, agentes e mercados financeiros no conjunto da economia (Reis, 2014).

Reis *et al.*, 2014). Há, contudo, outros fatores de natureza mais estrutural que contribuíram largamente para a fragilização da economia nacional, como a concessão de crédito barato e o aumento dos investimentos em setores não-transacionáveis e pouco expostos à concorrência internacional (ex: imobiliário, construção e distribuição). Estes, combinados com um crescimento alimentado pelo consumo interno e um contexto externo favorável (crescimento do comércio internacional, queda do preço do petróleo, depreciação do dólar, por exemplo), diminuíram a poupança privada e fizeram elevar o nível de endividamento nacional, sob a forma de dívida soberana, a qual cresceu muito rapidamente a partir de 2008 (Abreu *et al.*, 2013).

A conjugação destes elementos e as dificuldades que Portugal teve em enfrentar o alargamento da União Europeia a Leste e o desafio colocado pela entrada de grandes economias emergentes no mercado global, como a China e a Índia, traduziram-se na redução da capacidade competitiva face ao exterior, num fraco crescimento da produtividade devido à diminuição do investimento em setores de bens transacionáveis, na desindustrialização e redução do número de postos de trabalho, para referir apenas alguns problemas (Reis, 2014: 13; Lourtie, 2011; Baas, Brucker e Hauptmann, 2010).

Perante um crescente endividamento público e privado dependente do financiamento externo, aspeto considerado por vários economistas como uma das principais fragilidades da economia portuguesa e origem da crise atual (Abreu *et al.*, 2013), as opções dos responsáveis políticos articularam-se em três fases, segundo Costa e Castro Caldas (2014). A primeira, a fase financeira da crise, decorreu no último trimestre de 2008, momento em que o governo português aprovou a iniciativa de reforço da estabilidade financeira caracterizada pelo reforço dos deveres de informação e transparência das instituições financeiras e concessão de garantias pelo Estado. Na segunda fase de abordagem à crise, denominada expansionista, entre janeiro de 2009 e fevereiro de 2010, foi lançada a iniciativa para o investimento e o emprego cujo objetivo era "... reforçar o investimento público, apoiar as empresas, as exportações, o emprego e reforçar a proteção social." (Amaral, 2009: 2), mas que levou a um aumento drástico do défice público (Lourtie, 2011), continuando a taxa de desemprego a crescer, ultrapassando a barreira dos dois

dígitos¹². Ainda na opinião de Costa e Castro Caldas (2014), a aprovação do PEC I¹³ em março de 2010, com o intuito de reduzir substancialmente o défice orçamental, por via da contenção da despesa e aumento da receita, marca o início da fase de austeridade que se prolonga até ao presente, não obstante a sua atenuação a partir de finais de 2015. A denominada consolidação orçamental, objetivo a atingir nos PECs II e III, implementados nos meses seguintes, focaram-se na aceleração deste duplo objetivo, através da adoção de medidas de redução da despesa pública, quer com o funcionamento do Estado, quer com prestações sociais, e aumento das receitas contributiva e fiscal, conjugando-as com a fortíssima retração do investimento público e a extensão do programa de privatizações.

A instabilidade política gerada pelo chumbo no Parlamento do Programa de Estabilidade e Crescimento (PEC) IV, em março de 2011, que teve como consequência a realização de eleições parlamentares antecipadas e a geração de uma reação negativa por parte dos mercados, visível na subida das taxas de juro das obrigações portuguesas, associada à descida da notação portuguesa pelas empresas de *rating* e a uma revisão em alta dos défices orçamentais e da dívida pública de anos anteriores por parte do INE, levaram ao colapso das condições de financiamento para o país, bancos e empresas (Lourtie, 2011; Abreu *et al.*, 2013). Após as eleições, Portugal recorreu à União Europeia e ao Fundo Monetário Internacional para ajuda financeira em abril de 2011, apontando o Memorando de Entendimento (MECPE) assinado com a Troika (FMI, BCE e Comissão Europeia) objetivos que se prendem com o crescimento económico e o aumento da competitividade, estabilização do setor financeiro, correção dos desequilíbrios externo e interno, e recuperação da confiança dos mercados financeiros (Costa e Castro Caldas, 2014) trazendo consigo políticas de austeridade que “... acentuaram de forma dramática os desequilíbrios macroeconómicos que se vinham acumulando entre países da zona Euro” (Abreu *et al.*, 2013: 44). O alcançar destes objetivos

implicou uma forte consolidação orçamental, reformas estruturais e o reforço do setor financeiro como contrapartida para o envelope financeiro de 78 mil milhões de euros que Portugal recebeu.

12 No 4º trimestre de 2009, a taxa de desemprego cifrou-se em 11,2% e no 4º trimestre de 2010 chegou aos 12,3% (Fonte: INE).

13 PEC - Programa de Estabilidade e Crescimento.

O vasto conjunto de medidas adotadas desde 2008 trouxe grandes reajustamentos ao nível do mercado de trabalho, tanto através da redução do número de empregos disponíveis, como nos setores de atividade mais atraentes, valores salariais médios praticados ou solidez do vínculo laboral entre o trabalhador e a entidade empregadora, e que, em suma, empobreceram o país a vários níveis e obrigaram à saída de pessoas de Portugal por falta de trabalho.

1.2. O contexto político da crise

A crise económica e financeira de 2007-2008 teve especial impacto nas relações laborais. Para Leite *et al.* (2013: 108), as mudanças ao nível das relações laborais resultam da crise, mas também do modelo económico vigente que nos últimos anos intensificou as políticas de austeridade. Consequentemente, a desvalorização pessoal e social do trabalho e as prestações sociais de quem trabalha ou trabalhou têm passado a ser os alvos preferenciais das políticas governamentais. Neste contexto, a crise tem sido mais um pretexto para implementar reformas laborais que têm produzido impactos negativos sobre a proteção social e os direitos fundamentais dos trabalhadores. Estes impactos têm sido especialmente relevantes ao nível do agravamento das assimetrias nas relações laborais, no aumento da precarização do trabalho, no impacto das desigualdades sociais no mundo do trabalho ou na intensificação da vulnerabilidade de determinados grupos, de entre os quais se destacam os cidadãos imigrantes.

É a partir de 2008 que as autoridades públicas e legisladoras nacionais colocaram em prática processos de maior flexibilidade que, por um lado, tinham um carácter mais temporário (aumento do tempo de trabalho, diminuição dos pagamentos decorrentes do trabalho suplementar ou o aumento do número de contratos atípicos como os de curta duração, em *part-time* ou duração determinada) e, por outro, um carácter mais permanente, relacionado com a flexibilização das regras dos despedimentos, a negociação contratual coletiva ou o enfraquecimento da representação sindical (Clauwaert e Schömman, 2012).

O Memorando de Entendimento sobre as Condicionalidades de Política Económica (MECPE) assinado entre o governo português e os credores internacionais (FMI, BCE e CE) adotou várias

medidas que tiveram na sua génese o modelo económico vigente e que provocaram alterações mais diretas ao nível das modificações feitas ao código de trabalho, na flexibilização do trabalho, na individualização dos contratos de trabalho, no aumento da precariedade, no crescimento do número de horas de trabalho ou na extensão do tempo de trabalho necessário para aceder a benefícios sociais como o subsídio de desemprego. Para Leite *et al.* (2013), estas medidas estão divididas em três grandes categorias: i) medidas de índole tributária; ii) medidas de proteção social (de eliminação ou de redução do nível e/ou do âmbito de proteção); e iii) medidas de natureza laboral, que atuam em conjunto.

Para os investigadores entrevistados, as medidas associadas à assinatura do Memorando de Entendimento trouxeram uma maior precarização do trabalho e do papel do trabalhador. Contudo, os trabalhadores imigrantes, que já se encontravam numa situação de maior vulnerabilidade, são ainda mais penalizados. Neste sentido, em entrevista, um investigador da Universidade de Lisboa refere que “...muitos deles já estavam num grupo vulnerável antes da crise, carente de direitos. Tendo-se agravado essa carência com a crise económica, não foi nada resolvido a favor deles. E depois, há o facto de estarem concentrados nalguns setores de atividade que foram particularmente afetados”. No quadro sindical, e segundo as duas entrevistas que foram concedidas a esta investigação, verificam-se diferenças assinaláveis em termos de discurso. Se por um lado, um dirigente sindical considera que as medidas introduzidas, maioritariamente legislativas, atacaram o trabalho e tiveram “um impacto muito negativo para todos os trabalhadores em geral. Mas sobre os imigrantes de uma forma particular! (...) porque para o imigrante a principal fonte de receita é o trabalho. A única fonte de receita é o trabalho. E se o trabalho estiver em dificuldades, o problema agrava-se”, para outro dirigente sindical, a questão coloca-se do lado do mercado: “Eu diria que os efeitos maiores, numa primeira fase, não advieram das alterações legislativas, mas sim das alterações de mercado e na medida em que muitos imigrantes estavam ligados quer à construção civil quer, por exemplo, também, a setores como a limpeza. (...) daí que logo à partida mesmo sem o impacto da legislação, isto foi relevante para a vida dos imigrantes”.

A atual crise económica e financeira teve impactos que vão além do fator trabalho, mas que se cruzam, obrigatoriamente, com ele e que contribuíram para a diminuição da qualidade de vida da população. É, também, de uma crise social que se trata quando aspetos essenciais da vida dos cidadãos começam a ser colocados em causa, como a habitação, a saúde ou a educação e que a sobrevivência está a um nível muito básico de cobertura das necessidades da população. Muitos dos cidadãos estrangeiros referiram que os seus rendimentos são pequenos para pagar as despesas básicas (casa, luz e água): segundo uma imigrante cabo-verdiana “está cada vez pior, acho que nunca passei tão mal como estou a passar nestes últimos anos em termos financeiros. Por mais que eu esteja a trabalhar e tenha dois salários, mas os custos são muito elevados, a vida em Portugal está muito dura!”. Uma cidadã ucraniana relata a atual diminuição do poder de compra relativamente há anos atrás: “o salário cá acho que é mau! Porque há uns anos o ordenado era melhor e a comida e as coisas eram muito mais baratas... agora aumentaram os preços de muita coisa e o meu ordenado agora é muito mais baixo, o ordenado mínimo”.

As associações de imigrantes entrevistadas mencionaram que têm recebido pedidos de ajuda diversos ao nível do pagamento de contas (renda de casa, água e luz), de roupa ou de livros escolares. A dirigente da Obra Católica para as Migrações refere, por exemplo, que “no fundo são os meios de subsistência, que vão afetar não só a questão da alimentação, vão afetar a habitação, a educação. O pedido de apoio nas escolas aumentou e muito ao nível do Serviço de Ação Social Escolar, pelas estruturas sociais, não só do banco alimentar, mas de cantinas e refeitórios também aumentou e muito”.

2. EFEITOS DA CRISE NO TRABALHO IMIGRANTE

A recente crise económica teve um impacto dramático à escala internacional levando ao aumento da pobreza, da exclusão social, da privação e do desemprego (Guio e Pomati, 2014). Os países da Europa do Sul têm registado um impacto mais acentuado comparativamente aos países da Europa do Norte que mostram um grau de resiliência mais elevado (EC, 2012; Ponzó

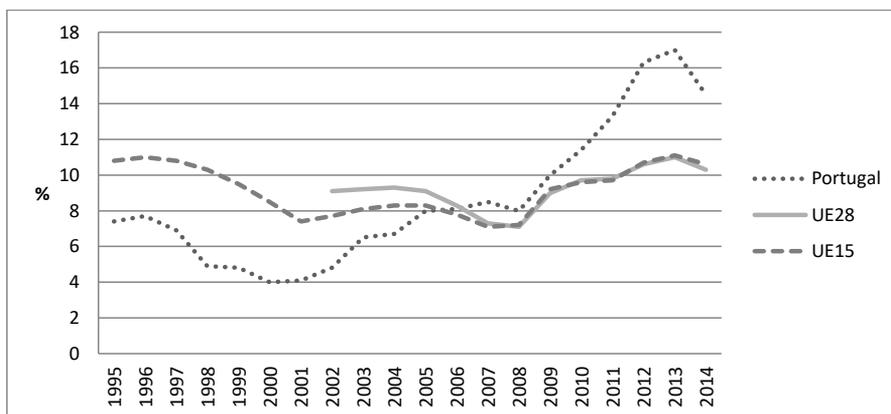
et al. 2015). Um conjunto diversificado de razões explica este impacto diferenciado, incluindo características específicas do Estado Providência e dos mercados de trabalho (*ibid.*) de cada país. Apesar dos efeitos da crise terem tido um longo alcance, diversos autores apontam os jovens (Sharma e Hopkins, 2013; McDowell, 2012; Bell e Blanchflower, 2011) e os imigrantes como sendo os grupos mais severamente afetados pela crise (Fix *et al.*, 2009). No que respeita às migrações, para além da deterioração das condições de trabalho, que funcionaram como um dissuasor à chegada de novos migrantes, muitos países reagiram à crise apertando os requisitos de entrada de forma a limitar a imigração (Verea e Levine, 2014).

Em Portugal, a economia cresceu consideravelmente ao longo da década de 1990, estimulada por importantes financiamentos da UE e por um crescimento importante do investimento, gerando um crescimento no setor da construção civil e obras públicas, como já foi referido anteriormente. A crescente procura do mercado de trabalho, por seu turno, estimulou a imigração para o país (Ponzo *et al.* 2015; Fonseca e McGarrigle, 2014). Contudo, o crescimento económico, não era sustentado, levando Ponzo *et al.* (2015: 71) a afirmar que “o crescimento da economia portuguesa neste período foi amplamente suportado por um investimento em bens não-transacionáveis, tais como o comércio a retalho, o setor imobiliário ou a finança, num contexto marcado por privatizações e pela desregulação do setor financeiro. Nestes domínios, os negócios eram frequentemente especulativos, em grande medida suportados por crédito barato e muito orientados para o mercado interno (Carvalhas, 2011; Abreu *et al.*, 2013)”. Deste modo, o crescimento do PIB começou a abrandar no período compreendido entre 2003 e 2008. Após 2008, a crise económica e as medidas de austeridade implementadas em Portugal aumentaram dramaticamente o desemprego. Segundo o Eurostat, em 2012, Portugal tinha a terceira taxa de desemprego mais elevada dentro da UE27 (15,9%), abaixo da Espanha (25%) e da Grécia (24,3%), estando quase cinco pontos percentuais acima da média europeia (10,5%).

Se atentarmos na evolução temporal da taxa de desemprego em Portugal entre 1995 e 2014, notamos que esta acompanha as oscilações da taxa registada para a UE15. Contudo, os valores registados são substancialmente mais elevados, o que patenteia a fragilidade e menor capaci-

dade da economia portuguesa em fazer face às mudanças nas condições macroeconómicas (Gráfico 1) durante o período de crise. Apesar de os números oficiais identificarem uma descida da taxa de desemprego desde 2013, deve ter-se em conta os milhares de cidadãos portugueses que têm emigrado por falta de trabalho no país¹⁴, a afetação de desempregados a cursos de formação profissional e a “programas de emprego” do IEFP e o elevado número de pessoas que não está registado no IEFP, não sendo assim contabilizados. Para Nuno Serra (2014), os números camuflam uma realidade mais complexa.

Gráfico 1. Taxa de desemprego em Portugal, na UE28 e na UE15, 1995-2014



Fonte: Eurostat.

Um dos aspetos que introduz maior fragilidade na vida dos cidadãos trabalhadores é a situação de desemprego. Seja de curta ou de longa duração, o desemprego tem frequentemente associado um estigma e maiores riscos de exclusão social do indivíduo que vive, mesmo que temporariamente, essa situação. Valadas *et al.* (2014: 55) consideram o desemprego imigrante um fenómeno que, para além de novo, é também contraditório pois os “imigrantes vêm para Portugal para ocupar determinados setores económicos (p.e. construção e obras públicas) onde existe falta de mão-de-obra”.

¹⁴ Segundo dados da PORDATA, entre 2011 e 2014 emigraram, temporária ou permanentemente, 485 128 pessoas.

A retração do setor da construção civil neste contexto de crise, empregador de muitos homens trabalhadores estrangeiros, tal como os setores dos serviços domésticos e limpezas, empregadores de mulheres estrangeiras, justifica os valores referidos. Deste modo, os setores mais afetados pela atual crise foram as atividades imobiliárias, administrativas e dos serviços de apoio (29,1%), a construção (21,2%) e o alojamento, restauração e similares (17,1%), sendo estes três setores responsáveis por cerca de 67% do desemprego registado de estrangeiros nos centros do IEFP (Oliveira *et al.*, 2014). *Para 2014, o padrão setorial é semelhante a 2011 continuando estas três atividades económicas a concentrar mais de dois terços (66,2%) do desemprego registado dos trabalhadores estrangeiros. Assitiu-se, contudo, a uma perda da importância relativa da construção (15,6%) e ao reforço das atividades imobiliárias, administrativas e dos serviços de apoio (32,1%), bem como do alojamento, restauração e similares (18,5%)*¹⁵. A redução da importância relativa dos desempregados registados no IEFP oriundos do setor da construção poderá ser justificada pela perda de relevância desta atividade para a economia nacional, conjugada com a emigração de trabalhadores ou sua reconversão para outros setores, o aumento da informalidade laboral, ou ainda com o facto de muitos desempregados atingirem o limite máximo de tempo em que podem estar inscritos a receber subsídio de desemprego. Esta redução não foi apenas relativa, mas também absoluta. Entre 2011 e 2014, o desemprego registado pelo IEFP, entre os indivíduos do setor da construção, passou de 7795 para 4006 (-48,6%). A diminuição foi visível ao nível de todos os setores de atividade (de 36 807 para 25 609, ou seja, -30,4%) e pode revelar que a inscrição nos centros do IEFP deixou de constituir uma opção ou solução para muitos desempregados. Os trabalhadores viram-se na necessidade de encontrar outras soluções para o problema da ausência de um rendimento mensal, que passaram, frequentemente, pela reemigração, reconversão setorial ou até informalidade laboral.

Dentro do grupo dos trabalhadores imigrantes notam-se diferenças. Recorrendo aos dados dos Censos, a taxa de desemprego para imigrantes de países extracomunitários cifrava-se em 2011 em 19,8%, enquanto para os imigrantes da UE27

¹⁵ Dados não publicados do IEFP.

esta era de 13,9%. Neste contexto, destacam-se, nos dois anos censitários, 2001 e 2011, as nacionalidades guineense, angolana e cabo-verdiana como sendo as nacionalidades com taxas de desemprego superiores às médias registadas para o total dos estrangeiros. Deste ponto de vista, em 2001 os cidadãos guineenses tinham uma taxa de desemprego de 12,5%, tendo esta passado em 2011 para 32,5%. Do mesmo modo, os cidadãos angolanos tinham em 2001 uma taxa de desemprego que atingia os 13,7% e que em 2011 subiu para 29,1%. Relativamente aos cabo-verdianos, em 2001 tinham uma taxa de desemprego de 8,3%, que em 2011 subiu para 27,8%. Pelo contrário, a comunidade chinesa é aquela que regista uma taxa de desemprego mais baixa (1,6%), o que pode estar associado às suas próprias dinâmicas empresariais.

Neste contexto, importa, também, olhar para as desigualdades de género que se verificam, ao nível da taxa de desemprego. É de referir que há uma tendência para o desemprego afetar mais as mulheres que os homens estrangeiros, o que coincide com o que se passa com os cidadãos portugueses. Em 2011, as mulheres de nacionalidade estrangeira tinham uma taxa de desemprego de 19,2% e as portuguesas de 13,5%. Quando nos referimos aos homens, em 2011, os homens de nacionalidade estrangeira tinham uma taxa de desemprego de 17,9% e os portugueses de 12,3%. Contudo, Peixoto e Iório (2011: 44) alertam para o facto de em 2009 o aumento da taxa de desemprego feminina ter sido menos forte do que a masculina, indicando que na década de 2000 alguns dos setores mais afetados pela recessão foram os que empregavam força de trabalho masculina. Há também uma coincidência com as nacionalidades onde a taxa de desemprego é mais elevada. São as mulheres guineenses (28,4%), angolanas (26,4%) e cabo-verdianas (20,2%) que registam as taxas de desemprego mais elevadas, segundo os Censos de 2011. São, também, os homens destas origens que registam as taxas de desemprego mais elevadas (36,6% para os cabo-verdianos, 35,3% para os guineenses e 31,7% para os angolanos), apesar de não haver uma coincidência na ordem. Estas taxas de desemprego têm uma relação bastante estreita com o setor de atividade em que estes cidadãos estrangeiros trabalhavam.

As medidas de proteção social que cobrem os trabalhadores são relevantes para assegurar o apoio em momentos de necessidades, mas num contexto de crise tornam-se ainda mais importantes. Quanto ao subsídio de desemprego, prestação pecuniária que apenas alguns trabalhadores podem receber, os valores percentuais mais elevados, segundo dados do INE referentes aos Censos de 2011¹⁶, encontram-se entre os cidadãos angolanos (7,5%) e ucranianos (7,8%), ultrapassando o valor para os portugueses (3,3%). O rendimento social de inserção (RSI), “medida de proteção social criada para apoiar as pessoas ou famílias residentes em Portugal que se encontrem em situação de grave carência económica e em risco de exclusão social”¹⁷ é recebido por poucos indivíduos (por exemplo, apenas 2,6% dos cidadãos dos PALOP e 0,6% dos brasileiros). A exigência em termos de documentação de residência, de descontos para a Segurança Social e a vulnerabilidade contratual de muitos trabalhadores estrangeiros, por um lado, e a aplicação, até à segunda metade de 2015, de regras de elegibilidade mais restritivas¹⁸ associada à revisão das regras de cálculo do RSI, por outro, são fatores que poderão ajudar a compreender estes valores¹⁹. Por oposição, muitos são os que respondem estar dependentes da família. Com efeito, este é o meio de vida de 26% das pessoas dos PALOP, 17,9% dos brasileiros e 23,7% dos indianos. É necessário ressaltar que nesta categoria entram as crianças e os jovens que ainda não incorporam o mercado de trabalho, tal como outros indivíduos (idosos, por exemplo) que vivem a cargo do agregado familiar.

16 Pode existir algum enviesamento nos dados apresentados por se referirem à realidade do momento censitário.

17 Fonte: <http://www4.seg-social.pt/rendimento-social-de-insercao>.

18 Por exemplo, entre 2012 e 2015, era exigido que os nacionais de países terceiros tivessem pelo menos três anos de residência em Portugal para poderem aceder ao RSI, enquanto para os cidadãos do Espaço Económico Europeu (EEE) o tempo de residência requerido se situava em apenas um ano. Na sequência de um Acórdão do Tribunal Constitucional datado de junho de 2015 (296/2015), que declarou inconstitucional a diferenciação entre nacionais de países terceiros e cidadãos do EEE, procedeu-se à uniformização do tempo de residência exigido que passou a ser de um ano para todos.

19 Para mais informação, ver o 1º relatório preliminar, do Observatório sobre Crises e Alternativas, datado de Dezembro de 2013, páginas 175 e 176 (www.ces.uc.pt/ficheiros2/files/Relatorio_Anatomia_Crise_final_.pdf).

Se atentarmos nos dados do IIEFP sobre o número de desempregados registados nos seus Centros, é possível observar que o peso relativo dos cidadãos estrangeiros cresceu até 2011, ano a partir do qual desceu (Tabela 4). É de salientar que as alterações das regras de atribuição e a aplicação de novas regras de acesso, mais restritivas, a este tipo de apoio fizeram com que o número absoluto de inscritos, nacionais e estrangeiros, se reduzisse.

Tabela 4. Desemprego registado em Portugal Continental, nos Centros do IEFP, 2003, 2008, 2011 e 2014

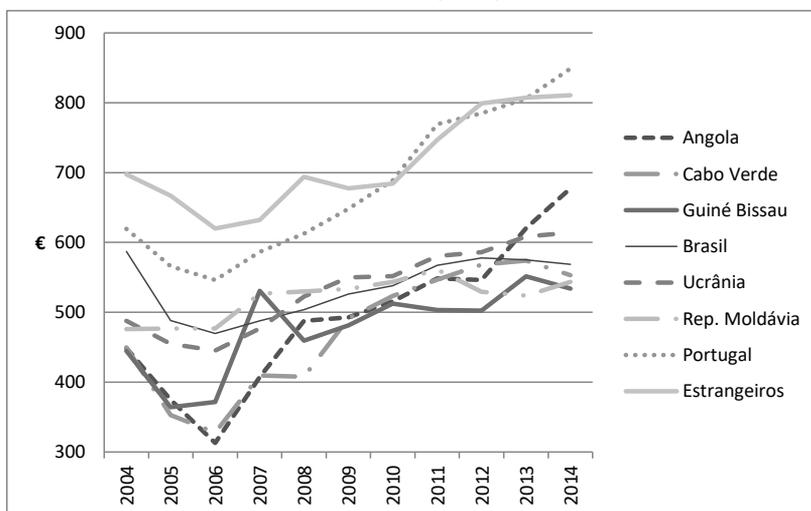
	2003	2008	2011	2014
Portugueses	424 712	378 342	537 580	536 497
Estrangeiros	18 389	24 203	38 803	27 815
Total	443 101	402 545	576 383	564 312
Portugueses (%)	95,8	94	93,3	95,1
Estrangeiros (%)	4,2	6	6,7	4,9
Total (%)	100	100	100	100

Fonte: IEFP (dados não publicados).

De notar que as taxas de variação nos anos considerados não são de modo algum semelhantes entre os cidadãos destes dois grandes grupos. Observa-se um aumento substancial dos cidadãos estrangeiros inscritos entre 2003 e 2008 (31,6%), ao passo que entre os nacionais ocorreu uma redução (-10,9%). Contudo, entre 2008 e 2011, a variação percentual entre os estrangeiros foi muito mais acentuada comparativamente aos portugueses (60,3% e 42,1%, respetivamente), assim como a respetiva redução de 2011 para 2014 (-28,3% e -0,2%, respetivamente). Se conjugarmos estes valores com os dados da Segurança Social, o peso percentual dos beneficiários estrangeiros com processamento de prestações de desemprego, entre 2001 e 2014, atingiu o valor mais elevado em 2011 (5,3%) e tem vindo a diminuir desde então (4,5% em 2014). Peixoto *et al.* (2011: 153) apontam como motivos para esta situação, a aquisição do estatuto legal por parte dos cidadãos estrangeiros, o agravamento da situação económica do país ao longo da década de 2000 e a concessão do direito a este tipo de prestações aos detentores dos diversos títulos de residência e permanência. Por seu turno, as reduções de valores podem indiciar que os trabalhadores estrangeiros se encontram mais vulneráveis às oscilações do mercado de trabalho comparativamente aos nacionais, sendo mais difícil encontrarem-se em situação de elegibilidade para recebimento de prestações (Peixoto *et al.*, 2011; Reis *et al.*, 2010). Adicionalmente, podem também significar uma capacidade mais precoce dos trabalhadores estrangeiros para responder à crise. Mobilizando mais rapidamente processos como a mobilidade internacional ou o trabalho fragmentado e precário.

A maior vulnerabilidade dos cidadãos nacionais de países terceiros fica patente no valor médio das remunerações mensais dos beneficiários recebendo prestações de desemprego, na medida em que para estes o valor é sempre mais baixo comparativamente aos portugueses e também ao valor para a totalidade dos cidadãos estrangeiros (Gráfico 2).

Gráfico 2. Valor médio das remunerações mensais dos beneficiários portugueses e de alguns nacionais de países terceiros recebendo prestações de desemprego, 2004-2014 (euros)



Fonte: Segurança Social (dados não publicados).

Este facto foi anteriormente apontado por Peixoto *et al.* (2011) salientando que as nacionalidades lusófonas do continente africano apresentam situações mais desfavoráveis ou penalizadoras. Também aqui são os cabo-verdianos e guineenses que têm valores médios de remunerações mensais mais baixas comparativamente a outros cidadãos de países terceiros. Os angolanos registam inicialmente valores próximos destas duas nacionalidades, mas a partir de 2012 o valor sobe bastante. Os brasileiros, pelo contrário, têm valores elevados no início do período em análise, mas descem ao longo da década, sendo ultrapassados pelos ucranianos em 2013. As diferenças

dos valores médios entre as várias nacionalidades refletem disparidades salariais, na medida em que o montante recebido na prestação de desemprego se encontra indexado ao salário auferido.

Como vem sendo referido, no caso dos trabalhadores estrangeiros, o desemprego tem consequências importantes que vão para além do rendimento e que são também importantes para a manutenção do estatuto de residente em Portugal, como referiram vários entrevistados. A renovação de residência implica uma prova de meios de subsistência, que pode não ser possível em situações de desemprego: "...porque para um português desempregado a questão é só mesmo financeira, mas um imigrante desempregado pode cair na ilegalidade se não tiver nenhum vínculo laboral, é mesmo difícil. Tem tudo a ver com a sua permanência aqui ou não, então fica trabalhando com medo..." (Gabinete de Inserção Profissional, Casa do Brasil). Segundo o SEF, se o cidadão estrangeiro beneficiar de subsídio de desemprego a renovação da documentação está assegurada. Contudo, se não for esta a situação, cada caso é analisado tendo em conta o historial do cidadão, as condições familiares e a existência de uma terceira pessoa que possa assegurar a subsistência do indivíduo.

Outra situação a ter em conta, quando nos debruçamos sobre as taxas de desemprego dos cidadãos estrangeiros em Portugal, é a proteção social destas pessoas (Fonseca e McGarrigle, 2014). Se tivermos em conta que o número de desempregados é muito elevado, que "o número de pessoas desempregadas sem qualquer apoio social tem vindo a aumentar continuamente desde o início de 2010" (ver o nº 1 do Barómetro das Crises publicado pelo Observatório Sobre Crises e Alternativas), que muitos dos cidadãos estrangeiros não preenchem os requisitos essenciais para aceder às prestações de desemprego por terem relações precárias e informais de trabalho, ou que muitos não se inscrevem nos Centros de Emprego por 'vergonha', a fragilidade e vulnerabilidade destas pessoas aumenta muito. Um dos dirigentes sindicais entrevistados referiu que a não inscrição no Centro de Emprego pode ser considerada, também, uma questão cultural. Neste contexto, deve referir-se que, segundo o Ministério do Trabalho e Segurança Social / Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social, em 2002, cerca de 2,2% do total dos beneficiários de subsídio de desemprego eram estrangeiros, passando este valor, em 2012, para 5,5%, o que pode ser justificado, segundo Peixoto, Marçalo e Tolentino (2011),

pela progressiva regularização do estatuto legal destes cidadãos e da concessão do direito às prestações sociais a vários títulos de residência e permanência no país²⁰.

Segundo dados do IEF, em 2006 estavam registados cerca de 22 485 imigrantes desempregados, tendo este número quase que duplicado em 2012: 41 316 cidadãos estrangeiros registados como desempregados. Contudo, os números não contam tudo, subestimando as situações existentes e as estatísticas não contemplam todas as situações de desemprego da população. Quando um cidadão se encontra numa situação irregular ou de trabalho precário e/ou informal não se inscreve nos Centros de Emprego, não tendo direito ao acesso a prestações sociais. Veja-se por exemplo, o gráfico 3 onde é possível ver o aumento significativo do número de desempregados sem prestação social e a diminuição da taxa de cobertura das prestações de desemprego, para o total da população, segundo dados da Segurança Social.

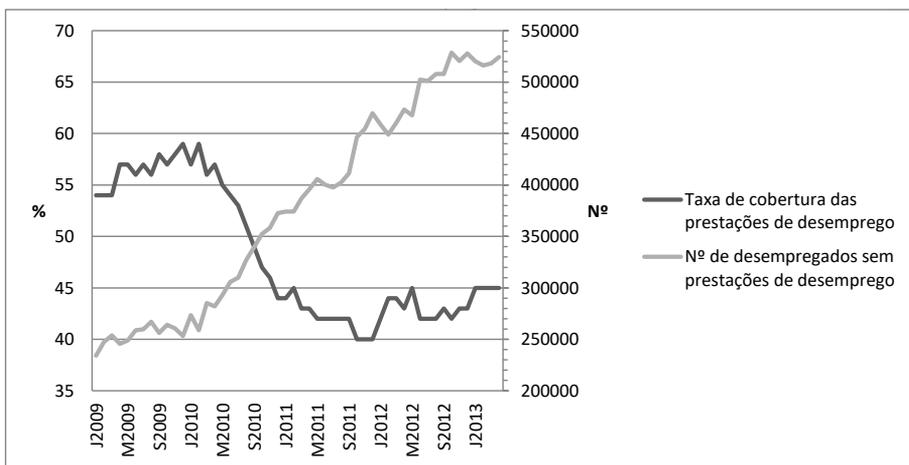
Os trabalhadores que conseguiram manter os seus postos de trabalho viram também as suas condições piorarem, nomeadamente por via da redução dos salários e do aumento da instabilidade laboral. Além disso, o número de trabalhadores a receber o salário mínimo e a viver em situação de pobreza cresceu consideravelmente (Perista e Carrilho, 2015; Ponzo *et al.*, 2015). Num contexto de desvalorização salarial como o que resultou da assinatura do Memorando de Entendimento por Portugal, após a intervenção da Troika, o salário assumiu ainda maior relevância na reprodução social das famílias e na sua capacidade de fazer face aos novos desafios. Inserindo-se, frequentemente, os imigrantes no denominado mercado secundário de trabalho, onde exercem profissões com remunerações médias mais baixas, importa comparar os trabalhadores estrangeiros aos nacionais no que concerne às remunerações e aos ganhos.

20 Segundo os dados do Instituto de Informática da Segurança Social, os nacionais de países terceiros representavam em 2002 80,0% dos beneficiários estrangeiros com processamento de prestações de desemprego. A proporção manteve-se em torno desta ordem de grandeza, até 2014 (81,7%), tendo alcançado o valor mais elevado em 2005 com 85,5%.

A desvalorização global e progressiva dos salários tem sido uma constante na atual situação de crise económica e financeira. As suas evidências têm sido mais notórias ao nível da administração pública que tem perdido poder de compra, que sofreu cortes salariais entre 3,5% e 10%

desde 2011 e que viu suspensos os subsídios de férias e de Natal em 2012 e 2013 (Leite et al., 2013). Mas também a desvalorização do salário no seu todo parece ter-se generalizado em contexto de crise, até porque, frequentemente, muitas entidades empresariais e do Terceiro Setor tomam como referência o comportamento do Estado e reproduzem-no. Segundo dados do Banco de Portugal, entre 2011 e 2012, “mais de 39% dos trabalhadores que conseguiu manter o emprego sofreu, porém, uma redução salarial na ordem dos 23%” (idem: 114).

Gráfico 3. Número de desempregados sem prestações de desemprego e taxa de cobertura das prestações de desemprego



Fonte: http://www.ces.uc.pt/observatorios/crisalt/index.php?id=6522&id_lingua=1&pag=8202

Paralelamente a todo este processo, a crise económica e financeira tem revelado um impulso de saída de portugueses, mas também, de estrangeiros. Tem ocorrido igualmente um decréscimo de novos imigrantes, visível através da redução do número de novos títulos de residência por motivos de trabalho, embora esta redução não se note tanto nos títulos emitidos por motivos familiares (Ponzo et al., 2015). O trabalho recente de Jennifer McGarrigle (2016) sobre imigrantes muçulmanos permitiu concluir que para além das estratégias adotadas *in situ* para fazer face à crise económica, muitos imigrantes migraram para outros países da UE, deixando

alguns deles a sua família em Portugal. Neste contexto, os dados do SEF (2014) indicam uma progressiva desaceleração nos fluxos imigratórios e na população estrangeira residente em território nacional. No que toca aos fluxos de entrada, e face ao ano anterior, 2009 marca o início da redução das novas entradas, verificando-se uma quebra de cerca de -25% no que concerne aos nacionais de países terceiros, 2010 regista um decréscimo que se aproxima dos -19%, 2011 observa um declínio de quase -8%, voltando a redução a acentuar-se em 2012 e 2013 quando o valor atinge -12% e -21%, respetivamente. Note-se que, em 2014, os dados do SEF apontam para uma estabilização no número de entradas de nacionais de países terceiros em relação a 2013, com o valor a situar-se próximo de 22 600, o mais baixo desde os anos que tomámos como referência para o início da crise – 2007/2008.

Por seu turno, e em relação ao stock de residentes estrangeiros (Gráfico 4), só a partir de 2010 é que as fontes oficiais revelam que há um crescimento negativo daquele em Portugal. Detalhando, face ao ano precedente, em 2010 e 2011 há uma redução de 2% e em 2012 esse valor sobe para os 5%.

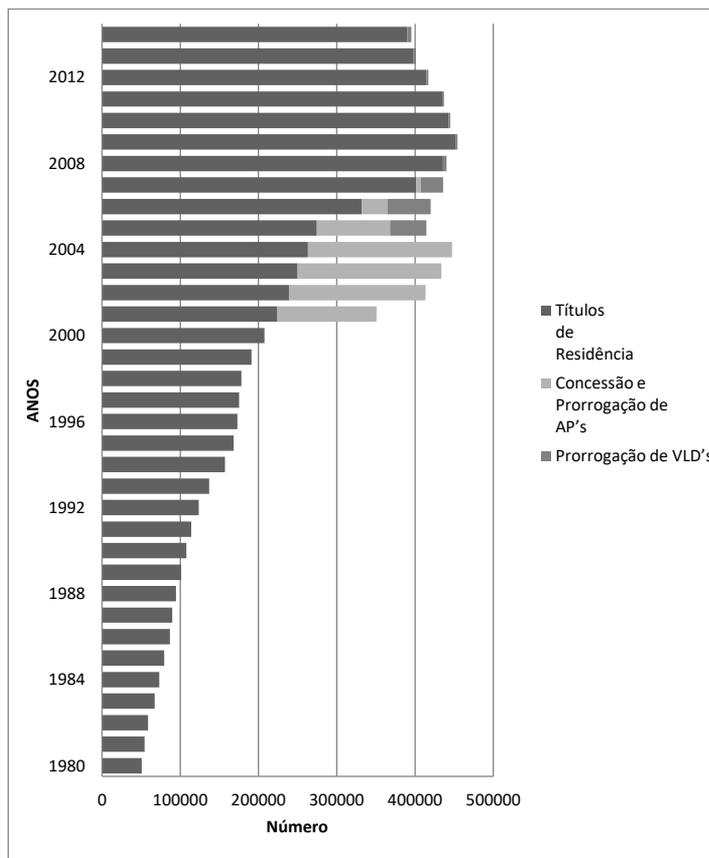
Esta redução deve-se, por um lado, às naturalizações dos imigrantes e, por outro, à saída do país, quer para novos projetos migratórios, quer para retorno ao país de origem. Os dados do Programa de Apoio ao Retorno Voluntário e Reintegração da OIM revelaram, também, uma crescente procura de imigrantes a desejar regressar ao seu país de origem, tendo o número de pedidos de apoio crescido 184% entre 2008 e 2012, passando de 634 para 1799²¹. A diminuição da população estrangeira residente em Portugal nos dados oficiais pode também estar associada à passagem de alguns imigrantes para uma situação de estadia irregular no país.

2.1. Evolução dos fluxos de imigração

Importa agora conhecer a evolução dos quantitativos de cidadãos estrangeiros em Portugal, focando os principais momentos de mudança e as suas características e considerando a composição por nacionalidades.

21 O número de cidadãos realmente retornados com a ajuda da OIM é ligeiramente inferior ao número de pedidos entregue pelos imigrantes. Refira-se que a partir de 2012, o número de pedidos se reduziu (OIM).

Gráfico 4. Evolução da população estrangeira em território nacional, 1980-2014

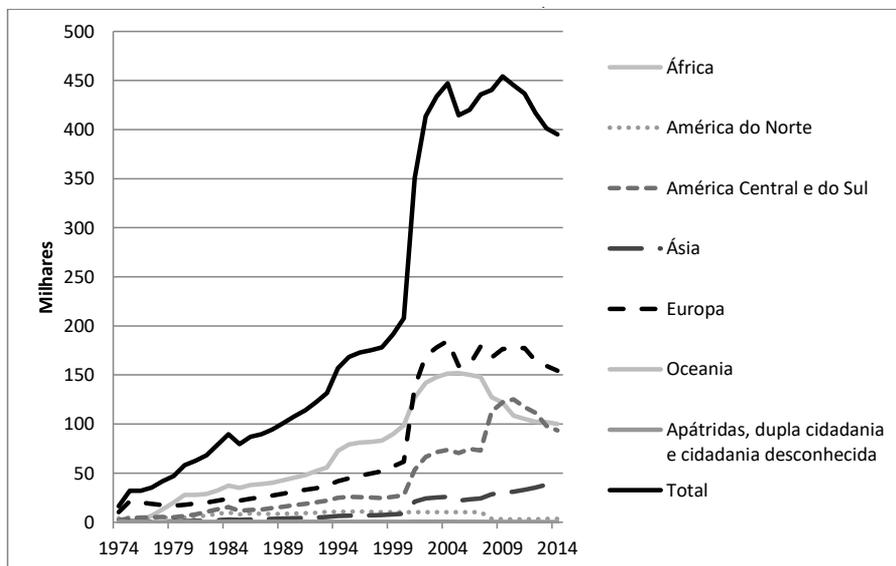


Fonte: Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (<http://sefstat.sef.pt/evolucao.aspx>).

O volume de cidadãos estrangeiros com presença devidamente documentada em Portugal conheceu um crescimento bastante rápido entre 1974 e meados da década de 1980, passando de pouco mais de 16 mil pessoas no primeiro ano para quase 74 mil na segunda data (Gráfico 5). Esta subida deveu-se em grande medida à chegada de milhares de cidadãos das antigas

colónias africanas que se tornaram países independentes entre 1974 e 1975, e, que por força da entrada em vigor do Decreto-Lei nº308A/75 de 24 de junho se tornaram, automaticamente, cidadãos estrangeiros (Healy, 2011; Baganha, Marques e Góis, 2009). As nacionalidades predominantes reportavam-se ao continente africano, com particular destaque para os países lusófonos.

Gráfico 5. Número de cidadãos estrangeiros com presença regularizada em Portugal, segundo os continentes de nacionalidade, 1974-2014



Fonte: Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (www.sef.pt)

Segundo Reis *et al.* (2010), é após a revolução de 1974 que a economia portuguesa inicia o primeiro de três ciclos de crescimento: o ciclo da democracia (1976-1984), em que a taxa de variação média anual do PIB foi de 3,4%. O efeito combinado de uma série de fatores fez com que um número crescente de imigrantes chegasse a Portugal. Por um lado, as guerras civis e a instabilidade política nas antigas colónias africanas, e por outro, a necessidade de mão de obra do mercado de trabalho português associado ao dinamismo dos setores da construção

civil e das obras públicas. Em 31 de dezembro de 1985, nas vésperas de aderir à Comunidade Económica Europeia (CEE), tinham presença documentada em Portugal 79 594 cidadãos estrangeiros, 44% dos quais com origem no continente africano, o que se relaciona com as ligações históricas entre os países.

Assim, a posição de Portugal no contexto das migrações internacionais começou a registar alterações importantes: de país “quase exclusivamente” de emigração durante décadas, Portugal passou a acolher trabalhadores estrangeiros que foram incorporados nos setores em que a mão de obra nacional não conseguia satisfazer a procura: construção civil, obras públicas (os homens), limpezas domésticas e industriais (as mulheres), restauração e serviços pouco qualificados (ambos os sexos).

É precisamente aquando da adesão à CEE que se inicia o segundo ciclo de crescimento económico, denominado por Reis *et al.* (2010) como o ciclo da integração europeia (1985-1993), e com uma taxa de variação média anual do PIB de 4,2%, valor superior ao ciclo anterior. Este crescimento resultou, não só da injeção de fundos estruturais de coesão, mas também da internacionalização da economia portuguesa pelo aumento do investimento direto estrangeiro, e teve como principal consequência o crescimento das necessidades do mercado laboral português, nomeadamente nos setores acima mencionados. Novamente, a incapacidade do mercado nacional em suprir as necessidades refletiu-se no aumento de trabalhadores estrangeiros a residir em Portugal. Prorrogando o modelo de desenvolvimento económico português que já vinha de trás,²² a inserção destes imigrantes no mercado de trabalho português fez-se largamente no segmento “secundário”, por via dos setores da construção civil e das obras públicas, dos serviços de limpeza doméstica e industrial, e dos serviços pessoais (Baganha, Marques e Góis, 2009).

Quanto aos cidadãos brasileiros chegados neste período, que procuravam afastar-se da instabilidade económica vi-

22 Segundo Reis *et al.* (2010), o modelo de desenvolvimento económico português, de natureza extensiva, é muito consumidor de mão-de-obra.

vida no Brasil, na segunda metade dos anos 80 e início dos anos 90, e com formação nas áreas da publicidade, marketing, informática e medicina dentária, a sua incorporação no mercado de trabalho português concretizou-se no segmento “primário” deste (Pinho, 2007; Peixoto e Figueiredo 2007). Portugal era nos anos de 1990 um país relativamente atraente para os imigrantes, principalmente dos PALOP. A chegada de cidadãos estrangeiros e a ausência de uma política clara de regulação dos fluxos levou o governo português, após pressão das associações de imigrantes e de direitos humanos, a abrir um período de regularização extraordinária em 1992/93, no qual se documentaram 39 166 pessoas, 72,4% dos PALOP, e outro em 1996, que permitiu a regularização de 35 082 pessoas, 66,7% dos PALOP (Baganha, Marques e Góis, 2009). Estes processos fizeram crescer rapidamente o número de imigrantes nas estatísticas oficiais (Gráfico 5).

A continuação dos investimentos públicos e privados no setor da construção civil e das obras públicas no final dos anos 1990 e na primeira metade do novo milénio continuou a funcionar como um elemento de atração de mão de obra estrangeira, visto que os trabalhadores nacionais não conseguiam suprir as necessidades de mão de obra. Com efeito, a construção da EXPO98 em Lisboa, diversas autoestradas, e a construção do Metropolitano do Porto, inaugurado em 2002, e com forte dinâmica de expansão até 2006, criou igualmente oportunidades de trabalho para muitos cidadãos estrangeiros. Também, a organização do campeonato de futebol Euro 2004, por Portugal, implicou a edificação de numerosos estádios desportivos. É fundamental acrescentar que a taxa de juro do crédito bancário para aquisição de habitação permaneceu baixa, alimentando o setor da construção civil que produziu 618 697 fogos entre 2000 e 2005, com um pico de quase 130 mil fogos em 2002 (INE, Estatísticas da Construção e Habitação, 2010).

Conhecendo esta necessidade do mercado laboral português, milhares de cidadãos oriundos da Europa de Leste e do Brasil migraram para Portugal, reforçando os processos de inserção no segmento secundário do mercado de trabalho e incrementando muito o número de indi-

víduos estrangeiros no país²³. De resto, o crescimento do número de imigrantes patenteia o terceiro ciclo de crescimento económico do país, denominado por Reis *et al.* (2010) de ciclo da preparação, criação e vigência da moeda única no quadro da UEM (1994-2003). O ritmo de crescimento da economia foi mais brando, visível na taxa de variação média anual do PIB de 2,6%, o mais baixo dos três ciclos identificados.

O crescimento da importância dos imigrantes no mercado de trabalho nacional é visível no seu peso relativo no total de trabalhadores: em 1998, os trabalhadores estrangeiros representavam 1,4% do total da força de trabalho em Portugal, e em 2003 eram já 2,7% (OECD, 2005). Se considerarmos apenas os trabalhadores estrangeiros por conta de outrem, eles representavam, em 2005, 5,3% do total dos trabalhadores nesta condição, atingindo os valores mais elevados nas NUTs III do Algarve (15,3%), Grande Lisboa (9,4%), Península de Setúbal (7,6%) e Alentejo Litoral (7,3%) (Reis *et al.* 2010).

A população estrangeira com idade compreendida entre os 15 e os 64 anos ocupava, em 2007, 8% do emprego total em Portugal (OECD, 2009b). A sua inserção no segmento secundário do mercado de trabalho fica bem patente na proporção do emprego de baixas qualificações ocupado por estrangeiros em 2007: 11,8% se considerarmos todos os cidadãos estrangeiros e 27,5% para os imigrantes chegados nos últimos 10 anos (OECD, 2009b: 88).

O número de imigrantes registou uma tendência ascendente até 2009, ano em que se atingiu o valor máximo de cidadãos documentados em Portugal (454 191 indivíduos ou 4,3% da população residente no país), desde que há registo por parte do SEF. O grupo dos europeus manteve-se à frente dos restantes (38,9%) com particular destaque para a comunidade ucraniana (52 293 ou 11,5% do total).

Apesar da procura do mercado laboral português por trabalhadores estrangeiros, a economia portuguesa tem fragilidades estruturais que se acentuaram com a crise que

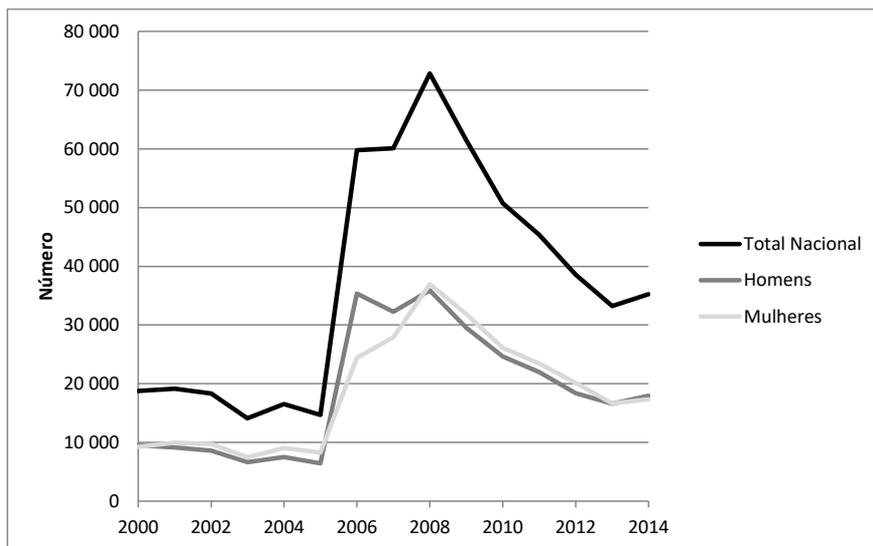
23 A migração a partir destas origens foi “facilitada”, no primeiro caso, pela concessão de vistos para circulação no Espaço Schengen pelas autoridades alemãs dos consulados em Kiev (Ucrânia), Moscovo (Rússia) e Kushmou (República da Moldávia), assim como pela existência de pretensas “agências de viagens” ligadas ao tráfico de seres humanos (Baganha, Marques e Góis, 2004). No caso dos brasileiros, a ausência de necessidade de um visto para entrar em Portugal, tornou mais fácil a entrada de muitos cidadãos.

se iniciou no setor imobiliário norte-americano, e que rapidamente contagiou a economia a nível mundial, nos finais de 2008 (Solimano, 2010). O aumento dos investimentos em setores não-transacionáveis e pouco expostos à concorrência internacional, a redução da capacidade competitiva face ao exterior, o fraco crescimento da produtividade, a desindustrialização, a diminuição da poupança privada, o endividamento das famílias e o aumento da dívida soberana revelaram a reduzida capacidade de Portugal resistir a mudanças macroeconómicas de grande profundidade (Reis, 2014; Abreu *et al.*, 2013; Lourtie, 2011). Como a crise foi gerida por via da austeridade, com acentuada redução do investimento público, mas também privado, o número de falências de empresas aumentou, perderam-se postos de trabalho e ocorreu uma desvalorização interna, conseguida pela redução dos salários nominais, desregulação e redução da proteção laboral (Costa e Castro Caldas, 2014). Estas dificuldades refletiram-se, como vimos atrás, num menor número de empregos disponíveis, o que conjugado com a implementação e fiscalização do cumprimento de uma rigorosa legislação laboral sobre o trabalho indocumentado, tem levado a uma descida do número de cidadãos estrangeiros em Portugal, desde 2010, com uma diminuição notória dos cidadãos da Europa de Leste e da América do Sul.

Esta redução da presença de estrangeiros em Portugal deve-se à combinação de vários motivos. Para além do aumento dos fluxos de saída de migrantes de longa e curta duração (121 500 em 2012, dos quais 4% estrangeiros) e retorno ao país de origem, tem-se observado igualmente uma diminuição nos fluxos de entrada (Gráfico 6) conjugada com mudanças na razão da entrada. Após atingir o valor máximo em 2008 com mais de 76 600 novos títulos, as entradas ficaram-se pelos 35 265 mil novos títulos em 2014, atribuídos essencialmente a cidadãos brasileiros (15,8%), chineses (10,6%), romenos (7,0%), cabo-verdianos (6,2%) e franceses (5,5%). Quanto às principais razões de concessão de novas autorizações de residência, nota-se uma diminuição das concessões por motivos laborais (apenas 10,2%, contra 13,8% em 2013) e aumento dos documentos atribuídos a nacionais e familiares de cidadãos da União Europeia (48,7%), reagrupamento familiar (23,7%) e estudo (7,7%) o que indicia uma mudança do perfil de imigrante que procura Portugal. Há que ressaltar que em 2014, e pela primeira vez desde 2008, se registou um crescimento da emissão de novos títulos (+6,1%, comparativamente ao

ano anterior) e que segundo o Relatório de Imigração Fronteiras e Asilo de 2014 (RIFA 2014) é "... explicado em boa parte pelo regime ARI/Golden Visa e pelo regime fiscal para residentes não habituais" (SEF, 2015: 12)²⁴. De resto, o novo quadro que parece desenhar-se após 2013, em que os migrantes "pós-laborais" (reformados, investidores...) assumem grande relevância, muitos dos quais oriundos de países da União Europeia, ajuda a explicar que o aumento no número de novos títulos de residência verificado de 2013 para 2014 aconteça apenas no caso dos cidadãos da UE, uma vez que, como vimos atrás, no que respeita aos não comunitários ocorreu uma estabilização.

Gráfico 6. Fluxos de entrada em Portugal segundo o sexo, 2000-2014



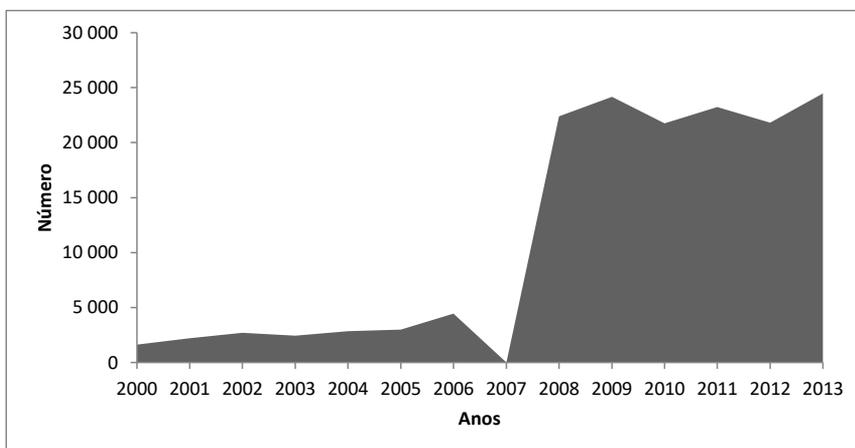
Fonte: Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (www.sef.pt)

Além dos fatores apontados, a redução do stock de estrangeiros documentados em Portugal fica também a dever-se ao aumento do número de aquisições de nacionalidade

²⁴ Este regime, criado em 2009, envolve a isenção de IRS para rendimento obtido no estrangeiro, rendimentos prediais, mais-valias e pensões, estando a ser aplicado, sobretudo, a cidadãos da União Europeia.

portuguesa, processo que se tornou mais fácil, nomeadamente para os descendentes de imigrantes, após a entrada em vigor da Lei Orgânica n.º 2/2006, de 17 de abril que reforçou o princípio do *ius soli*. De 2435 aquisições em 2003, os valores saltaram para 4447 em 2006 e para 22 408 em 2008. Nos anos seguintes, até 2013, os valores anuais oscilaram entre 22 mil e 24 mil aquisições de nacionalidade portuguesa (Gráfico 7)²⁵.

Gráfico 7. Aquisições de nacionalidade portuguesa, 2000-2013



Fonte: Eurostat. (Nota: Não há informação para o ano 2007.)

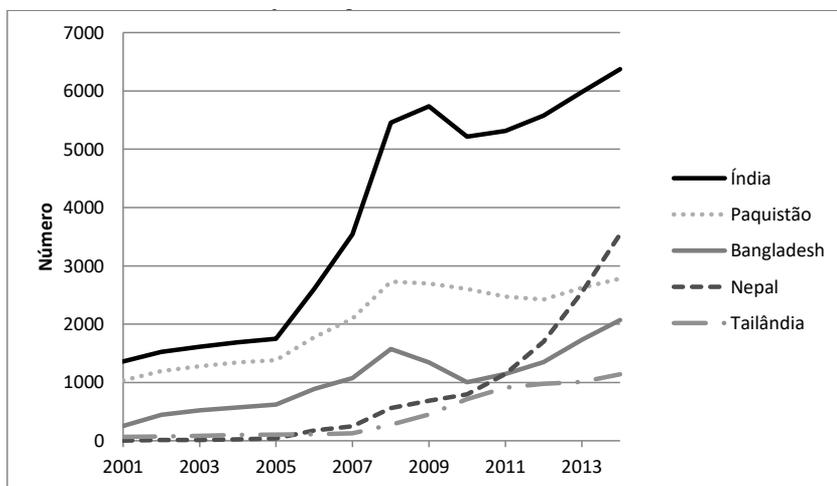
Segundo informação do INE, considerando os cidadãos estrangeiros residentes em Portugal e residentes no estrangeiro, registou-se um total de quase 150 000 aquisições de nacionalidade portuguesa entre 2008 e 2013. As 5 principais nacionalidades a solicitarem cidadania portuguesa foram os cidadãos brasileiros, cabo-verdianos, ucranianos, moldavos e angolanos, isto é, nacionais de países terceiros com comunidades numerosas em Portugal e/ou com português como língua materna/oficial.

25 Estas aquisições de nacionalidade reportam-se apenas aos indivíduos residentes em Portugal. O INE apresenta, para os mesmos anos, valores globais mais elevados, pois inclui as aquisições de nacionalidade obtidas por pessoas residentes no estrangeiro.

Neste contexto de redução da presença de estrangeiros em Portugal, é de assinalar o aumento lento, mas contínuo,

dos cidadãos oriundos do continente asiático (de 8721 em 2000 para 43 201 em 2014, ou seja, um aumento de 395,4%), principalmente da China, Índia, Nepal Paquistão, Bangladesh e Tailândia (Gráfico 8).

Gráfico 8. Evolução de algumas comunidades do continente asiático, 2001-2014



Fonte: Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (www.sef.pt)

(Nota: o gráfico não inclui a evolução da população de nacionalidade chinesa por atingir quantitativos bastante superiores, e se incluídos no gráfico, "diluiriam" em muito o rápido crescimento destas comunidades asiáticas.)

A taxa de variação do número de cidadãos chineses entre 2007 e 2014 é de 101,4%, passando de 10 448 pessoas para 21 042, e assumindo-se como a 5ª comunidade estrangeira mais relevante em Portugal (SEF, 2015). Entre indianos e bangladeshianos, e para período idêntico, a taxa é de 56,5% e 75,8%, respetivamente. Os nacionais do Nepal registam uma variação de 1073,5% em igual intervalo de tempo, mas partem de valores muito baixos em 2007 (302 cidadãos).

As acentuadas taxas de crescimento observadas nos últimos anos entre algumas comunidades, claramente em contraciclo com a tendência geral de diminuição de efetivos a nível nacional, resultam da combinação de vários fatores. Temos, por um lado, as estratégias de contratação

de trabalhadores para atividades agrícolas em regiões específicas do país, mas também os processos de reagrupamento familiar ou as migrações em cadeia, apoiadas em redes sociais constituídas por coétnicos (Lancee, 2012), resultantes da percepção de oportunidades de trabalho em determinadas regiões de Portugal, como abordaremos mais à frente, na análise dos resultados do trabalho empírico nas áreas em estudo.

2.2. Modificações recentes no quadro legal para estrangeiros residentes

A crise económica tem sido também acompanhada por alterações ao nível da política migratória portuguesa, algumas das quais procurando responder diretamente às consequências daquela. Em 2009, o relatório do SEF (SEF, 2009: 9-10) apontava que:

“Face aos tempos difíceis que se vivem, aos quais os imigrantes não estão seguramente imunes, a Portaria n.º 760/2009 de 16 de julho, consagrou uma solução excecional e temporária, relativa ao regime de meios de subsistência, exigidos aos cidadãos estrangeiros, designadamente para efeitos de renovação de títulos de residência. Desta forma, obsta-se a que razões conjunturais, relacionadas com a atual crise mundial, determinassem, de forma quase automática, a cessação da permanência de estrangeiros e suas famílias em território nacional.”

São abrangidos por esta medida os imigrantes que comprovem encontrar-se em situação de desemprego involuntário e que declarem não poder manter a disponibilidade ou a possibilidade de adquirir legalmente os meios de subsistência previstos na Portaria nº 1563/2007 de 11 de dezembro. Podem assim beneficiar da prorrogação da sua permanência em Portugal correspondente ao tipo de visto (título de residência temporária, autorização de residência permanente ou residência de longa duração).

Foi feita igualmente uma revisão do enquadramento para proteger trabalhadores imigrantes cujos empregadores deixaram de pagar os seus descontos para a segurança social, através do Decreto Regulamentar nº2/2013 de 18 de março. Este, no seu artigo 63º - 4, afirma que “caso se verifique insuficiência da informação no sistema de segurança social por causa não imputável ao trabalhador e este faça prova de apresentação de queixa junto das autoridades

competentes, poderão, se necessário, ser realizadas diligências adicionais, e renovada a autorização de residência”. Tal como referido na Medida 22 do 2º Plano para a Integração de Imigrantes (2010-2013), o objetivo desta alteração legislativa foi não prejudicar o trabalhador imigrante na renovação dos títulos a que tem direito, no caso de incumprimentos por parte da entidade empregadora.

No que respeita à proteção social, também se verificaram alterações nas condições de acesso a um importante instrumento – o Rendimento Social de Inserção – no sentido de eliminar diferenças nas condições de acesso dos cidadãos estrangeiros segundo a sua proveniência geográfica. A Lei nº 13/2003, de 21 de maio, no seu artigo 6º, nº 1, estabelecia, na alínea a), um período de pelo menos um ano de residência legal em Portugal para os cidadãos nacionais ou nacionais de Estado membro da União Europeia, de Estado que faça parte do Espaço Económico Europeu ou de um Estado terceiro que tenha celebrado um acordo de livre circulação de pessoas com a União Europeia, e na alínea b), de 3 anos para os nacionais de um Estado que não esteja incluído na alínea anterior.

O Acórdão do Tribunal Constitucional nº 296/2015 de 15 de junho, declarando a inconstitucionalidade do artigo 6º, números 1 e 4 (aplicação aos membros do agregado familiar do requerente), alterou esta disposição legal no sentido de colocar em igualdade de condições todos os cidadãos estrangeiros, isto é, exigindo para todos apenas um ano de residência legal em Portugal.

Além do conjunto de modificações legais que incidem mais diretamente sobre o domínio da proteção social e que são suscetíveis de contribuir para potencialmente mitigar os problemas sentidos pelos imigrantes no contexto de crise económica e social, houve outro tipo de alterações legislativas relevantes no domínio do enquadramento e gestão dos fluxos migratórios que tiveram lugar neste período. Por exemplo, logo em 2010, foram promulgados (SEF, 2010: 15): i) a Resolução do Conselho de Ministros n.º 21/2010, de 26 de março, que aprova o contingente global indicativo da concessão anual de vistos de residência para a admissão de cidadãos

estrangeiros para o exercício de uma atividade profissional subordinada, estabelecendo como limite máximo 3.800 vistos de residência até 31 de dezembro desse ano; ii) o II Plano para a Integração dos Imigrantes (II PII) para o período 2010-2013, aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 74/2010, de 17 de setembro; iii) o II Plano Nacional contra o Tráfico de Seres Humanos (2011-2013), aprovado através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 94/2010, de 29 de novembro; iv) a Portaria n.º 674/2010, de 11 de agosto, que prorroga a duração do “Programa Integração Profissional de Médicos Imigrantes” (PIPMI), destinado a apoiar a integração profissional de 150 médicos imigrantes residentes em Portugal, com vista ao exercício da medicina no âmbito do Serviço Nacional de Saúde (SNS), até à conclusão do processo de equivalência de habilitações de todos os candidatos já admitidos.

Em 2012 (SEF, 2012: 13), foi modificada a Lei de estrangeiros - Lei n.º 29/2012, de 9 de agosto, que altera a Lei n.º 23/2007, de 4 de julho - designadamente com: 1. a criação da autorização de residência para fins de investimento e 2. a transposição da Diretiva n.º 2009/50/CE, do Conselho, de 25 de maio, que institui o “Cartão Azul UE” como instrumento de atração de nacionais de países terceiros altamente qualificados. É de destacar também, em 2014, a conversão do Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas (ACIDI) em Alto Comissariado para as Migrações, I.P., cuja orgânica é aprovada pelo Decreto-Lei n.º 31/2014. Este organismo passa a ocupar-se não só de questões relacionadas com a imigração, mas inclui também outras referentes à emigração, como “Promover, acompanhar e apoiar o regresso de emigrantes portugueses e o reforço dos seus laços a Portugal” (em acm.gov.pt), devido à sua relevância no novo contexto de crise económica. Já em 2015, é de realçar a aprovação do Plano Estratégico para as Migrações 2015-2020 pela Resolução do Conselho de Ministros, n.º 12-B/2015, de 20 de março.

CAPÍTULO 3.

CRISE ECONÓMICA, IMIGRAÇÃO E MERCADO DE TRABALHO.

INSERÇÃO LABORAL DOS IMIGRANTES EM PORTUGAL: O QUE SE SABE

1. RETRATOS DO TRABALHO IMIGRANTE: HISTÓRIAS DE PRECARIIDADE

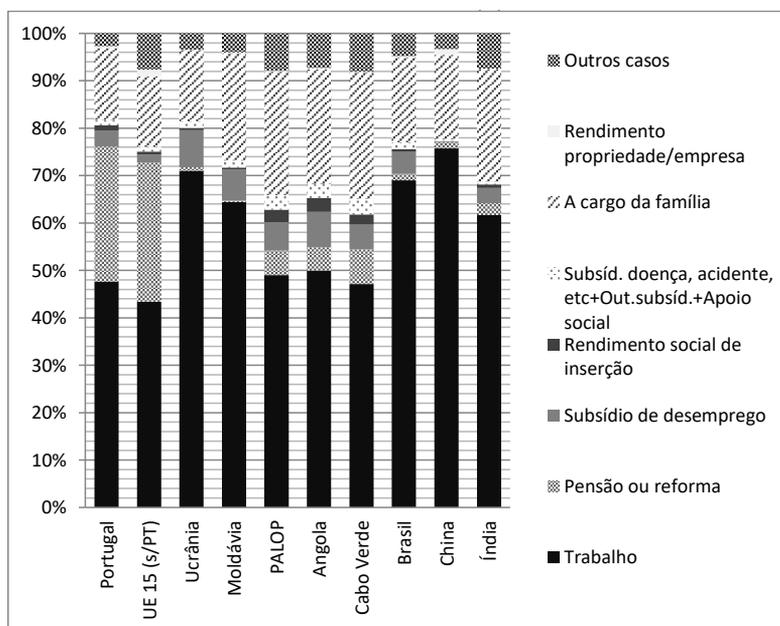
A precariedade laboral em que as pessoas viviam conciliava-se mais ou menos bem com a expansão, a precariedade existia, as pessoas estavam fragilizadas nos segmentos mais desprotegidos mas como ia havendo muita oferta de emprego as pessoas saíam de um e entravam logo noutra (...) Muitos deles já estavam num grupo vulnerável antes da crise, carente de direitos, tendo-se agravado essa carência com a crise económica não tendo sido nada resolvido a favor deles e depois o facto de estarem concentrados nalguns setores de atividade que foram particularmente afetados. (Investigador entrevistado)

A inserção de trabalhadores estrangeiros no mercado de trabalho em Portugal segue um padrão semelhante ao verificado em muitos outros contextos (veja-se por exemplo, Samers, 2014): trabalho por conta de outrem com sobre representação nos segmentos profissionais menos qualificados e em setores de atividade específicos. Em 2011 (dados dos Censos), 59% da população estrangeira residente em Portugal tinha como principal meio de vida os rendimentos do trabalho o que indica uma migração claramente laboral (apenas 47,8% dos nacionais registava esta condição) – Gráfico 9.

As diferenças entre as principais nacionalidades residentes em Portugal traduzem distintos tempos de residência. As nacionalidades com uma presença mais recente, como os cidadãos ucranianos, moldavos e brasileiros, têm proporções mais elevadas de pessoas a viverem dos rendimentos do trabalho (segundo os Censos 2011, 70,9%, 64,4% e 69,1%, respetivamente), ao passo que os cidadãos dos PALOP, chegados há mais tempo a Portugal, apresentam já cerca de 5% de pessoas a viverem da pensão ou reforma. Entre os

cabo-verdianos, comunidade pioneira em Portugal, 7,3% encontra-se nesta situação. A pensão e a reforma assumem alguma relevância entre os nacionais da UE15 (sem Portugal), visto que estão aqui incluídos muitos cidadãos da Europa Setentrional (britânicos, alemães, holandeses, entre outros) que procuram os países de clima mais ameno da Europa do Sul para usufruírem das suas aposentações (Williams, King e Warnes, 1997; Williams *et al.*, 2000).

Gráfico 9. População residente em Portugal, com >=15 anos, por principal meio de vida e grandes grupos de nacionalidades, 2011 (%)



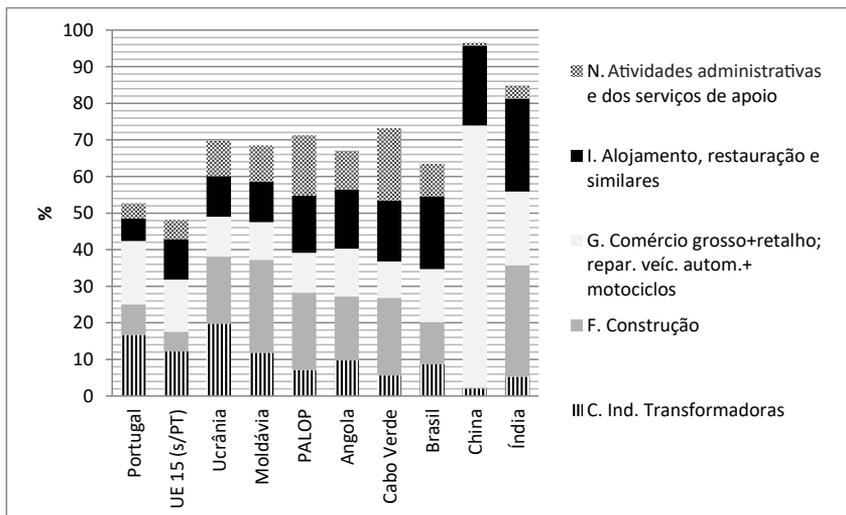
Fonte: INE, Recenseamento da População, 2011.

Numa visão geral, relativamente às atividades económicas²⁶ mais relevantes para os trabalhadores estrangeiros, em 2011 segundo os dados dos Censos destacam-se os grupos I - Alojamento, restauração e

²⁶ Dados da população empregada por CAE, rev. 3.

similares (15,8% do total de população estrangeira empregada); G - Comércio por grosso e a retalho e reparação de veículos automóveis e motocicletas (15,6%); F - Construção (14%); Grupo C - Indústrias transformadoras (10,2%); e N - Atividades administrativas e dos serviços de apoio (9,6%). Para Portugal, as diferenças entre as várias nacionalidades são marcantes, com 96,6% dos cidadãos chineses e 84,9% dos indianos a concentrarem-se nestas 5 atividades, ao passo que entre os nacionais da UE15 e os portugueses este valor se fica pelos 48,1% e 52,7%, respetivamente (Gráfico 10). No caso da China, denota-se uma elevada concentração no comércio por grosso e a retalho (71,7%), justificado pelo empreendedorismo comercial desta comunidade associada à contratação de coétnicos. A população indiana reparte-se entre a construção, o alojamento e a restauração, tal como pelo comércio por grosso e a retalho.

Gráfico 10. - População empregada em Portugal, nos principais grupos de atividade económica (CAE Rev.3), segundo a nacionalidade e grupos de nacionalidades (%), 2011



Fonte: INE, Recenseamento da População, 2011.

Para os cidadãos dos PALOP, nomeadamente cabo-verdianos, a construção ainda é uma das atividades empregadoras mais relevantes (21,1% e 21,2%, respetivamente), apesar de as ativi-

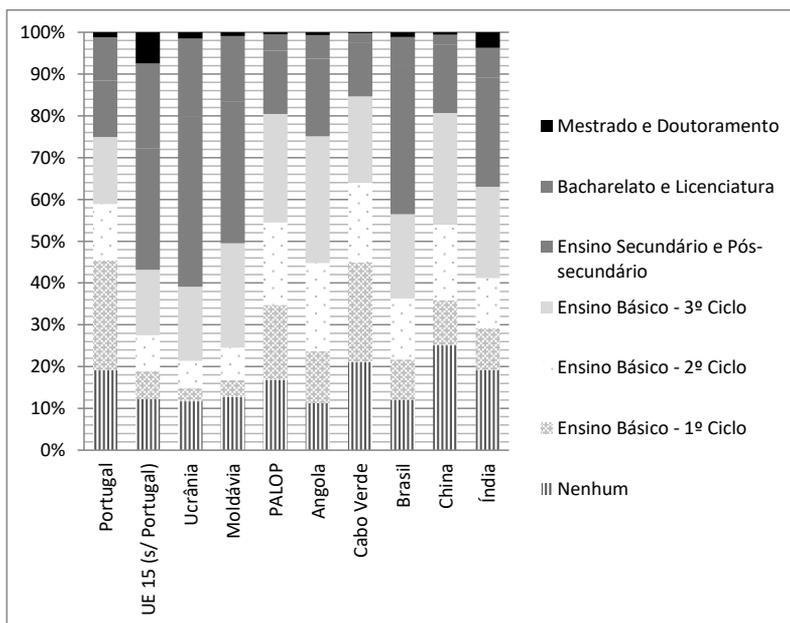
dades administrativas e dos serviços de apoio terem já uma expressão digna de nota (16,5% e 19,8%, respetivamente). A presença mais antiga em Portugal associada a um melhor conhecimento do mercado de trabalho e à aquisição de qualificações, poderá ter-lhes permitido alguma mobilidade profissional ascendente, apesar de vários estudos apontarem frequentemente para um limitado potencial de mobilidade (Machado e Abranches, 2005; Oliveira, 2006). A construção assume-se para os cidadãos moldavos e ucranianos como uma atividade de grande destaque, assim como as indústrias transformadoras nas regiões com uma especialização regional neste setor (Marques e Góis, 2010; Reis *et al.*, 2010).

Segundo os Censos de 2011, os trabalhadores estrangeiros concentravam-se principalmente nos grupos profissionais: 9 - Trabalhadores não qualificados (26,7%, face a 12% para os trabalhadores nacionais); 5 - Trabalhadores dos serviços pessoais, de proteção e segurança e vendedores (25,5%, face a 19,4% para os trabalhadores nacionais); e 7 - Trabalhadores qualificados da indústria, construção e artífices (17,3%, e 15,6% para os trabalhadores nacionais). Nota-se uma enorme ausência dos Nacionais de Países Terceiros nas profissões de chefia e/ou mais exigentes em termos de qualificações como os grupos 1 (Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos, dirigentes, diretores e gestores executivos), 2 (Especialistas das atividades intelectuais e científicas) e 3 (Técnicos e profissões de nível intermédio), e uma sobre representação nos grupos profissionais que requerem menos preparação e/ou que envolvem os habitualmente denominados trabalhos 3D²⁷, como os grupos 5, 7 e 9. Este facto pode justificar-se pela não portabilidade de alguns graus académicos obtidos pelos cidadãos estrangeiros nos seus países de origem. No caso de Portugal, tal como acontece noutros países, o padrão de inserção laboral de trabalhadores estrangeiros não está diretamente relacionado com níveis de escolaridade ou formação mais baixos. Globalmente, existe uma maior percentagem de população estrangeira com níveis de escolaridade mais elevados do que a portuguesa. Segundo os dados do Censos de 2011, 28,1% dos residentes estrangeiros em Portugal completou ensino secundário ou pós-secundário (comparativamente com 13,7% dos portugueses), 20,9% completou o terceiro ciclo do ensino básico (16,1% dos portugueses) e 12,7% possui ensino superior (11,7% dos portugueses) (Oliveira e Gomes, 2014: 69).

27 Na terminologia anglo-saxónica Dirty, Dangerous & Demanding.

Há, no entanto, grandes diferenças entre os vários grupos de nacionalidades. Com efeito, de entre os Nacionais de Países Terceiros, os cidadãos ucranianos e moldavos apresentam níveis de escolaridade muito elevados, apenas superados pelos indivíduos da UE15 (sem Portugal): mais de 20% dos primeiros e 16,5% dos segundos possuem o ensino superior. Estas duas nacionalidades têm também algumas das maiores percentagens de pessoas com o ensino secundário ou pós-secundário (entre 34% e 41%), grau de instrução onde se encontra mais de 1/3 (35,4%) de membros da comunidade brasileira –Gráfico 11. Os dados mostram um contraste acentuado com as comunidades dos PALOP, China ou Índia, onde se nota uma elevada presença de cidadãos sem nenhum grau de instrução (por exemplo, 25% dos chineses) ou apenas com o 1º ciclo do ensino básico (21% dos cabo-verdianos, a título de exemplo) à semelhança dos cidadãos portugueses.

Gráfico 11. Grau de instrução dos indivíduos residentes em Portugal segundo a nacionalidade e grupos de nacionalidades, 2011 (%)



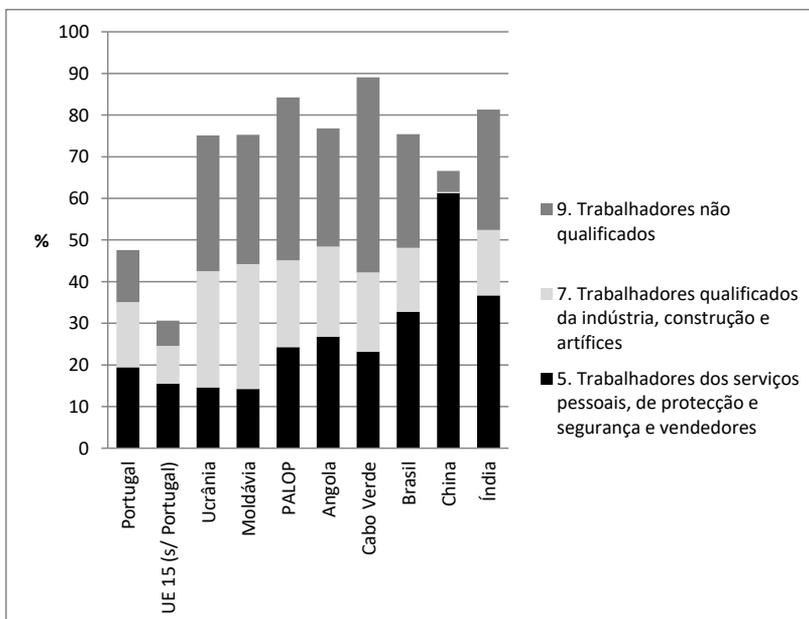
Fonte: INE, Recenseamento da População, 2011.

Contudo, a elevada escolarização de alguns trabalhadores imigrantes nem sempre se traduz numa incorporação em profissões ou atividades exigindo maiores qualificações. A questão do “desperdício de cérebros” em Portugal tem sido abordada por diversos autores (Góis e Marques, 2014; Peixoto, 2002; Carneiro, Fortuna e Varejão, 2010; Reis *et al.*, 2010; Malheiros, Oliveira e Albrecht, 2015) e tem ainda muito impacto na vida dos imigrantes. A entrada no mercado de trabalho do país de acolhimento envolve frequentemente o exercício de tarefas e funções que implicam o não aproveitamento das qualificações académicas e profissionais dos trabalhadores imigrantes (Góis e Marques, 2014; Reis *et al.*, 2010; Peixoto, 2002). A portabilidade de graus académicos, envolvendo o seu reconhecimento através de processos de equivalência por instituições de ensino no país de destino, é muitas vezes um processo difícil, moroso e dispendioso para o cidadão imigrante (Nowicka, 2014). Um exemplo concreto desta situação é o que refere a Chefe de Divisão de Intervenção Social e Voluntariado da Câmara Municipal de Loulé, aquando da realização dos fóruns de preparação do Plano Municipal para a Integração dos Imigrantes: “alguns [imigrantes] apresentaram dificuldades em ter reconhecida a certificação profissional de alguns dos países de origem. Daí sentirem-se discriminados no acesso ao emprego porque têm qualificações, até superiores, mas aquilo que lhes oferecem são empregos pouco qualificados. (...) no caso das mulheres na área da hotelaria – empregadas domésticas, empregadas de limpeza dos hotéis e aldeamentos turísticos – e [no caso] dos homens na construção civil”. Situação equivalente é relatada pela dirigente da Casa da Ucrânia quando diz que como as pessoas precisam de ganhar dinheiro, “aceitam qualquer trabalho (...) [mesmo] pessoas com habilitações literárias de ensino superior empregam-se como domésticas, jardineiros, limpeza de edifícios”. Como referem Reis *et al.* (2010: 231) “... na generalidade dos contextos regionais e locais verifica-se um subaproveitamento das habilitações dos trabalhadores estrangeiros, aparecendo os comunitários (...) como a exceção”.

Para Portugal, há diferenças dignas de nota entre as várias nacionalidades, pois temos perto de 84,2% dos cidadãos dos PALOP e 81,3% dos indianos nas profissões dos grupos 5, 7 e 9 (Trabalhadores dos serviços pessoais, de proteção e segurança e vendedores, Trabalhadores qualificados da indústria, construção e artífices e Trabalhadores não qualificados, respetiva-

mente) mas substancialmente menos chineses (66,6%) e apenas 30,6% dos nacionais da UE15 (sem Portugal) –Gráfico 12. Os cidadãos brasileiros e chineses estão particularmente presentes no grupo 5 devido, no primeiro caso, ao domínio da língua portuguesa e facilidade de comunicação²⁸, e ao elevado empreendedorismo da comunidade chinesa que emprega muito frequentemente coétnicos, no segundo caso (Oliveira, 2005).

Gráfico 12. População empregada em Portugal nos grupos 5, 7 e 9 de profissões (CPP2010), segundo a nacionalidade e grupos de nacionalidades, 2011 (%)



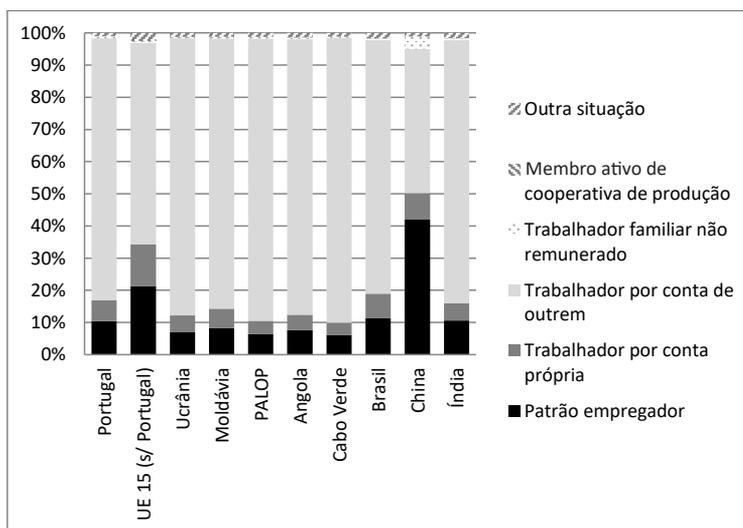
Fonte: INE, Recenseamento da População, 2011.

No que concerne a situação na profissão em Portugal, os trabalhadores por conta de outrem são largamente majoritários face às restantes modalidades (Gráfico 13). As proporções mais elevadas encontram-se entre os tailandeses

28 Apesar desta acentuada presença de brasileiros nas profissões dos grupos 5, 7 e 9, autores como Peixoto e Figueiredo (2007) referem o “carácter dual” da imigração brasileira, com profissionais qualificados tanto no mercado de trabalho primário, como com trabalhadores nas atividades indiferenciadas do mercado de trabalho secundário.

(97,0%), são-tomenses (90,0%) e guineenses (89,6%) e as mais reduzidas entre os nacionais da China (44,9%). A nível nacional, a tradicionalmente empreendedora comunidade chinesa apresenta a maior proporção de patrões empregadores (42,0%), seguida pelos nacionais da UE15 (21,3%) e pelos bangladeshianos (20,8%). Esta modalidade de incorporação laboral tem vindo a reforçar-se, pois entre 2001 e 2011 cresceu o número absoluto de empregadores estrangeiros (de 20 571 para 23 652), ao contrário do que aconteceu com os empregadores portugueses (decréscimo de 6,9%), e também aumentou o peso relativo de empregadores no total de ativos estrangeiros (de 10,2% para 12,0%) (Oliveira e Gomes, 2014: 81). Os trabalhadores por conta própria têm também alguma expressão entre os cidadãos chineses e da UE15. No entanto, estes padrões globais requerem uma análise mais detalhada, que inclua as nuances verificadas por região de origem dos imigrantes residentes em Portugal.

Gráfico 13. População empregada em Portugal segundo a situação na profissão e a nacionalidade ou grandes grupos de nacionalidades, 2011 (%)



Fonte: INE, Recenseamento da População, 2011.

29 Os Quadros de Pessoal do Gabinete de Estratégia e Estudos do Ministério da Economia reportam-se ao mês de Outubro de cada ano e abrangem todas as entidades com trabalhadores por conta de outrem, exceptuando a Administração Pública, entidades que empregam trabalhadores rurais não permanentes e trabalhadores domésticos.

Relativamente aos salários, analisando os dados dos Quadros de Pessoal de 2013²⁹, os trabalhadores estrangeiros por conta de outrem recebiam, em média, remunerações base 7,1% mais baixas que a generalidade dos trabalhadores por conta de outrem (portugueses e estrangeiros) no país. São também de referir grandes discrepâncias ao nível das profissões, em que os trabalhadores estrangeiros enquadrados nos grupos profissionais mais exigentes em qualificações auferem remunerações base muito mais elevadas que a totalidade dos trabalhadores (Tabela 5). No entanto, numa análise longitudinal, verifica-se desde 2002 uma tendência de redução das diferenças salariais entre trabalhadores nacionais e estrangeiros (Oliveira e Gomes, 2014:72).

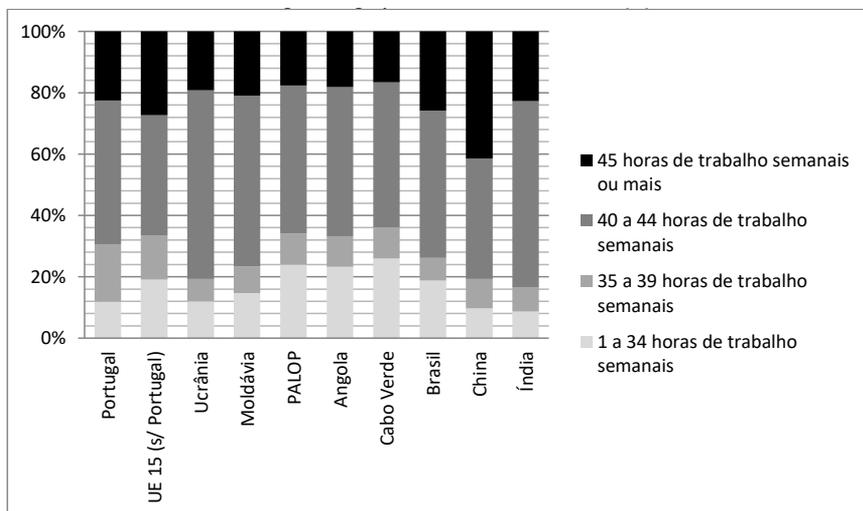
Tabela 5. Taxa de discrepância da remuneração base média e do ganho médio entre a totalidade dos trabalhadores por conta de outrem e os trabalhadores por conta de outrem estrangeiros, 2013 (%)

Grupos profissionais (CPP 2010)	Remuneração base média			Ganho		
	Total	H	M	Total	H	M
1. Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos, dirigentes, diretores e gestores executivos	40,9	52,5	5,2	26,2	31,9	0,7
2. Especialistas das atividades intelectuais e científicas	18,4	19,8	14,3	15,8	16,7	12,6
3. Técnicos e profissões de nível intermédio	105,2	150,7	0,4	45,8	54,6	-2,3
4. Pessoal administrativo	-12,1	-17,6	-7,9	-15,9	-24,8	-9,9
5. Trabalhadores dos serviços pessoais, de proteção e segurança e vendedores	-9	-15,9	-4,8	-15,3	-27,5	-8,5
6. Agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura, da pesca e da floresta	-10,3	-12,1	-3,1	-6,7	-8,9	1,1
7. Trabalhadores qualificados da indústria, construção e artífices	-6,6	-9,5	1,1	-5,3	-9	4,2
8. Operadores de instalações e máquinas e trabalhadores da montagem	-2,8	-7,3	3,3	0,6	-5,4	6,4
9. Trabalhadores não qualificados	-4,9	-8,6	-1,8	-6,5	-12,4	-1,8
Trabalhadores sem profissão atribuída	37,3	35	41	27,7	25	31,5
Total	-7,1	-2,8	-15,2	-11	-7	-20,1

Fonte: GEE, Ministério da Economia.

As diferenças entre as várias nacionalidades são também visíveis no escalão de horas de trabalho da população empregada. A maioria trabalha entre 40 e 44 horas semanais (Gráfico 14). Contudo, 41,5% dos cidadãos chineses trabalham 45 ou mais horas por semana, o que poderá estar relacionado com o tipo de práticas laborais das lojas dos coétnicos e com a grande flexibilidade e extensão do horário de funcionamento das mesmas.

Gráfico 14. Escalão de horas de trabalho da população empregada em Portugal segundo a nacionalidade ou grandes grupos de nacionalidades, 2011 (%)



Fonte: INE, Recenseamento da População, 2011.

No escalão de horas de trabalho (entre 1 e 34 horas), temos uma presença mais notória dos cabo-verdianos, o que poderá, também, indiciar maior precariedade laboral se este escalão estiver associado a trabalho para diversos patrões em regime de horas (por exemplo, empregadas de limpeza).

2. ANÁLISE DOS GRUPOS DE NACIONAIS DE IMIGRANTES

Atualmente, a composição das nacionalidades de estrangeiros a residir em Portugal é muito diversificada. Como foi referido anteriormente, ao longo dos anos as dinâmicas migratórias

foram-se alterando e existem em Portugal residentes de 232 nacionalidades. Contudo, importa referir que há grupos de estrangeiros com maior presença em Portugal e com perfis de inserção diferenciados. Assim, analisar-se-ão nos próximos subpontos os imigrantes oriundos dos PALOP, Brasil, Leste da Europa e Ásia.

2.1. Imigrantes originários dos PALOP

A comunidade imigrante originária dos PALOP é a mais antiga a residir em Portugal, como anteriormente já foi referido. No final dos anos 1960, inicia-se a imigração cabo-verdiana para Portugal, essencialmente laboral, associada às ligações coloniais, aos laços históricos, políticos e económicos, que se estabeleciam por essa altura, e à proximidade da língua. Durante este período, os cidadãos cabo-verdianos deslocavam-se para a metrópole a partir do espaço ultramarino para trabalhar na construção civil e nas obras públicas, colmatando as carências de mão de obra que se faziam sentir (Pereira, 2010), devido aos processos de emigração em curso e à guerra colonial que ausentava uma grande parte da população masculina jovem do país. A partir de 1975, e dos diferentes processos de descolonização, os fluxos migratórios provenientes dos PALOP intensificaram-se e passaram, também, a incluir Angola, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe (idem). É de salientar que neste momento pós-1975 muitos imigrantes entraram em Portugal “num quadro de omissão relativamente ao controle da entrada de estrangeiros em território nacional” (ibidem: 108), o que impulsionou dois períodos de regularização extraordinária (1992-1993 e 1996).

Durante a década de 1990, os fluxos migratórios foram marcados por migrações essencialmente laborais, emergindo como principais setores de atividade, a construção civil e obras públicas, os serviços pessoais e domésticos, as limpezas e a restauração. Este período foi marcado pelo início das grandes obras públicas na AML que criaram um assinalável volume de oportunidades de trabalho para os imigrantes provenientes dos PALOP. Foi nesta época que a imagem associada à exclusão, à debilidade e à precariedade social e laboral se começou a associar a estes imigrantes. Apesar do elevado número de postos de trabalho, a inserção e as condições laborais dadas aos trabalhadores nem sempre cumpriram com todos os trâmites legais. Por um lado, verificou-se o aumento do trabalho informal e, por outro, a contratação através de subempregadas, subcontratação, *outsourcing* ou

cedência de mão de obra por parte das grandes empresas de construção civil e de obras públicas. Segundo Valadas *et al.* (2014: 43), “o objetivo foi o de reduzir os custos fixos e ganhar eficiência competitiva”, tendo consequências sociais que agora, em período de crise, se manifestam, claramente, para os trabalhadores, tanto estrangeiros como portugueses. Os elevados níveis de precariedade devem-se à ausência de vínculos contratuais e respetivas contribuições para a Segurança Social, rendimentos abaixo dos valores médios nacionais, predominância de contratos a termo, instabilidade no trabalho, principalmente na construção civil, e maior vulnerabilidade em situação de desemprego (Pereira, 2010). Neste contexto, a inserção laboral, tanto de homens como de mulheres originários dos PALOP, tem sido caracterizada “por um padrão de desvantagem, claramente associado ao segmento secundário, composto por empregos com baixa qualificação, baixos salários, fracas oportunidades de promoções salarial e ocupacional, insegurança laboral e, frequentemente, ausência de assistência social, maiormente concentrados no setor dos serviços” (Pereira, 2013: 136).

No ano 2000, segundo dados do SEF, tinham residência legal em Portugal 47 216 cabo-verdianos, 20 468 angolanos, 16 006 guineenses e 5 488 são-tomenses. Em 2008 os valores, segundo a mesma fonte, apresentavam uma variação média relativamente ao ano 2000 de 8,76% (cabo-verdianos), 34,94% (angolanos), 52,38% (guineenses) e 113,85% (são-tomenses). Contudo, nos anos seguintes, os valores diminuíram e em 2013, a taxa de variação destas quatro nacionalidades foi negativa relativamente ao ano de 2008: -17,43% (cabo-verdianos), -26,95% (angolanos), -26,83% (guineenses) e -12,12% (são-tomenses). Esta diminuição é apontada por muitos autores (Peixoto e Iorio, 2011; Pereira, 2013) como uma consequência imediata da crise financeira e económica.

2.2. Imigrantes do Brasil

Desde 2006, o Brasil é o principal país de origem (e de nacionalidade) da população estrangeira residente em Portugal. O fluxo cresceu maioritariamente entre o final da década de 1990 e a primeira década de 2000, passando o total de nacionais brasileiros residentes registados pelo SEF de 19 860 em 1998 para 119 363 em 2009. Sendo um fluxo principalmente orientado para o mercado de trabalho (segundo os Censos de 2011, 69,1% dos brasileiros residentes em Portugal

tinham como principal meio de vida rendimentos do trabalho), tem-se registado um decréscimo consistente desde 2008 (87 493 cidadãos residentes registados pelo SEF em 2014), em grande medida devido à contração económica e reduzida procura no mercado de trabalho na sequência da crise económica e financeira de 2007-2008. Esta redução também é parcialmente explicada pelos processos de aquisição de nacionalidade portuguesa, pois só em 2014 o SEF emitiu 6269 pareceres relativos a pedidos de aquisição de nacionalidade portuguesa por cidadãos brasileiros.

A inserção dos imigrantes brasileiros que entraram em Portugal a partir do final da década de 1990 ocorreu maioritariamente nos segmentos menos qualificados do mercado de trabalho (Malheiros, 2007: 22), destacando-se a sua inserção no grupo profissional 5 - Trabalhadores dos serviços pessoais, de proteção e segurança e vendedores (32,7% segundo os dados do Censos 2011, a mais alta de todas as origens estrangeiras). O segundo grupo profissional que mais empregou imigrantes desta origem foi o 9 - trabalhadores não qualificados (27,1%) (Oliveira e Gomes, 2014: 65). Os trabalhadores brasileiros tiveram um fácil acesso a atividades de comércio, alojamento e restauração, sobretudo devido às suas 'aptidões' para o contacto com os clientes, um processo que Machado (2014: 231) associa à constituição de um 'mercado da alegria', em que os brasileiros exploram os estereótipos presentes em Portugal sobre o Brasil para criar um nicho no mercado de trabalho. Um processo semelhante pode considerar-se que aconteceu no serviço doméstico e atividades de cuidado a crianças e idosos (Pereira, 2013). Adicionalmente, 5,6% dos brasileiros têm profissões intelectuais e científicas, a percentagem mais alta entre as populações estrangeiras maioritárias. Este padrão de inserção, também presente na imigração brasileira, corresponde à migração laboral altamente qualificada que se iniciou em meados dos anos 1980 e que, apesar de ter ficado numericamente diluída durante as décadas seguintes, nunca deixou de existir (ver por exemplo, Malheiros 2007).

O rendimento médio mensal de trabalhadores brasileiros inquiridos em 2009 situava-se entre os 451 e os 900 euros (Egreja e Peixoto, 2013: 51), abaixo do que foi a média nacional nesse ano (ganho médio mensal de 1.034,2 euros, dados GEP/MSESS³⁰). Segundo o mesmo inquérito, a maioria trabalhava a tempo completo, mas com jornadas de trabalho longas (32,3% trabalha mais de 46 horas e 16,1% trabalha 41 a 45 horas) - Egreja

30 Dados disponíveis em PORDATA, 28 Maio 2015.

e Peixoto, 2013: 41. A maioria dos inquiridos que trabalhava por conta de outrem dispunha de um contrato de trabalho escrito (92,9%), mas para perto de metade tratava-se de contratos temporários (entre 3 a 12 meses) (Egreja e Peixoto, 2013: 52), que não conferem estabilidade laboral apesar do enquadramento formal.

Os imigrantes brasileiros também se têm constituído como empregadores em empresas próprias. Em 2011, 30,6% dos empregadores estrangeiros em Portugal tinham nacionalidade brasileira, revelando um aumento face a 2001 (Oliveira e Gomes, 2014: 84). Malheiros e Padilla (2014) examinam, por exemplo, o caso das mulheres brasileiras empresárias no setor da beleza e da estética, referindo processos de 'etnicização' associados ao capital corporal-estético, que podem considerar-se equivalentes ao 'mercado da alegria' identificado por Igor Machado nas atividades de hotelaria, restauração e comércio.

2.3. Imigrantes de países do Leste da Europa

No início dos anos 2000, Portugal começou a receber um número expressivo de imigrantes oriundos de países do Leste da Europa, com destaque para a Ucrânia (a nacionalidade mais numerosa), Moldávia, Rússia e Roménia (membro da União Europeia desde 2007 e com acesso ao mercado de trabalho em Portugal desde finais de 2009). Em 2014, os nacionais da Ucrânia constituíam a terceira comunidade estrangeira mais numerosa (37 852, segundo dados do SEF), os romenos a quarta (31 505, de acordo com a mesma fonte) e os moldavos a décima (8 460, dados do SEF). Todas estas origens registaram uma quebra face a 2013, que foi menos acentuada para os romenos (-7,89%) e ucranianos (-7,88%) do que para as restantes origens (SEF 2014: 10). Também no caso destes imigrantes existe uma forte orientação para o mercado de trabalho: em 2011, 70,9% dos ucranianos, 68,8% dos romenos, 64,4% dos moldavos e 60,5% dos russos residentes em Portugal tinham como principal meio de vida rendimentos do trabalho (INE, Censos 2011).

A informação disponível sobre a inserção laboral dos imigrantes do Leste da Europa em Portugal centra-se nas origens mais numerosas: Ucrânia e para os anos mais recentes também Roménia. Os dados do Censos 2011 (Oliveira e Gomes, 2014: 65) indicam que os trabalhadores ucranianos e ro-

menos se inseriram de forma globalmente semelhante no mercado de trabalho em Portugal, apenas com ligeiras diferenças. A maioria dos trabalhadores estava no grupo profissional 9 – trabalhadores não qualificados (32,4% dos ucranianos e 34,9% dos romenos), seguindo-se o grupo profissional 7 - Trabalhadores qualificados da indústria, construção e artesãos (27,9% dos ucranianos e 24% dos romenos). Os romenos revelam ainda uma presença significativa no trabalho agrícola – grupo profissional 6 - Agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura, da pesca e da floresta; 13,2% estavam neste grupo profissional, a percentagem mais alta entre todas as origens consideradas, incluindo os trabalhadores nacionais. Os dados do Censos (2011) para a população empregada por atividade económica também revelam a importância da atividade agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca para os trabalhadores romenos (17,1% da população empregada desta nacionalidade); a segunda atividade mais importante para esta origem, a seguir à construção (20,2%). Para os trabalhadores ucranianos, destaca-se a indústria transformadora (19,8% empregados nesta atividade) e a construção (18,3%). Os trabalhadores moldavos concentram-se sobretudo na construção (25,4%) e os trabalhadores russos, mais dispersos por várias atividades, estão presentes principalmente na indústria transformadora (16,3%) e no alojamento, restauração e similares (13,7%).

Os imigrantes ucranianos destacam-se pelos elevados níveis de escolaridade, que os distinguem quer de outros imigrantes, quer dos trabalhadores nacionais: 40,5% tem ensino secundário ou pós-secundário e 20,1% o ensino superior. Dado o seu padrão de inserção laboral maioritariamente pouco qualificado, como vimos, a imigração ucraniana tem estado associada desde o início a um processo de sobre qualificação, desqualificação e *'brain waste'* (Marques e Góis, 2010: 68; OECD, 2008: 27-31). Nota-se, no entanto algum progresso, ainda que minoritário, de entrada em profissões intelectuais e científicas (3%).

As remunerações médias mensais de trabalhadores ucranianos e romenos em 2009 foram semelhantes (552,52 e 551,61 euros, respetivamente), bastante inferiores à média desse ano para os trabalhadores portugueses (759,55 euros) (Oliveira e Gomes, 2014: 73; dados GEP/MTSS).

Apesar do crescimento do número de negócios próprios estabelecidos por ucranianos, romenos ou moldavos como estratégia de incorporação laboral mais favorável, as taxas de empreen-

dedorismo destes imigrantes encontram-se entre as mais baixas no conjunto da população estrangeira residente em Portugal (Oliveira e Gomes, 2014: 83).

2.4. Imigrantes de países asiáticos

Os imigrantes originários de países asiáticos sempre tiveram uma expressão reduzida no conjunto das nacionalidades estrangeiras presentes em Portugal. No entanto, desde a década de 2000, têm vindo a ganhar visibilidade. Destaca-se, em particular, o crescimento da comunidade chinesa residente no país. Em 2014, entre as dez nacionalidades mais numerosas, a chinesa registou, de longe, a mais elevada taxa de variação (14,8%), segundo dados do SEF, situando-se como a quinta origem de população estrangeira em Portugal (com 21 402 cidadãos registados pelo SEF). Segundo o RIFA 2014, entre os imigrantes asiáticos, para além dos chineses, têm também alguma relevância os nacionais da Índia (6421 registados pelo SEF em 2014), do Paquistão (2785), do Nepal (3544), do Bangladesh (2074) e da Tailândia (1169). Com a parcial exceção de chineses e indianos, existe uma grande lacuna de estudos aprofundados dos padrões de inserção laboral destes imigrantes no nosso país. No entanto, os dados do Censos de 2011 revelam, por exemplo, que também no caso destes imigrantes, exceto para os paquistaneses (apenas 52,6%), os rendimentos do trabalho são o principal meio de vida para 89,1% dos tailandeses, 75,8% dos chineses, 74,7% dos nepaleses, 70,2% dos bangladeshianos e 61,6% dos indianos.

A comunidade de origem indiana é, em conjunto com a chinesa, uma das mais antigas de todas as mencionadas. Já em 1992 se aproximava dos 9.000 indivíduos e a origem da sua presença mais significativa em Portugal está em grande medida associada ao processo de descolonização de Moçambique (Malheiros, 2008: 146). Após a descolonização, hindus originários do estado de Gujarat, na Índia – que haviam emigrado para Moçambique – seguiram em Portugal as mesmas estratégias económicas que já tinham conduzido em Moçambique (Pereira Bastos e Pereira Bastos, 2005: 82). Os homens das castas *fudamia*, *khania*, *kori* e *suthar* inseriram-se rapidamente na construção civil, tanto em firmas de portugueses, como de outros indianos das mesmas castas e alguns também se dedicaram à venda ambulante em feiras por todo o país. Os gujaratis das castas *lohana*, *vania*,

darji, entre outras, dedicaram-se ao comércio, frequentemente nos ramos em que atuavam antes da chegada a Portugal (pronto a vestir e importação de produtos do Extremo Oriente) - Pereira Bastos e Pereira Bastos 2005: 82). Também Machado e Abranches (2005) indicam que os imigrantes hindus, maioritariamente vindos de Moçambique e com nacionalidade portuguesa, se dedicam frequentemente ao comércio a retalho e serviços. Entre a segunda metade dos anos 80 e o início dos anos 90 o comércio de origem indiana afirma-se, sobretudo na área do Martim Moniz, em Lisboa (Malheiros, 2008: 150). Mais recentemente, verifica-se uma diversificação dos imigrantes de origem indiana, nomeadamente com a chegada de Sikhs vindos de Punjab, Nova Deli e Jammu. Cerca de 80% trabalham na construção civil (em várias profissões: armadores de ferro, pedreiros, carpinteiros, serventes) e os restantes no comércio. Os empregadores são portugueses (mais de 50%), hindus e africanos (segundo entrevista com representante da comunidade Sikh). Os dados dos Censos de 2011, apesar de captarem apenas 1626 indivíduos desta nacionalidade (e sem nacionalidade portuguesa) empregados, confirmam este padrão: 30,6% trabalham na construção, 22% dedicam-se à restauração e 18% ao comércio a retalho.

Os imigrantes do Bangladesh chegaram a Portugal mais recentemente, sobretudo na primeira década dos anos 2000. Os primeiros imigrantes entraram no mercado de trabalho nos segmentos menos atrativos, em ocupações pouco qualificadas na construção civil, como cozinheiros ou vendedores ambulantes. Alguns encontraram emprego em negócios de imigrantes indianos. Com o passar do tempo, os imigrantes do Bangladesh têm vindo a constituir os seus próprios negócios (pequenas lojas de telecomunicações ou de roupa, mercearias e restaurantes). Mapril (2008: 149) indica que muitos se concentraram também no Martim Moniz, na cidade de Lisboa. A taxa de empreendedorismo dos imigrantes do Bangladesh situou-se, em 2011, nos 22%, uma das mais altas entre todas as origens estrangeiras analisadas por Oliveira e Gomes (2014: 83). Os dados dos Censos de 2011 refletem sobretudo a importância das atividades de comércio a retalho (60,4% da população empregada com esta nacionalidade) e de restauração (20,3%) (apesar de captar apenas a realidade de 467 indivíduos empregados com esta nacionalidade).

A comunidade chinesa é, contudo, a que mais se destaca na importância do empreendedorismo, segundo as mesmas autoras (Oliveira e Gomes, 2014: 83), com uma taxa de 42,2% em

2011. Neves e Rocha-Trindade (2008: 174) identificam três subgrupos de empresários chineses em Portugal: (i) os empresários que chegaram a Portugal vindos de Moçambique na década de 1970; (ii) os empresários chineses da República Popular da China (RPC), o grupo dominante (83%), em que a maioria é originária da província de Zhejiang, e cuja imigração se iniciou na década de 1980; e (iii) os empresários provenientes do triângulo do Sul da China na década de 1990 (Macau, Hong Kong e Taiwan). Segundo estes autores, apesar dos elementos culturais comuns, estes grupos têm identidades diferentes e funcionam de forma separada, com baixos níveis de interação entre si. As empresas chinesas são tipicamente microempresas e pequenas empresas de cariz familiar, com uma estrutura de decisão centralizada. Contudo, tal não implica que não existam empresários com alguma dimensão e até um modelo de negócio internacional (Cologna, 2005; Beltrán Antolín, 2005). Estes empresários tendem a optar por uma estrutura constituída por um conjunto de PME's em vez de uma grande empresa, o que reduz a visibilidade e permite uma melhor gestão do risco (Neves e Rocha-Trindade 2008: 177). Os dados dos Censos 2011 revelam a importante concentração dos imigrantes chineses no comércio a retalho (68,8% de um total de 7038 indivíduos empregados) e também, ainda que com menor peso, na restauração (20,6%).

A criação de um conjunto de medidas fiscais para atrair investimento estrangeiro para Portugal, tem motivado a solicitação de um vasto número de autorizações de residência para investimento (ARI/Golden Visa³¹) que têm a particularidade de estarem associadas à isenção de IRS sobre rendimentos obtidos no estrangeiro. De entre as nacionalidades que mais têm solicitado as ARIs, destaca-se a comunidade chinesa com 573 candidaturas em 2015 (74.8% do total de candidaturas).

Os imigrantes do Paquistão também têm uma taxa de empreendedorismo alta (14%), seguindo muito provavelmente padrões semelhantes aos da população indiana. Os dados dos Censos de 2011 indicam que 29,3% se dedica ao comércio a retalho, 23% à construção e 14,9% a atividades de alojamento, restauração e similares. No entanto, existe uma falta de estudos aprofundados sobre esta comunidade que permitam uma caracterização mais detalhada.

31 Entrou em vigor no dia 8 de Outubro de 2012.

As modalidades de inserção laboral de imigrantes nepaleses e tailandeses são pouco conhecidas. No caso dos nepaleses, os dados do Censos 2011 indicam uma forte presença no alojamento, restauração e similares (81,6% num total de 636 residentes empregados). E para os tailandeses existem evidências episódicas, retratadas em meios de comunicação social, da sua contratação para o trabalho agrícola (notícia do Diário de Notícias de 11 de outubro de 2009: *Tailandeses entram em força nos campos agrícolas do Sul*³²; notícia do Público de 28 de agosto de 2011: nos pomares portugueses, o silêncio é tailandês³³). Esta informação é reforçada pelos dados dos Censos (2011) que indicam que 58,2% se dedicavam à atividade de agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca (num total de 364 indivíduos registados).

Como referido anteriormente, no trabalho de campo realizado no concelho de Odemira, foi possível observar que várias destas comunidades asiáticas se incorporaram no mercado de trabalho do Sudoeste alentejano por via do setor agrícola. Empresas de capital nacional e estrangeiro possuem extensas explorações dedicadas à horticultura intensiva, ao ar livre ou protegida, e contratam, permanente ou sazonalmente, centenas de trabalhadores tailandeses, nepaleses, indianos e paquistaneses. Segundo alguns diretores de recursos humanos destas empresas, não é possível satisfazer as necessidades de mão de obra dos “picos de campanha” apenas com os recursos locais. Contudo, o volume de trabalhadores contratados e a maior ou menor sazonalidade dependem do tipo de fruta ou legume cultivado. Estes aspetos serão abordados no capítulo seguinte, aquando da exploração dos resultados dos questionários.

3. NOVOS CONTRIBUTOS PARA O CONHECIMENTO DA SITUAÇÃO LABORAL DOS IMIGRANTES EM 3 REGIÕES: AML, ODEMIRA E ALGARVE

O contexto económico desfavorável e, em certa medida, também as reformas laborais adotadas no âmbito do Memorando de Entendimento com a Troika, tiveram impacto

32 http://www.dn.pt/inicio/portugal/interior.aspx?content_id=1387037

33 <http://www.publico.pt/tema/jornal/nos-pomares-portugueses-o-silencio-e-tailandes-22748428>

não só no aumento do desemprego, mas também num agravamento das condições de trabalho. A entrevistada do Gabinete de Inserção Profissional da Casa do Brasil refere a recorrência de práticas abusivas como os períodos ‘experimentais’, contratos temporários e a maior pressão a que os imigrantes estão sujeitos para aceitar esses trabalhos: “A crise gerou também relações muito duvidosas, aí há pessoas que começam a trabalhar e dizem que vai ficar em teste. Aí você trabalha dois meses ou três meses de teste e depois você não é contratado e entra outra pessoa como teste... você fica se sujeitando a uma oferta de emprego que vai contra todos os seus princípios, mas só tem aquela... e se você não quiser estão mil esperando para pegar! Ficam aquelas condições cada vez mais complicadas. Eu já atendi uma que era para ser empregada de mesa e no primeiro dia o patrão disse que a empregada de limpeza faltou, mas que ia contratar uma nova... isso durou dois meses ela fazendo o serviço de empregada de limpeza e de empregada de mesa até que um colega lhe disse “Olha, ele diz isso para todo o mundo... há anos que não tem empregada de limpeza!”. No entanto, um dos investigadores entrevistados nota que para muitos trabalhadores imigrantes a flexibilidade laboral era uma realidade bastante presente, mesmo antes das alterações pós-2008: “... já havia poucos contratos e muitos deles eram precários, havia muita gente em empresas de trabalho temporário... portanto algumas das mudanças feitas recentemente não atingiram particularmente os estrangeiros porque esses sempre estiveram flexibilizados...”.

Ainda assim, a alteração do regime fiscal teve consequências importantes no rendimento disponível dos trabalhadores e também influencia as subidas salariais, como refere a representante de uma empresa do setor agrícola em Odemira: “A nível fiscal o que foram tirar aos trabalhadores tem afetado bastante... nós vemos por aqui... o trabalho no campo não é muito bem remunerado, e ao ainda retirarem mais sobretaxas, e mais seguranças sociais e uma data de coisas, as pessoas muitas vezes optam por não vir trabalhar, do que trabalharem para nada! Porque deslocarem-se até aqui... fazer 20/30 Km e depois ganharem 400€ e 150€ para o transporte...estes problemas que tem havido com os cortes... mesmo até para a empresa, se a Segurança Social nos baixasse o valor e esse valor fosse entregue ao próprio trabalhador, em bônus, prémios, se calhar a pessoa vinha trabalhar com mais vontade! E se nós conseguís-

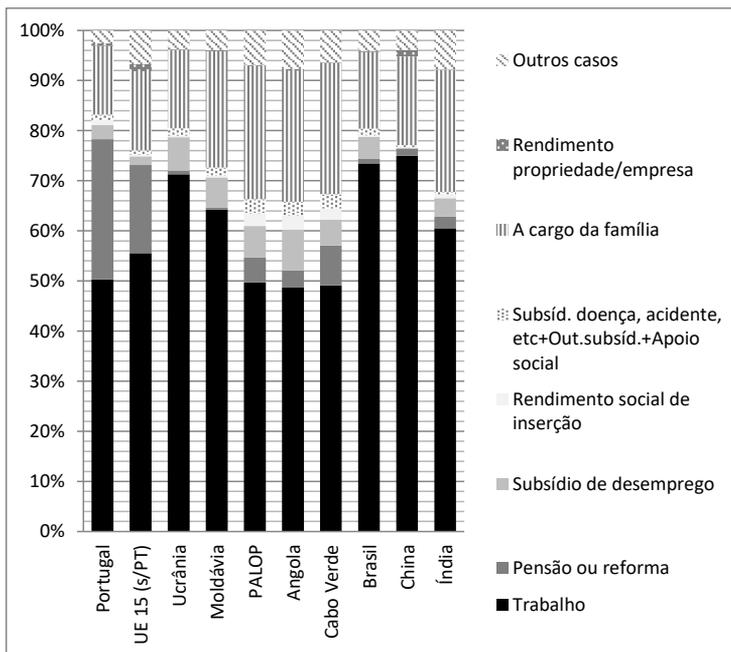
semos a nível de empresa oferecer um bocadinho mais, porque 300/400 trabalhadores se todos eles ganhassem 800€ para nós era bom! O trabalhador trabalhava mais! Mas também é um custo muito grande se só sair do bolso da empresa!”. A mesma entrevistada acrescenta, que com a alteração da carga fiscal, há que ponderar bem as subidas salariais propostas pela empresa, para garantir que a carga fiscal não supere o aumento salarial: “As contribuições para a contribuição social, o IRS...nós já ponderamos se aumentarmos o salário se é bom para o trabalhador ou se é mau! No ano passado, na revisão dos salários... aumentou-se e não se foi ver a taxa do IRS...subiu de escalão, e então ainda ficou a receber menos do que estava a receber antes de ser aumentado!” (Responsável pela Secção de Recursos Humanos de uma empresa em Odemira).

A concentração económica experimentada por Portugal desde 2008, com impactos particularmente fortes na construção civil (em quebra desde 2006), um ramo de atividade muito relevante no emprego de trabalhadores estrangeiros, teve consequências importantes na situação laboral dos imigrantes. Nos subpontos seguintes analisaremos em maior profundidade três dimensões essenciais no processo de incorporação laboral, nas três regiões em estudo: 1) a condição perante a atividade económica; 2) a situação na profissão; e 3) os escalões remuneratórios e jornadas de trabalho.

3.1. Condição perante a atividade económica

Relativamente às três regiões em análise, e segundo dados dos Censos 2011, a AML destaca-se das restantes por apresentar percentagens mais elevadas de pessoas a viver dos rendimentos do trabalho em todas as nacionalidades, indicando uma concentração de migrantes laborais (Gráfico 15). A população a viver a cargo da família oscila entre os 26,6% (PALOP) e 13,7% (portugueses), cifrando-se nos 15,6% entre os ucranianos. O valor mais alto de população a viver do subsídio de desemprego encontra-se entre os angolanos (8,2%), sendo de 6,0% para os moldavos e de 2,8% para os cidadãos nacionais.

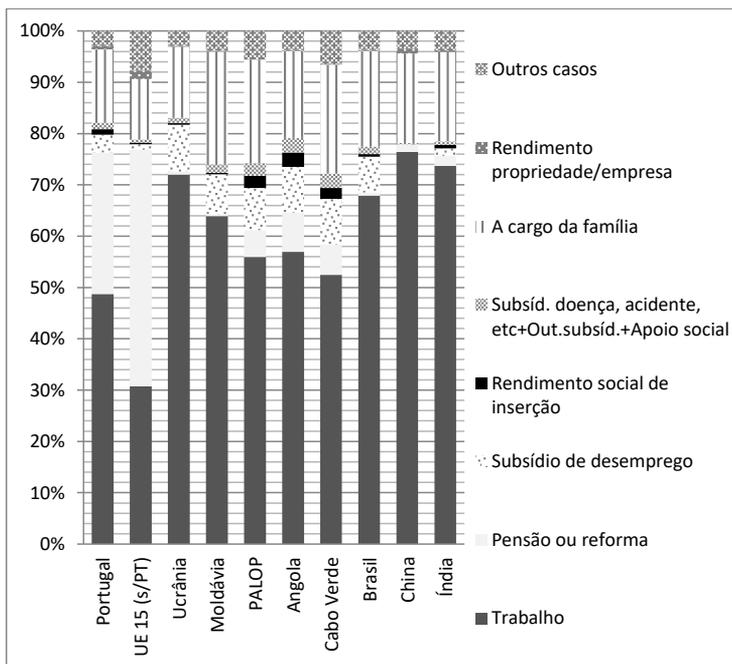
Gráfico 15. População residente na AML, com >=15 anos, por principal meio de vida e grandes grupos de nacionalidades (%), 2011



Fonte: INE, Recenseamento da População, 2011.

O perfil da população residente no Algarve (Gráfico 16) no que concerne ao principal meio de vida, não se afasta muito da AML, mas com as diferenças assinaláveis da elevada percentagem de cidadãos da União Europeia a viverem da reforma (46,2%), por um lado, e de uma menor proporção de cidadãos a cargo da família entre os nacionais de países terceiros, talvez por um menor peso dos idosos (13,8% entre os ucranianos, por exemplo, uma comunidade pouco envelhecida). As comunidades chinesa e indiana apresentam também, nesta região, valores superiores a 70% no peso dos indivíduos que têm o trabalho como principal meio de vida.

Gráfico 16. População residente no Algarve, com >=15 anos, por principal meio de vida e grandes grupos de nacionalidades (%), 2011

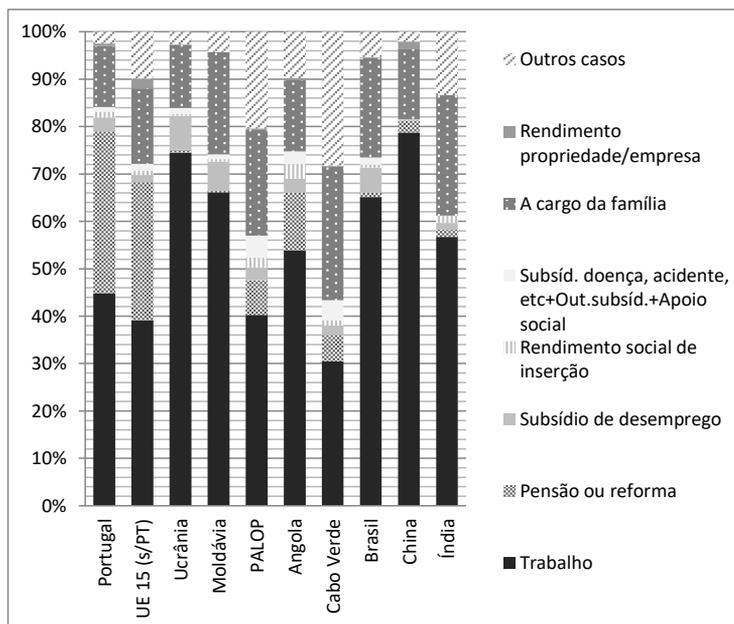


Fonte: INE, Recenseamento da População, 2011.

O principal meio de vida dos residentes no Alentejo (Gráfico 17) é, tal como nas regiões anteriores, o trabalho, atingindo valores superiores a 80% entre os cidadãos chineses e perto de 75% na comunidade ucraniana. Contudo, há um conjunto de “outras situações”, difíceis de definir e que incorporam uma razoável proporção de cidadãos dos PALOP, nomeadamente cabo-verdianos (28,2%). A população portuguesa apresenta, nesta região, um elevado peso de indivíduos que vivem da pensão ou da reforma, refletindo o envelhecimento da população do Alentejo³⁴.

34 Em 2011, o índice de dependência dos idosos para a NUT II do Alentejo era 37.9, valor bastante superior ao de Portugal para o mesmo ano (28.8).

Gráfico 17. População residente no Alentejo, com >=15 anos, por principal meio de vida e grandes grupos de nacionalidades (%), 2011



Fonte: INE, Recenseamento da População, 2011.

Também na amostra de cidadãos imigrantes inquiridos nas três regiões em análise, a proporção de pessoas cuja principal fonte de rendimento é o trabalho é elevada (66,9%), atingindo valores particularmente altos em Odemira devido à já mencionada especificidade deste território em contexto nacional e ao método de aplicação dos inquéritos (Tabela6). Segue-se “a cargo da família” (8,1%) e os rendimentos obtidos com propriedades ou empresas (5,7%). Contudo, estes valores não são diretamente comparáveis com os dados dos Censos de 2011, por duas ordens de razões: a) a pergunta não é exatamente igual à colocada pelo INE; e b) focando esta investigação os efeitos da crise no mercado de trabalho, procuramos inquirir cidadãos estrangeiros que estivessem, ou tivessem estado até há pouco tempo, de alguma forma ligados ao mercado de trabalho.

Tabela 6. Principal fonte de rendimento dos inquiridos nas três regiões em estudo (%)

Principal fonte de rendimento	AML	Odemira	Algarve	Total
Salário de trabalho dependente mais recibos verdes	61,6	96,9	77,5	66,9
Pensão/reforma	0,7	0	0	0,6
Subsídio de desemprego	5,8	0	0	4,5
Rendimento Social de Inserção	1,3	0	1,3	1,2
Subsídio por acidente de trabalho ou doença profissional + outro subsídio + apoio social + abono dos filhos	3,9	0	0	3,1
A cargo da família	10,1	0	1,3	8,1
Rendimento de propriedades + rendimento da minha empresa	5,6	1,5	10	5,7
Biscates	2,4	0	0	1,9
Bolsa de Estudo	3,7	0	1,3	3,1
Outra situação	2,4	0	1,3	2,1
Não responde	2,4	1,5	7,5	2,9
Total	100	100	100	100

Fonte: Inquéritos CRISIMI.

Entre os inquiridos, 64,1% dos inquiridos trabalham por conta de outrem, em um ou mais trabalhos, (sem diferenças substanciais entre homens e mulheres, ainda que no caso das mulheres haja mais situações de múltiplos trabalhos por conta de outrem), 7,6% por conta própria (ligeiramente mais mulheres do que homens) e 17,9% estão em situação de desemprego (com um peso relativo ligeiramente maior entre os homens) - Tabela7. No entanto, apenas 25,4% dos desempregados indicam ter como principal fonte de rendimento o subsídio de desemprego.

Apesar dos cuidados a ter na comparação dos valores, fica bem patente a relevância do emprego para a subsistência da população imigrante, o que num contexto de menor disponibilidade de postos de trabalho agudiza as situações de carência económica. O subsídio de desemprego é a principal fonte de rendimento de apenas 4,5% dos inquiridos. Este valor pode ser justificado através de quatro factos relacionados entre si. Por um lado, uma certa “vergonha” da parte dos

imigrantes para se inscrever. Para um dos dirigentes sindicais entrevistados esta situação é clara: “por uma questão de vergonha não estão inscritos no desemprego. Ou seja, aquelas estatísticas têm muito pouco de imigrantes lá no meio. Porque os imigrantes inscrevem-se pouco para o subsídio de desemprego e depois, mesmo tendo direito, eles não procuram!”. Por outro lado, os valores oficiais apresentados não refletem a complexidade das diversas situações: “pecam por não refletir toda a realidade, já que como sabemos uma boa parte do emprego imigrante é o emprego informal. Portanto, não estava no emprego formal e por isso também não estará no desemprego formal. Parece-me óbvio que é subavaliado e é mais subavaliado no caso dos imigrantes”, refere um dos investigadores entrevistados no âmbito do projeto. Uma terceira razão apontada para o baixo número de pessoas a receber o subsídio de desemprego está relacionada com o emprego informal, anteriormente referido. Neste caso, a falta de um contrato de trabalho e dos devidos descontos para a Segurança Social, impedem que numa situação de desemprego o trabalhador imigrante tenha direito à prestação social que lhe é devida. Para Valadas *et al.* (2014: 24), a situação de desemprego não foi devidamente acautelada, “nem prevenida através de mecanismos legais, regulamentares ou de estratégias de supervisão do mercado de trabalho que impedissem a emergência de uma situação de vulnerabilidade deste grupo social ligada à precariedade laboral ou à laboração no setor informal da economia. O resultado foi que muitos destes trabalhadores imigrantes não procederam a descontos para a Segurança Social por longos períodos, quando o fizeram não declararam a totalidade dos rendimentos auferidos e, num grande número de situações, o volume de rendimentos auferidos não permitiu efetuar poupanças que sustentem situações de desemprego prolongado”. E por fim, a falta de vínculo contratual que nos encaminha para a falta de integração jurídico-legal, como já foi anteriormente referido. Os cidadãos estrangeiros só podem beneficiar de prestações sociais se tiverem um título de residência válido em Portugal. Para que isto aconteça, estes cidadãos precisaram de ter, também, um vínculo contratual formal para que pudessem ter um visto de residência ou de uma autorização de trabalho. Na inexistência de um vínculo contratual, a sua situação jurídico-legal no país é colocada em causa, tal como o acesso às devidas prestações sociais. Um dos investigadores entrevistados, em entrevista ao projeto, resume a situação do seguinte modo: “o facto de alguns indivíduos estrangeiros que estavam legais em Portugal, com títulos de residência, e que por razões várias perdem esse título, por não

terem meios de subsistência, por perderem o trabalho ou porque não têm subsídio de desemprego, durante este tempo que não têm o título de residência não podem clamar prestações sociais nenhuma ou perdem mesmo o direito a clamar prestações, uma vez que são precisos muitos anos de residência legal antes de se poder pedir um título contínuo de residência”.

Tabela 7. Situação atual dos inquiridos segundo o sexo (%)

Situação atual	Feminino	Masculino	Total
Tenho um trabalho por conta de outrem	59	64,3	61,6
Tenho mais de um trabalho por conta de outrem	3,5	1,5	2,5
Sou trabalhador por conta própria	8,4	6,8	7,6
Sou empregador (tenho uma empresa com outros empregados)	1,4	3,6	2,5
Trabalho numa empresa / negócio familiar sem remuneração	1,4	0,6	1
Desempregado	17,3	18,5	17,9
Estudante	5,2	0,9	3,1
Doméstica(o)	0,9	0	0,4
Reformada(o)	0	0,9	0,4
Incapacitado(a) permanente para o trabalho	0,3	0,6	0,4
Não trabalho	2,6	2,4	2,5
Total	100	100	100

Fonte: Inquéritos CRISIMI.

Por região, a percentagem de inquiridos desempregados é mais alta entre os residentes na AML, face ao Algarve e a Odemira (22,2% comparativamente com 3,8% e nenhum desempregado entre os inquiridos, respetivamente). Calculando as taxas de desemprego para as três regiões, os valores são muito díspares e merecem uma análise cautelosa, visto que a amostra obtida com o trabalho de campo seguiu o método de bola de neve para a AML e o Algarve, ao passo que para Odemira recorreu-se a empresas hortofrutícolas para chegar aos imigrantes respondentes. Por outro lado, a pequena dimensão de alguns grupos, como os asiáticos na AML, pode levar a leituras distorcidas. No conjunto destas nacionalidades, a taxa de desemprego é de 18,7%, sendo substancialmente mais elevada na AML, muito reduzida no Algarve (4,0%) e, nula em

Odemira, por questões relacionadas com a metodologia do trabalho de campo neste concelho alentejano (Tabela 8). Considerando o conjunto das três regiões, os valores são particularmente elevados entre os nacionais dos PALOP, com particular destaque para os guineenses (73,1%) que assim apresentam uma situação de grande fragilidade no mercado de trabalho. A taxa de desemprego entre os brasileiros, cifra-se em 15,7% e entre os ucranianos em 7,9%. Para os moldavos, o valor é ligeiramente mais elevado (10,3%). Os cidadãos asiáticos apresentam, no seu conjunto, uma taxa de desemprego baixa (6,3%), mas novamente a especificidade da metodologia de inquirição em Odemira, onde foram entrevistados muitos cidadãos deste continente, justifica o valor³⁵.

Tabela 8. Taxa de desemprego segundo as nacionalidades mais numerosas nos três territórios em estudo (%)

Nacionalidade	AML	Odemira*	Algarve**	Total
Brasil	17			15,7
Ucrânia	11,4			7,9
Moldávia	13			10,3
PALOP	43,2			40
Angola	38,5			37
Cabo Verde	30,3			27
Guiné-Bissau	77,1			73
Ásia	22,7			6,3
Total destas nacionalidades	23,5	0	4	18,7

Fonte: Inquéritos CRISIMI. Notas: *A metodologia seguida no trabalho de campo em Odemira foi distinta das outras duas regiões. Pela especificidade do caso de estudo, a equipa de investigação inquiriu imigrantes a exercerem funções em empresas hortifrutícolas da região. Logo, todos os inquiridos estavam a trabalhar. ** Os valores absolutos são muito diminutos para os vários grupos de imigrantes no Algarve.

A questão do desemprego é bastante interessante e revela várias nuances. Se os imigrantes que chegaram a partir de 2009 têm tido maior dificuldade em encontrar um trabalho regular, é entre

35 Não obstante as distorções que possam resultar da não cobertura de todo o território nacional e da especificidade da metodologia usada no processo de inquirição, designadamente a diferença na estratégia utilizada na AML e Algarve, por um lado, e em Odemira, por outro, os “grandes números” obtidos nos resultados do inquérito para os vários grupos nacionais estão em linha com os dados das taxas de desemprego calculadas a partir da informação dos Censos de 2011 que, como vimos no ponto 2 do capítulo 2, apontam os cidadãos dos PALOP e, em particular os guineenses como aqueles que registam maiores níveis de desemprego, aparecendo os asiáticos na situação oposta.

os imigrantes mais recentes que a taxa de desemprego é mais baixa (16,3%) –Tabela 9. Nos contingentes anteriores, principalmente entre os imigrantes mais antigos (chegados até 1990), a taxa é de 33,3%, e de 26,4% entre os imigrantes vindos entre 1991 e 2000. Se retirarmos o caso de Odemira, pela especificidade do método de inquirição, as taxas de desemprego diminuem segundo o período de chegada e são os imigrantes mais antigos que apresentam taxas mais elevadas.

Tabela 9. Taxa de desemprego segundo o ano de chegada a Portugal nos territórios em estudo (%)

Ano de chegada	AML + Odemira + Algarve	AML + Algarve
1966 - 1990	33,3	33,3
1991 - 2000	26,4	27,1
2001 - 2008	19,5	20,7
2009 - 2015	16,3	19,5
Total	19,3	21,4

Fonte: Inquéritos CRISIMI.

Este facto foi já observado por Pereira (2013) que notou a existência de taxas de desemprego mais baixas entre as empregadas domésticas com presença mais recente na região de Lisboa. De um modo geral, os trabalhadores chegados há menos tempo são menos exigentes com as condições laborais. Para além de um menor conhecimento que podem ter da legislação laboral, o seu estatuto legal pode inibi-los de reclamar alguns dos seus direitos, pois no caso de se encontrarem em situação irregular há o receio de expulsão do país. Além disso, as redes sociais dos mais recentemente chegados são mais ténues e estes trabalhadores imigrantes sentem maior urgência em fazer poupanças e enviar remessas para a família no país de origem, aceitando mais prontamente trabalhos em condições mais penosas (ex: turnos noturnos, jornadas de trabalho mais longas, menos regalias sociais, menor proteção social). A fraca proficiência, oral ou escrita, no idioma do país de acolhimento é outro fator que leva à sujeição a condições laborais mais duras e a trabalhos que exigem menos qualificações ou contacto com o público (Ciupijus, 2011).

No caso dos imigrantes inquiridos neste estudo³⁶, os que têm uma melhor fluência oral da língua estão mais frequentemente presentes nas profissões mais qualificadas: 16,6% dos que afirmaram ter uma boa ou muito boa fluência na língua portuguesa exercem profissões dos grupos 1, 2, 3 ou 4³⁷, contra apenas 8,6% dos que admitiram conseguir compreender alguma coisa ou ter muita dificuldade.

Quanto à duração do desemprego, e de uma forma global, entre os inquiridos nas 3 regiões em estudo que estão desempregados e que respondem à pergunta sobre a duração do mesmo, a maioria (43,4%) encontra-se nessa situação há mais de um ano e menos de cinco e a maior parte eram trabalhadores dos serviços pessoais (29), operários especializados da construção (27) e vendedores (11). Observam-se diferenças dignas de nota entre as nacionalidades quanto à duração do desemprego (Tabela 10). Mais de metade dos guineenses desempregados estão sem trabalho há mais de 1 ano e menos de 5 (54,2%), assim como 44,2% dos nacionais dos PALOP. Os ucranianos apresentam uma situação menos desfavorável, pois quase 43% dos que estão desempregados encontram-se nesta situação há mais de 1 mês, mas menos de meio ano.

Apesar de um cenário global de aumento do desemprego, é importante destacar a existência de certos nichos de trabalho favoráveis, com algumas oportunidades, mencionados nas entrevistas realizadas e nos inquéritos efetuados. No Gabinete de Inserção Profissional da Casa do Brasil refere-se a abertura de novos nichos de mercado e oportunidades para imigrantes brasileiros recentes, nomeadamente o atendimento em *call centers* para o mercado

brasileiro:

“há aquelas ofertas de emprego que são mais voltadas mesmo para a comunidade brasileira. Então agora há cada vez mais uma aproximação económica entre o Brasil e Portugal e isso faz com que algumas empresas brasileiras se instalem aqui e algumas portuguesas lá. Precisam de alguém que fale português na variante Brasil. E então, eu noto muito que cada vez mais a questão do call center. Pedem cada vez mais brasileiros

36 Cerca de um terço dos respondentes que não têm português como língua materna (32,5%) afirmaram conseguir compreender alguma coisa ou ter muita dificuldade na fluência oral da língua e 41,1% na fluência escrita.

37 1. Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos, dirigentes, diretores e gestores executivos; 2. Especialistas das atividades intelectuais e científicas; 3. Técnicos e profissões de nível intermédio; 4. Pessoal administrativo.

para trabalhar porque quando ligam do Brasil, mesmo sendo aqui a central; para o brasileiro de lá tem a impressão que está falando mesmo para o Brasil e não se assusta porque está pagando a ligação internacional. Então grandes empresas como a Xerox, a Microsoft, como a Ibéria têm aqui agora um call center que é voltado para o mercado brasileiro e para esse emprego tem que ser mesmo alguém que domine... inclusive até para os brasileiros que estão aqui há mais tempo é uma dificuldade porque é uma exigência dessas empresas que a pessoa não fale nada que lembre o português de Portugal. Então eles preferem até os brasileiros mais recentes porque acreditam que os outros já estão mais aculturados...”.

Tabela 10. Há quanto tempo os inquiridos desempregados tiveram o último trabalho, segundo as nacionalidades mais numerosas nas 3 regiões em estudo (%)

Nacionalidade	Há menos de 1 mês	Há mais de 1 mês, mas menos de 6 meses	Há mais de 6 meses, mas menos de 1 ano	Há mais de 1 ano e menos de 5 anos	Há mais de 5 anos	Total
Brasil	12	12	36	36	4	100
Ucrânia	0	42,9	42,9	14,3	0	100
Rep. Moldova	0	33,3	0	66,7	0	100
PALOP	3,8	23,1	26,9	44,2	1,9	100
Angola	0	0	50	50	0	100
Cabo Verde	5,6	38,9	22,2	27,8	5,6	100
Guiné-Bissau	4,2	16,7	25	54,2	0	100
Ásia	0	20	20	60	0	100
Total destas nacionalidades	5,4	21,7	29,3	41,3	2,2	100

Fonte: Inquéritos CRISIMI.

Entrevistas com empresas do concelho de Odemira revelam claramente que a sua atividade agrícola na região se manteve como um nicho de empregabilidade e com tendência de crescimento. No entanto, a crise também teve como efeito fazer regressar alguns trabalhadores portugueses à atividade agrícola, em paralelo com o aparecimento de novas nacionalidades que antes não estavam presentes: “Temos vindo a assistir a um decréscimo dos búlgaros e das outras nacionalidades e um aumento dos portugueses. Temos assistido, também,

aqui ao que se refere a população imigrante, ao aparecimento de novas nacionalidades: à Índia, ao Bangladesh e ao Nepal.” (Técnico de Recursos Humanos, empresa em Odemira). Reportando-se à comunidade ucraniana, um dirigente associativo afirma “Eu não conheço nenhum caso de pessoas que fiquem mais de 3 meses sem emprego entre a comunidade. Sempre se encontra alguma coisa, hoje não é um emprego tão bem pago...mas dá para sobreviver ...”.

O tempo que um imigrante demora até começar a trabalhar após a sua chegada ao país de acolhimento é muito relevante. Apesar do eventual apoio de conterrâneos já instalados, ou de ONGs que trabalham com as comunidades imigradas, a urgência de iniciar uma atividade remunerada é grande, na medida em que, frequentemente, os indivíduos trazem consigo poucos recursos materiais. A subsistência diária é uma necessidade premente e o envio de remessas para casa, quer seja para pagar dívidas ou para a sobrevivência da família, é uma questão que pressiona os imigrantes (Tolentino *et al.*, 2008). Maioritariamente, os inquiridos encontraram trabalho nos primeiros 6 meses após a chegada a Portugal (69,8%): destes, 25% encontrou trabalho logo na primeira semana e 20,6% em menos de 1 mês (Tabela 11). É de notar que entre os imigrantes mais recentes (com chegada após 2008), 26,3% encontraram emprego logo na primeira semana (uma percentagem até ligeiramente mais alta do que a verificada entre os que chegaram entre 2001 e 2008 – 24,3%). Entre os imigrantes mais recentes também sobe ligeiramente a percentagem dos que demoraram entre 6 meses e 1 ano a encontrar trabalho, face aos imigrantes que haviam chegado nos períodos anteriores (8,9%) e também volta a subir (face ao período 2001-2008) a proporção dos que não trabalharam por estarem a estudar (15,3%). A AML destaca-se por ser a região onde os imigrantes chegados após 2008 encontraram trabalho mais rapidamente: 29,6% na primeira semana; dos residentes no Algarve 55,2% começou a trabalhar no primeiro mês e para os inquiridos em Odemira, 38,5% demorou entre 1 e 6 meses.

Tabela 11. Tempo até começar a trabalhar segundo o ano de chegada a Portugal nas 3 regiões em estudo (%)

Depois de chegar a Portugal, durante o primeiro ano...	Até 1990	1991 - 2000	2001 -2008	2009 -presente	Total
Comecei a trabalhar na primeira semana depois de chegar	0	31,1	24,3	26,3	25,1
Demorei mais de uma semana, mas menos de 1 mês até começar a trabalhar	18,2	20,3	25,2	16	20,6
Demorei mais de 1 mês, mas menos de 6 meses até começar a trabalhar	40,9	18,9	25,9	22,1	24
Demorei entre 6 meses e um ano até começar a trabalhar	4,5	4,1	6,6	8,9	7,2
Não trabalhei porque demorei mais de 1 ano até encontrar trabalho	4,5	4,1	3	3,2	3,2
Não trabalhei porque só estudava	27,3	16,2	11,6	15,3	14,2
Não trabalhei por outros motivos	4,5	5,4	3,3	8,2	5,6
Total	100	100	100	100	100

Fonte: Inquéritos CRISIMI

Tabela 12. Trajetória laboral um ano após ter chegado a Portugal segundo o sexo nas 3 regiões em estudo (%)

Um ano depois de ter chegado a Portugal, diria que...	Feminino	Masculino	Total
Tenho trabalhado sempre	51,2	44,9	48,1
Tenho trabalhado a maior parte do tempo com alguns períodos sem trabalho	19,1	28	23,5
Vou alternando períodos de trabalho com outros sem trabalho	15,6	16,7	16,1
Tenho estado sem trabalhar a maior parte do tempo	6,6	7,4	7
Nunca trabalhei	6,9	1,5	4,3
NR	0,6	1,5	1
Total	100	100	100

Fonte: Inquéritos CRISIMI.

Relativamente à trajetória laboral (Tabela 12), a maioria dos inquiridos indica que ‘trabalhou sempre’ (48,1%) desde que chegou a Portugal, seguindo-se os que têm trabalhado a maior parte do tempo, apenas intercalando alguns períodos sem trabalho (23,5%). Ainda assim, 16,1% experimenta uma alternância entre períodos com trabalho e outros sem trabalho. Há que assinalar nas diferenças entre sexos, uma percentagem superior de mulheres que nunca trabalhou (6,9% comparativamente com 1,5% dos homens).

Entre as três regiões destaca-se a maior estabilidade laboral dos imigrantes inquiridos no Algarve: 66,3% têm trabalhado sempre e 23,8% a maior parte do tempo. De notar a sazonalidade do trabalho agrícola em Odemira, que implica para 40% dos inquiridos trabalhar a maior parte do tempo, mas alternando com períodos sem trabalho. Na AML, 46,9% indica que têm tido sempre trabalho, 21,4% que trabalham a maior parte do tempo, mas 18,1% alternam trabalho/sem trabalho (a proporção mais alta das três regiões) e 8% tem estado sem trabalhar a maior parte do tempo (também a proporção mais alta das três regiões) – Tabela 13.

Tabela 13. Trajetória laboral um ano após ter chegado a Portugal segundo as 3 regiões em estudo (%)

Um ano depois de ter chegado a Portugal, diria que...	AML	Odemira	Algarve	Total
Tenho trabalhado sempre	46,9	35,4	66,3	48,1
Tenho trabalhado a maior parte do tempo com alguns períodos sem trabalho	21,4	40	23,8	23,5
Vou alternando períodos de trabalho com outros sem trabalho	18,1	12,3	6,3	16,1
Tenho estado sem trabalhar a maior parte do tempo	8	4,6	2,5	7
Nunca trabalhei	5	1,5	1,3	4,3
NR	0,6	6,2	0	1
Total	100	100	100	100

Fonte: Inquéritos CRISIMI.

Por ano de chegada, nota-se entre os imigrantes mais recentes (chegada pós 2008), que uma proporção menor tem trabalhado sempre (45,3% face a 50% para os contingentes anteriores) ou a maior parte do tempo (19% face a taxas superiores a 20% para os restantes), e que uma

proporção maior tem estado sem trabalhar a maior parte do tempo (8,4%, face a taxas de 4,5% a 6,8% para imigrantes mais antigos) ou que nunca trabalhou, por diversos motivos (9,1% face a taxas até 4,5% para os restantes imigrantes de presença mais antiga) –Tabela 14.

Tabela 14. Trajetória laboral um ano após ter chegado a Portugal segundo o ano de chegada nas 3 regiões em estudo (%)

Um ano depois de ter chegado a Portugal, diria que...	Até 1990	1991 - 2000	2001 - 2008	2009 -presente	Total
Tenho trabalhado sempre	50	50	50,2	45,3	48,1
Tenho trabalhado a maior parte do tempo com alguns períodos sem trabalho	22,7	24,3	26,9	19,6	23,5
Vou alternando períodos de trabalho com outros sem trabalho	18,2	16,2	15,9	16,1	16,1
Tenho estado sem trabalhar a maior parte do tempo	4,5	6,8	6	8,4	7
Nunca trabalhei	4,5	1,4	0,3	9,1	4,3
NR	0	1,4	0,7	1,4	1
Total	100	100	100	100	100

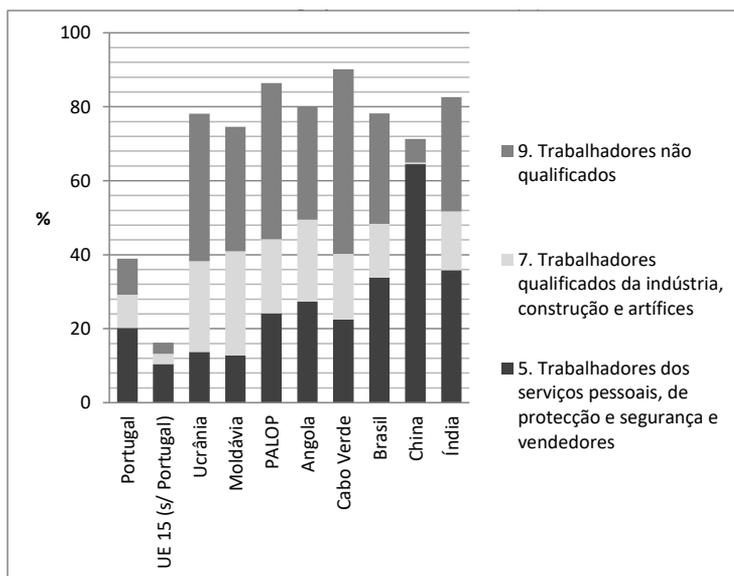
Fonte: Inquéritos CRISIMI.

Assim, pode-se concluir que os imigrantes que chegaram após o início da crise económica que chegaram a partir de 2009, embora consigam inserir-se rapidamente no mercado de trabalho, acentuam a sua condição de precariedade, pois têm tido maior dificuldade em encontrar um trabalho regular, por contraponto aos que chegaram a Portugal anteriormente. O contexto económico e social do momento de chegada, assim como a evolução da situação económica do país de acolhimento, é muito importante, pois condiciona de sobremaneira as oportunidades dos trabalhadores (ver Brettell, 2003 para o contexto norte-americano, e Burgers e Musterd, 2001 para o caso holandês). Em situações de crise económica, a competição entre trabalhadores nacionais e estrangeiros pelos postos de trabalho pode tornar-se mais visível. De acordo com a coordenadora do Gabinete de Inserção Laboral da Casa do Brasil, “... que eu noto é que na questão da crise os brasileiros começaram com a crise a competir com os nacionais nos

empregos que antes eram só para imigrantes... o emprego que os portugueses não queriam que era mesmo tipo imigrante [e] começaram cada vez mais a serem procurados por nacionais, e os brasileiros, como os imigrantes no geral, começaram a ter uma concorrência muito mais forte ...”. A ideia da complementaridade entre trabalhadores imigrantes e nacionais no mercado de trabalho, defendida pela teoria do mercado de trabalho dual, merece alguma reflexão perante esta competição laboral.

3.2. Situação na profissão

Gráfico 18. População empregada na AML nos grupos 5, 7 e 9 de profissões (CPP2010), segundo a nacionalidade e grupos de nacionalidades (%), 2011



Fonte: INE, Recenseamento da População, 2011.

Tal como referido anteriormente neste trabalho, as profissões que acolhiam maior volume de trabalhadores estrangeiros a nível nacional eram as dos grupos 9 (trabalhadores não qualifica-

dos: 26,7%), 5 (Trabalhadores dos serviços pessoais, de proteção e segurança e vendedores: 25,5%) e 7 (Trabalhadores qualificados da indústria, construção e artífices: 17,3%). Em termos de diferenciação regional, a AML apresenta resultados semelhantes ao país, sendo, no entanto, de assinalar a menor presença dos cidadãos portugueses e da UE15 nos 3 grupos profissionais em análise, devido às características regionais do mercado de trabalho e à maior diversidade de especialização profissional destes trabalhadores (Gráfico 18). Esta região acolhe maior peso relativo de profissionais incorporados nos grupos 0 a 4³⁸ (não representados no gráfico), envolvendo mais qualificações, funções de gestão e administração, e atividades intelectuais e científicas.

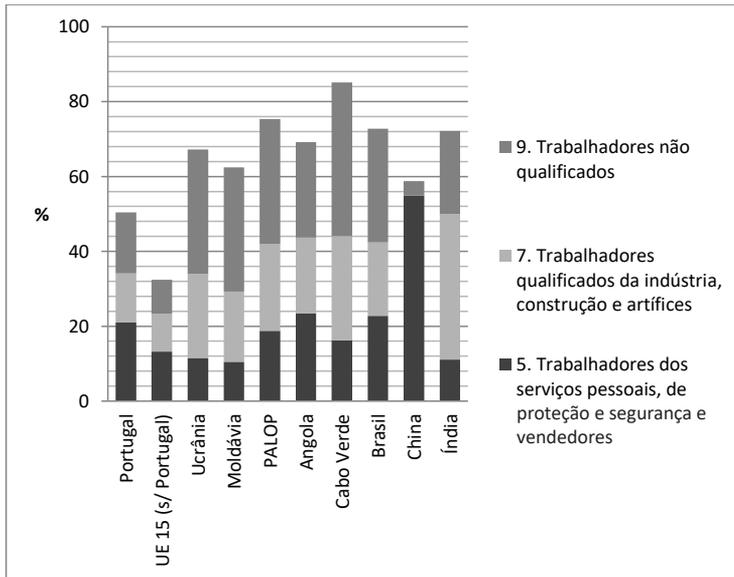
No caso do Alentejo (Gráfico 19), há uma maior diversificação da incorporação dos cidadãos nacionais de países terceiros nos diversos grupos profissionais, aspeto que é visível pela menor concentração nos grupos 5, 7 e 9. Nesta região, a agricultura (grupo 6 - Agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura, da pesca e da floresta) cativa muitos trabalhadores (por exemplo, 16,8% dos moldavos, 12,6% dos ucranianos e 9,2% dos brasileiros) que noutras regiões do país integram setores do mercado de trabalho ligados ao comércio, serviços, construção civil ou limpezas. Apesar de não estar representado no gráfico, no Alentejo, 45,7% dos paquistaneses e 41,7% dos tailandeses trabalham no grupo 6 (Agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura, da pesca e da floresta)³⁹.

A região do Algarve tem um perfil semelhante à AML (Gráfico 20), mas com um peso percentual mais elevado dos indianos e dos nacionais da UE15 no grupo 5 (Trabalhadores dos serviços pessoais, de proteção e segurança e vendedores). Contudo, os cidadãos da UE15 incorporam-se maioritariamente noutros grupos profissionais que envolvem maiores qualificações.

38 Grupo 0: Profissões das Forças Armadas; Grupo 1: Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos, dirigentes, diretores e gestores executivos; Grupo 2: Especialistas das atividades intelectuais e científicas; Grupo 3: Técnicos e profissões de nível intermédio; Grupo 4: Pessoal administrativo.

39 Esta forte presença de cidadãos asiáticos nas atividades ligadas à agricultura foi constatada no trabalho de campo realizado no concelho de Odemira e através de entrevistas feitas a associações regionais que trabalham com a população migrante.

Gráfico 19. População empregada no Alentejo nos grupos 5, 7 e 9 de profissões (CPP2010), segundo a nacionalidade e grupos de nacionalidades (%), 2011

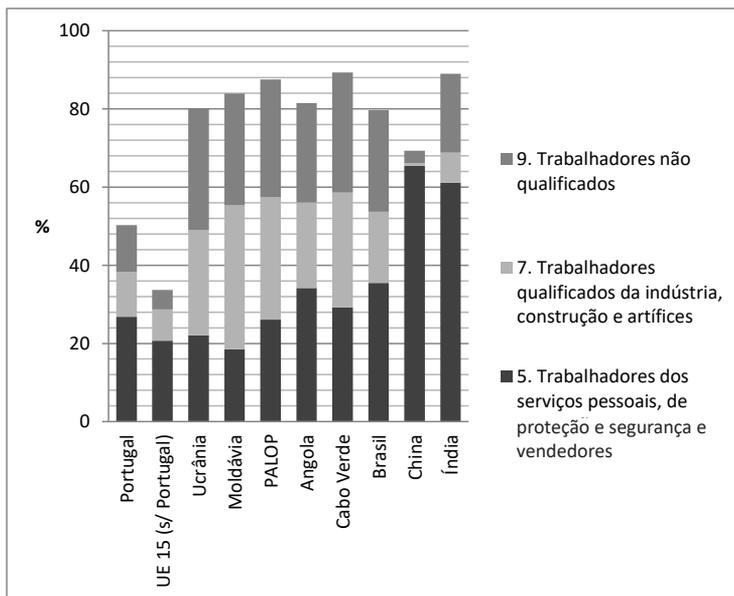


Fonte: INE, Recenseamento da População, 2011.

A região do Algarve tem um perfil semelhante à AML (Gráfico 20), mas com um peso percentual mais elevado dos indianos e dos nacionais da UE15 no grupo 5 (Trabalhadores dos serviços pessoais, de proteção e segurança e vendedores). Contudo, os cidadãos da UE15 incorporam-se maioritariamente noutros grupos profissionais que envolvem maiores qualificações.

Entre a população nacional de países terceiros inquirida no âmbito deste trabalho, nota-se efetivamente uma sobre presença dos trabalhadores nas atividades profissionais dos grupos 5 (Trabalhadores dos serviços pessoais, de proteção e segurança e vendedores), 7 (Trabalhadores qualificados da indústria, construção e artífices) e 9 (Trabalhadores não qualificados) na AML e no Algarve, e um elevado peso das profissões do grupo 6 (Agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura, da pesca e da floresta) em Odemira (Tabela 15).

Gráfico 20. População empregada no Algarve nos grupos 5, 7 e 9 de profissões (CPP2010), segundo a nacionalidade e grupos de nacionalidades (%), 2011



Fonte: INE, Recenseamento da População, 2011.

À exceção do grupo 7, os restantes grupos profissionais estão associados a uma reduzida exigência em termos de qualificações formais, o que conjugado com o grau de instrução que os imigrantes possuem nos leva a refletir sobre a existência, ou não, de uma desqualificação laboral em Portugal.

Quando observamos os graus de instrução, o ensino secundário e/ou pós-secundário, assim como o 3º ciclo do ensino básico, são os níveis de escolaridade mais frequentes entre a população nacional de países terceiros nos territórios em análise o que parece indiciar uma desqualificação no exercício da profissão.

Tabela 15. Importância dos grupos 5, 6, 7 e 9 da Classificação Portuguesa das Profissões (2010) entre algumas nacionalidades de inquiridos nas três regiões em análise (%)

	Grupo 5	Grupo 6	Grupo 7	Grupo 9	(Grupos 5+6+7+9) / total de todos os grupos x 100
AML	55,6	2,8	16,4	3,7	78,4
Brasil	54,3	0,8	13,2	4,7	72,9
Ucrânia	50	8,8	22,1	1,5	82,4
Cabo Verde	66,7	2,2	13,3	2,2	84,4
Odemira	3,1	86,2	3,1	0	92,3
Índia	0	93,3	0	0	93,3
Bangladesh	7,7	84,6	0	0	92,3
Nepal	0	100	0	0	100
Algarve	51,4	0	28,4	8,1	87,8
Brasil	63,6	0	13,6	9,1	86,4
Ucrânia	37,5	0	37,5	8,3	83,3
Moldávia	12,5	0	75	12,5	100

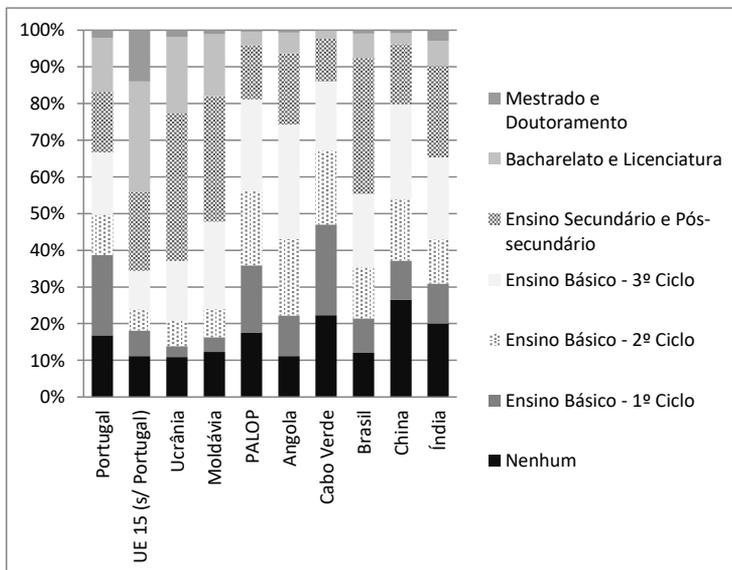
Fonte: Questionários CRISIMI. Nota: 5. Trabalhadores dos serviços pessoais, de proteção e segurança e vendedores; 6. Agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura, da pesca e da floresta; 7. Trabalhadores qualificados da indústria, construção e artefices; 9. Trabalhadores não qualificados.

As diferenças de escolarização entre as comunidades não são apenas visíveis ao nível do país, mas notam-se igualmente entre regiões. Por ser o local de residência de uma parte muito substancial dos cidadãos estrangeiros, a AML (Gráfico 21) apresenta um perfil de escolaridade semelhante ao nacional, com nacionais da Ucrânia e da Moldávia a apresentarem níveis de escolaridade elevados (22,5% e 18,0%, respetivamente, têm o ensino superior), mas com um peso importante dos portugueses e dos cidadãos da UE15 (sem Portugal) com ensino superior (16,8% e 44,2%, respetivamente).

A população do Alentejo é, de entre as regiões em análise, a que tem mais presença nos graus de instrução mais baixos, com mais de 27% dos cidadãos chineses, 26,7% dos indianos e

23,0% dos portugueses afirmando não ter nenhum grau de instrução, verificando-se, em simultâneo, uma menor proporção de pessoas com ensino superior. Os angolanos, cabo-verdianos e cidadãos dos PALOP em geral têm proporções mais elevadas no 1º ciclo do ensino básico, valores apenas suplantados pelos dos cidadãos portugueses, caso em que o maior nível de envelhecimento contribui para a situação detetada (Gráfico 22).

Gráfico 21. Grau de instrução na AML, segundo a nacionalidade e grupos de nacionalidades, 2011 (%)

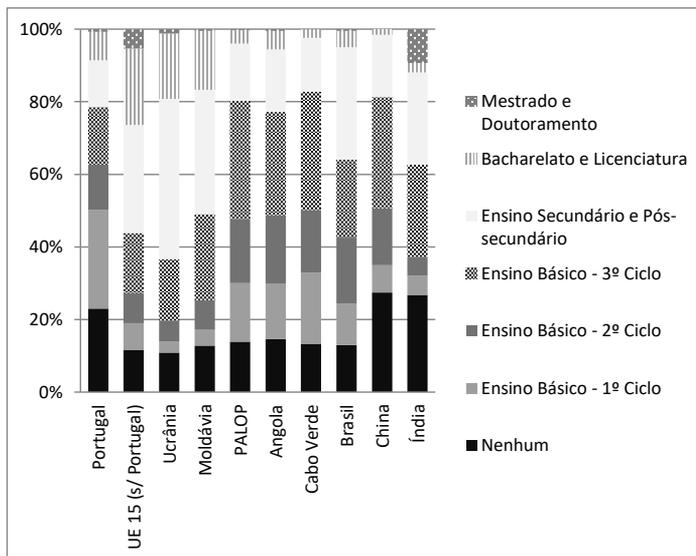


Fonte: INE, Recenseamento da População, 2011.

A população do Alentejo é, de entre as regiões em análise, a que tem mais presença nos graus de instrução mais baixos, com mais de 27% dos cidadãos chineses, 26,7% dos indianos e 23,0% dos portugueses afirmando não ter nenhum grau de instrução, verificando-se, em simultâneo, uma menor proporção de pessoas com ensino superior. Os angolanos, cabo-verdianos e cidadãos dos PALOP em geral têm proporções mais elevadas no 1º ciclo do ensino básico,

valores apenas suplantados pelos dos cidadãos portugueses, caso em que o maior nível de envelhecimento contribui para a situação detetada (Gráfico 22).

Gráfico 22. Grau de instrução no Alentejo, segundo a nacionalidade e grupos de nacionalidades, 2011 (%)

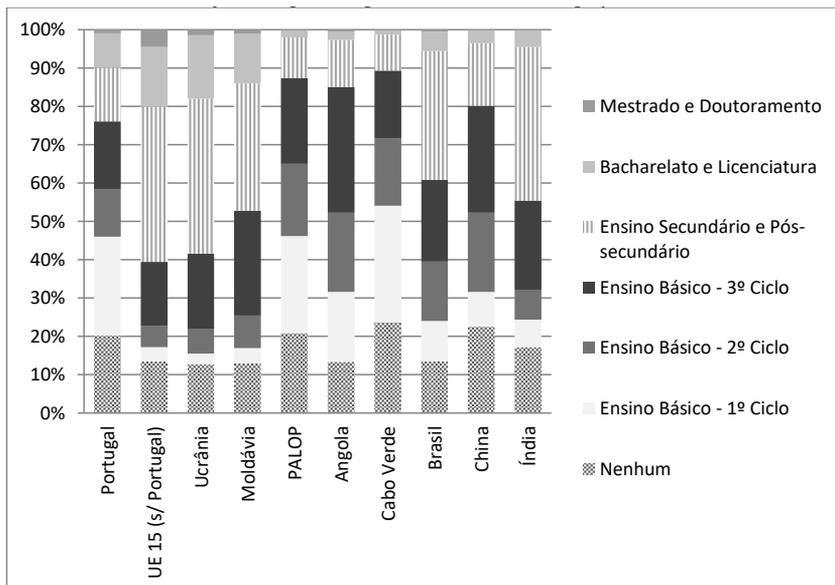


Fonte: INE, Recenseamento da População, 2011.

Relativamente ao Algarve (Gráfico 23), observa-se um peso maior dos níveis intermédios de instrução como o 3º ciclo do ensino básico e o ensino secundário e pós-secundário, nomeadamente entre os nacionais da UE15 (sem Portugal), os cidadãos indianos e os ucranianos e moldavos. Também nesta região, os angolanos e cabo-verdianos registam uma presença importante no 1º ciclo do ensino básico (18,2% e 30,4%, respetivamente), à semelhança dos cidadãos portugueses.

Ao cruzarmos o grau de instrução dos nossos inquiridos com a profissão exercida, e restringindo a pesquisa aos grupos profissionais numericamente mais relevantes, nota-se que os imigrantes possuem uma escolaridade relativamente elevada, mas exercem profissões que não são muito exigentes em termos de qualificações (Tabela 16).

Gráfico 23. Grau de instrução no Algarve, segundo a nacionalidade e grupos de nacionalidades, 2011 (%)



Fonte: INE, Recenseamento da População, 2011.

Tabela 16. Grau de instrução da população inquirida segundo alguns grupos de profissões nas 3 regiões em estudo (%)

Grupos de Profissões	Não sabe ler nem escrever + Sem educação formal ou menos do que o ensino primário completo	1º e 2º ciclos	Ensino secundário inferior completo	Ensino secundário superior completo (+ Ensino vocacional pós secundário)	Licenciatura/ Graduação (completou pelo menos um ano) + Licenciatura/ Graduação (completa)	Ensino pós graduado (completou pelo menos um ano/ mestrado, pós-graduação, doutoramento)	Total
Grupo 5	1,4	11,1	28,2	44	13,9	1,4	100
Grupo 6	0	6,3	12,7	57,1	19	4,8	100
Grupo 7	3,9	10,5	23,7	47,4	13,2	1,3	100
Grupo 9	5,6	11,1	27,8	38,9	16,7	0	100

Fonte: Questionários CRISIMI.

A título de exemplo 57,1% dos indivíduos que têm uma profissão no grupo 6 (Agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura, da pesca e da floresta) e 38,9% do que trabalham numa profissão do grupo 9 (trabalhadores não qualificados) têm o ensino secundário superior completo ou o ensino vocacional pós-secundário. Além disso, 4,8% dos que exercem uma profissão no grupo 6, ligado à agricultura, têm o ensino pós-graduado.

Como refere o líder de uma associação de ucranianos na entrevista que nos concedeu, o reconhecimento das qualificações nem sempre é uma via de acesso a uma profissão com melhor remuneração: “... existem muitos deles que fazem o reconhecimento ... e o que é que eu faço com este diploma? O mercado de trabalho em Portugal, por exemplo, para um engenheiro civil, ele como pedreiro vai ganhar tanto ou mais do que como engenheiro civil! Muitos já não querem reconhecer o diploma! Alguns querem reconhecer para ter ... por questões de dignidade, não é?”. Num contexto de retração económica, esta falta de oportunidades pode conduzir à desqualificação do imigrante no mercado de trabalho do país de acolhimento e ao conseqüente desperdício de qualificações.

A desqualificação à entrada no mercado de trabalho em Portugal, por exemplo, parece manter-se, nomeadamente para ucranianos (que chegaram mais recentemente no contexto de instabilidade na Ucrânia) ou para o novo perfil do imigrante brasileiro estudante. A entrevistada da Casa da Ucrânia refere: “... há muitos retornados por causa das condições económicas e guerra com que a Ucrânia se está a deparar, vêm muitas pessoas, crianças.... tal e qual como nos anos 2000 aceitam qualquer trabalho e pronto pessoas com habilitações literárias de ensino superior empregam-se como domésticas, jardineiros, limpeza de edifícios como não existe construção, não é? Isto é um facto!”. A mesma entrevistada também refere a falta de domínio do português como um obstáculo à obtenção de emprego coincidente com as habilitações literárias. Os entrevistados ucranianos também realçam positivamente os programas que permitiram o reconhecimento de formação superior obtida na Ucrânia, dando acesso a uma inserção laboral conforme a formação de alguns ucranianos. No entanto, para outros, devido aos constrangimentos no mercado de trabalho em Portugal, apesar do reconhecimento dos diplomas, não houve possibilidade de incorporação adequada no mercado laboral.

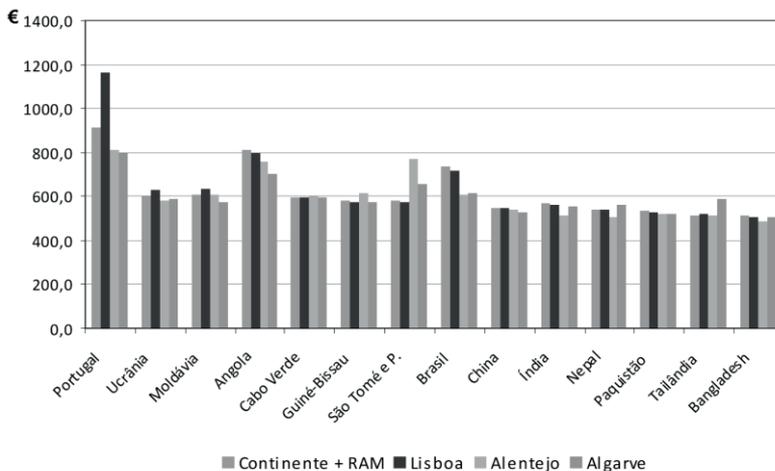
No caso dos estudantes brasileiros, observa-se um processo que não é diferente do experimentado noutros países do Centro-Norte da Europa: conciliar estudos com ocupações menos qualificadas: “... então também desenvolver outras competências, por exemplo no Brasil era nutricionista e aqui vai trabalhar como empregado de mesa e não tem problema nenhum e a maioria realmente pelo que eu vejo aqui desce um pouco! Não é uma coisa só da comunidade brasileira, é uma coisa mesmo universal e eles aqui já desenvolvem outras coisas, mas não se afastam da área deles... agora eu noto que as mulheres/meninas... as estudantes de mestrado agora estão cada vez mais se oferecendo para trabalhar como *babysitter*, é uma coisa bem interessante! Elas não querem como doméstica porque atrapalha o mestrado e não podem e aí como *babysitter* elas ganham um dinheiro extra e conseguem-se manter e gerir a vida aqui.” (Gabinete de Inserção Profissional, Casa do Brasil).

3.3. Escalões remuneratórios e jornadas de trabalho

O trabalho constitui a principal fonte de rendimento para os indivíduos em idade ativa e, assim, o salário assume uma importância central para a sobrevivência das famílias. Os níveis remuneratórios auferidos pelos trabalhadores variam em grande medida segundo a profissão exercida, podendo ainda verificar-se oscilações de acordo com a existência de funções de coordenação, a antiguidade no posto de trabalho, a duração da jornada de trabalho, ou de outros fatores de caráter mais estrutural, como a produtividade ou a capacidade de negociação contratual entre trabalhadores e patrões.

Analisando os valores das remunerações médias mensais base dos trabalhadores por conta de outrem para outubro de 2013 extraídos dos Quadros de Pessoal do GEE do Ministério da Economia, observa-se que os valores auferidos são, de um modo geral, mais elevados na região de Lisboa comparativamente ao Continente+RAM e às restantes regiões em estudo (Gráfico 24). Um mercado de trabalho mais diverso, como o desta região, com mais investimento nacional e internacional, onde se localizam algumas das principais empresas existentes no país, permite aos trabalhadores auferirem salários médios mais altos.

Gráfico 24. Remunerações médias mensais base (euros) por nacionalidade, dos trabalhadores por conta de outrem a tempo completo com remuneração completa no período de referência (outubro 2013), no Continente + RAM, NUT II de Lisboa, Alentejo e Algarve



Fonte: GEE, Ministério da Economia. Nota: RAM reporta-se à Região Autónoma da Madeira. O GEE do Ministério da Economia, não dispunha de informação para a Região Autónoma dos Açores.

Pelo dinamismo da economia regional, muito ligada ao turismo, alojamento e restauração, a região do Algarve apresenta, a seguir a Lisboa, os valores médios mais altos. De entre as regiões caracterizadas, o Alentejo tem os valores médios salariais mais reduzidos, o que se relaciona com a estrutura produtiva regional baseada em setores com uma produtividade mais baixa.

Fazendo agora uma análise por nacionalidades, os trabalhadores portugueses recebem valores salariais francamente superiores aos dos cidadãos estrangeiros, o que patenteia a sua posição mais favorável no mercado de trabalho. De entre os cidadãos não-nacionais, os angolanos e os brasileiros são os que recebem salários médios mais altos, nomeadamente na região da capital. Seguem-se-lhes, os ucranianos e moldavos, e depois as comunidades, mais antigas, de cabo-verdianos, santomenses e guineenses. Considerando um conjunto de 6 comunidades

asiáticas, ainda relativamente pequenas e de presença mais recente, os valores salariais auferidos são, para todas as regiões, mais baixos comparativamente às nacionalidades retratadas. Ao nível dos inquiridos no presente trabalho, a informação disponível não se reporta diretamente ao escalão remuneratório, mas sim ao rendimento global auferido. Contudo, para a maioria dos nacionais de países terceiros, o trabalho constitui o principal meio de vida. Assim, considerando os respondentes cuja principal fonte de rendimento é o salário do trabalho dependente nas 3 regiões em estudo (Tabela 17), 45,5% afirmou auferir o salário mínimo ou menos, ao passo que 40,2% disseram ganhar entre o salário mínimo e 1000 euros. Os escalões mais elevados apresentam quantitativos muito reduzidos.

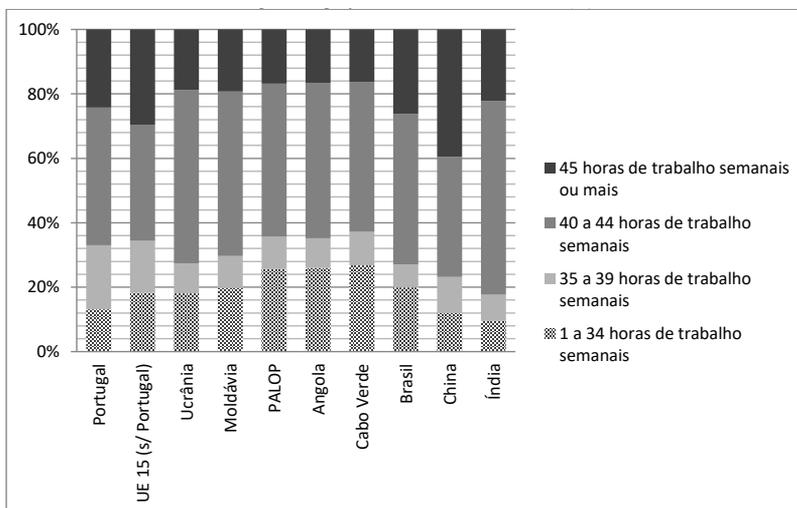
Tabela 17. Valor mensal do rendimento global auferido entre algumas nacionalidades de inquiridos cuja principal fonte de rendimento é o salário do trabalho dependente nas três regiões em análise (%)

	Menos que o ordenado mínimo	O ordenado mínimo (505€)	Entre o ordenado mínimo e 1000€	Entre 1001€ e 1500€	Entre 1501€ e 2000€	Mais de 2000€	Total
AML	12,5	30,5	40,5	13,3	1,8	1,4	100
Brasil	7,9	37,8	37,8	11,8	2,4	2,4	100
Ucrânia	3,9	5,9	58,8	27,5	3,9	0	100
Cabo Verde	31,7	36,6	26,8	4,9	0	0	100
Odemira	41,4	31	27,6	0	0	0	100
Índia	64,3	0	35,7	0	0	0	100
Bangladesh	50	41,7	8,3	0	0	0	100
Nepal	60	20	20	0	0	0	100
Algarve	1,9	27,8	66,7	1,9	1,9	0	100
Brasil	5	25	65	0	5,6	0	100
Ucrânia	0	27,8	66,7	1,9	1,9	0	100
3 Regiões	15,3	30,2	42,2	9,7	1,5	1	100

Fonte: Questionários CRISIMI. Nota: os valores para as regiões reportam-se a todas as nacionalidades.

Se desagregarmos os dados por regiões, o Algarve sobressai pela elevada proporção de respondentes que auferem entre o salário mínimo e 1000 euros (66,7%). As duas nacionalidades consideradas (brasileiros e ucranianos) apresentam perfis remuneratórios semelhantes, com um ligeiro predomínio dos brasileiros no escalão mais baixo. Em Lisboa nota-se uma maior repartição dos respondentes pelos vários escalões, pois 12,5% ganha menos do que o salário mínimo, 71,0% ganha entre o salário mínimo e 1000 euros e 16,5% enquadra-se nos escalões acima dos 1000 euros. De salientar as grandes disparidades entre as nacionalidades consideradas, pois os cidadãos cabo-verdianos estão muito mais presentes nos escalões mais baixos comparativamente aos brasileiros e ucranianos, o que se poderá relacionar com as qualificações e profissões exercidas. Os valores mensais do rendimento global auferido são particularmente baixos em Odemira, onde 41,4% dos respondentes ganha abaixo do salário mínimo e ninguém ganha acima de 1000 euros mensais. A concentração da população inquirida em atividades agrícolas pouco qualificadas, com remunerações médias baixas, permite compreender estes valores.

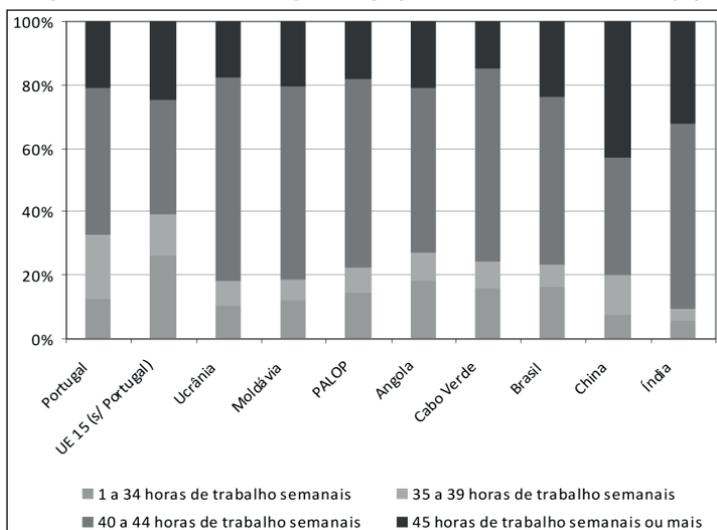
Gráfico 25. Escalão de horas de trabalho da população empregada na AML, segundo a nacionalidade ou grandes grupos de nacionalidades, 2011 (%)



Fonte: INE, Recenseamento da População, 2011.

Considerando os dados dos Censos 2011 no que se refere ao escalão de horas de trabalho, há diferenças dignas de nota entre as três regiões em estudo e que podem ser um reflexo de diferentes características dos mercados regionais de trabalho. Na AML, o peso relativo do escalão de horas mais reduzido (1 a 34 horas semanais) é ligeiramente maior comparativamente ao país, para a generalidade das nacionalidades analisadas, mas os restantes escalões são muito semelhantes (Gráfico 25). Observa-se que os nacionais da China têm uma grande presença no escalão horário superior (39,5%) e que os cidadãos dos PALOP, nomeadamente os cabo-verdianos, têm uma presença mais acentuada no escalão entre 1 e 34 horas (25,6% e 26,8%, respetivamente). Se no caso dos primeiros este facto pode indicar jornadas mais longas de trabalho em atividades por conta própria ou de trabalho dependente para conterrâneos, no caso dos cidadãos lusófonos, menores tempos de trabalho poderão indiciar ocupações mais precárias, associadas a trabalho à hora.

Gráfico 26. Escalão de horas de trabalho da população empregada no Algarve, segundo a nacionalidade ou grandes grupos de nacionalidades, 2011 (%)



Fonte: INE, Recenseamento da População, 2011.

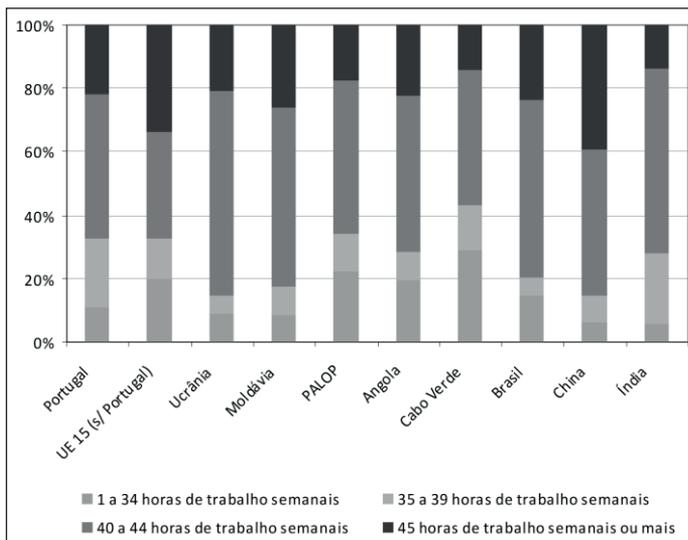
O perfil de escalões de horas de trabalho segundo as várias nacionalidades no Algarve apresenta grandes semelhanças com a AML (Gráfico 26). Salienta-se, contudo, que a proporção de cidadãos chineses no escalão mais elevado de horas relativamente ao país e às restantes regiões é ainda maior (42,9%). De salientar que 26,1% dos nacionais de UE15 se enquadram no escalão entre 1 e 34 horas semanais de trabalho, o que pode configurar trabalhos a tempo parcial.

No Alentejo (Gráfico 27), nota-se maior diferenciação entre as várias nacionalidades: temos por um lado uma elevada concentração de cidadãos ucranianos e moldavos no escalão de 40 a 44 horas semanais (64,6% e 56,2%) e, por outro, uma muito notória presença de nacionais cabo-verdianos no escalão mais baixo (28,9%).

Quanto aos os inquiridos no âmbito deste trabalho, a maioria trabalha a tempo completo com um horário fixo (71,4%) ou a tempo completo com horário por turnos (18,8%). De salientar que 12,7% dos inquiridos na AML responderam ter um trabalho parcial (horário fixo ou por turnos) – Tabela 18. No Algarve, o trabalho a tempo completo com horário por turnos é mais relevante comparativamente às restantes regiões (28,8%).

Em Odemira, os trabalhos com horário completo e fixo representam três quartos dos inquiridos o que se prende com os regimes horários das empresas agrícolas. Foi-nos transmitido por vários representantes destas empresas que em momentos de maior produção é fundamental que alguns trabalhadores façam turnos de modo a assegurar o escoamento dos produtos e a sua colocação no mercado no mais breve espaço de tempo: “... podemos ter pessoas da área da lavagem das saladas a entrar à meia-noite, outros colegas entram às 8/9 horas vão embalar, outros entram às 13 horas vão armazenar, e depois podemos ter pessoas a entrar às 9 horas para carregar os camiões.” (Técnico de Recursos Humanos de uma empresa hortícola do concelho de Odemira).

Gráfico 27. - Escalão de horas de trabalho da população empregada no Alentejo, segundo a nacionalidade ou grandes grupos de nacionalidades, 2011 (%)



Fonte: INE, Recenseamento da População, 2011.

Tabela 18. Regime horário de trabalho dos inquiridos que trabalham nas 3 regiões em estudo (%)

Regime de horário	3 Regiões	AML	Odemira	Algarve
A tempo completo – horário fixo	71,4	71,2	75,4	68,2
A tempo completo – horário por turnos	18,8	16,1	21,5	28,8
A tempo parcial – horário fixo	3,7	4,8	0	1,5
A tempo parcial – horário por turnos	6,3	7,9	3,1	1,5
Total	100	100	100	100

Fonte: Questionários CRISIMI.

No que concerne aos escalões das jornadas habituais de trabalho, a maioria dos respondentes trabalha 8 horas (55,8%), mas 31,6% admite trabalhar 9 horas ou mais diariamente (Tabela 19). As disparidades entre as 3 regiões em estudo são muito grandes, com mais de 92% dos

respondentes de Odemira a afirmarem que realizam jornadas de trabalho de 8 horas. Como a pergunta no inquérito aplicado se reportava ao horário habitual de trabalho, não conseguimos captar as horas extraordinárias feitas pelos trabalhadores agrícolas em momentos de “pico de campanha” nesta região.

Tabela 19. Escalão de horas de trabalho dos inquiridos que trabalham nas 3 regiões em estudo (%)

Escalão de horas	3 Regiões	AML	Odemira	Algarve
Menos de 8 horas	12,6	16,9	1,5	1,6
8 horas	55,8	53,5	92,3	29
Entre 9 e 12 horas	30,3	28,3	6,2	66,1
13 ou mais horas	1,3	1,2	0	3,2
Total	100	100	100	100

Fonte: Questionários CRISIMI.

No Algarve, dois terços dos respondentes que trabalhavam afirmaram ter jornadas diárias de 9 a 12 horas, o que revela o esforço laboral realizado por alguns imigrantes para conseguir auferir um rendimento que garanta a sua subsistência.

4. RESPOSTAS FACE À CRISE

4.1. As respostas institucionais recentes

Num quadro de grandes dificuldades económicas com frequentes situações de desemprego e carência económica, foram agilizadas respostas institucionais cujo objetivo foi dar apoio aos imigrantes no sentido de esclarecer dúvidas, delinear caminhos e encontrar as soluções possíveis para cada caso.

Para além das alterações legislativas já expostas no ponto 2.2. do capítulo 2 deste livro, no campo direto de atuação do Alto Comissariado para as Migrações registou-se um reforço dos

recursos humanos disponíveis para o atendimento ao público nos três Centros Nacionais de Apoio à Integração de Migrantes (CNAIMs)⁴⁰, através de maior afetação de funcionários e abertura de novos gabinetes. Para além das instituições parceiras já presentes nos locais (ex: Autoridade para as Condições do Trabalho, Conservatória dos Registos Centrais, Espaço do Cidadão, Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, Segurança Social, Ministério da Educação) e dos gabinetes abertos logo aquando da criação dos Centros Nacionais (Apoio Social, Apoio Jurídico, por exemplo), o quadro de serviços disponíveis foi ampliado passando a incluir o Gabinete de Apoio ao Imigrante Sobre-endividado (GAIS) e o Gabinete de Apoio ao Empreendedor Migrante (GAEM)⁴¹.

O primeiro destes dois novos gabinetes (GAIS), criado em fevereiro de 2014 e apenas disponível em Lisboa, tem registado grande procura por parte de clientes bancários, imigrantes e não-imigrantes, em situação de endividamento, risco de endividamento ou já numa fase de negociação da dívida⁴². Cumprindo três funções essenciais – informar, aconselhar e acompanhar os utentes – o gabinete faz parte de uma rede nacional de apoio ao consumidor endividado, coordenada pela Direção-Geral do Consumidor. O incumprimento das obrigações relacionadas com os créditos pessoais, entre os utentes mais jovens, e com o crédito à habitação, entre os mais velhos, são os principais motivos da procura do gabinete. Subjacentes ao desregulamento do orçamento familiar estão os problemas dos 3 D: desemprego, doença e divórcio. O gabinete presta igualmente informações sobre os serviços mínimos bancários e apoia os utentes no âmbito das faturas eletrónicas.

Com o objetivo de estimular a criação do próprio emprego, e em linha com orientações a nível nacional de estímulo à iniciativa empreendedora, o GAEM foi criado em março de 2015, nas instalações do CNAI de Lisboa, encontrando-se também disponível no CNAIM do Porto. Resultado da experiência de gestão de projetos diretamente relacionados com o empreendedorismo imigrante, a equipa ministra ações de formação para imigrantes e cidadãos portugueses com experiência de emigração,

40 A conversão dos 3 Centros Nacionais de Apoio ao Imigrante (CNAI) em Centros Nacionais de Apoio à Integração de Migrantes (CNAIM) foi estabelecida pela portaria 203/2016 de 25 de julho. Coincidindo com uma mudança e expansão de instalações, o CNAI do Porto passou a CNAIM - Norte em julho de 2016 e de Faro passou a CNAIM - Algarve em Setembro do mesmo ano.

41 Os três Centros Nacionais não dispõem do mesmo leque de Gabinetes de Apoio.

42 Informação facultada em entrevista pelo coordenador do gabinete no CNAI de Lisboa.

disponibilizando também especialistas que prestam consultoria de negócios aos utentes⁴³. A criação da autorização de residência para fins de investimento, já indicada no ponto 2.2. do capítulo 2, poderá ter tido algum impacto no volume de pessoas que procuram o gabinete, mas as frequentes situações de desemprego dos que a ele recorrem podem indiciar uma tentativa de resolução da precariedade económica em que se encontram. O trabalho deste gabinete é feito em grande medida em articulação com o Gabinete de Apoio Jurídico, na medida em que os cidadãos estrangeiros têm de observar um conjunto de disposições legais sobre a sua permanência documentada em território nacional.

Os Gabinetes de Apoio Jurídico estão presentes nos Centros Nacionais desde o seu início, e apesar da redução das entradas de cidadãos estrangeiros no país, continuam a registar uma elevada procura por parte dos imigrantes que solicitam informações ou ajuda na apresentação de documentos a outras entidades. No primeiro caso, os gabinetes recebem numerosos pedidos informativos sobre direito laboral (cessação de contratos, por exemplo) e direito da família (responsabilidades parentais), ao passo que, no segundo, os processos de regularização da situação documental envolvendo a preparação de documentos pessoais, cartas ou recursos exigem a atenção dos juristas dos gabinetes.

Num contexto de carência económica, o Gabinete de Apoio Social, tal como o Gabinete Jurídico (um dos mais antigos do leque de gabinetes disponíveis), tem sido muito procurado por cidadãos imigrantes e cidadãos portugueses de origem imigrante que solicitam informações e orientações sobre o acesso aos apoios sociais existentes, desde o RSI, aos abonos, subsídios e pensões. O crescente número de atendimentos prende-se com situações de perda de rendimento devido a situações de desemprego que afetaram muitos agregados familiares. Trabalhando em articulação com outras instituições de ajuda social (Santa Casa da Misericórdia, Segurança Social), os técnicos do gabinete tentam encontrar as soluções possíveis para cada caso⁴⁴.

43 Todos os serviços prestados são gratuitos. O gabinete dispõe também de atendimento presencial.

44 Informação obtida junto da coordenadora do gabinete no CNAI de Lisboa.

Para além do reforço dos meios humanos dos gabinetes instalados nos CNAI / CNAIM, também a rede nacional dos antigos gabinetes locais de apoio à integração de imigran-

tes (CLAIMs) se alargou em termos numéricos e de serviços prestados. A adaptação à realidade migratória que o país vive levou a uma extensão dos serviços informativos e de reencaminhamento que passaram a abranger imigrantes e emigrantes (CLAIMs). As valências existentes em cada CLAIM dependem da instituição anfitriã e o modelo de financiamento pode envolver entidades públicas e privadas, em função dos protocolos celebrados. Os CLAIMs dispõem também de um kit de formação do ACM, disponível para os municípios, com o objetivo de preparar a população para o acolhimento de imigrantes.

Para além do trabalho no terreno, as respostas institucionais têm também abrangido os recursos eletrónicos e, assim, o programa de aprendizagem da língua portuguesa para cidadãos adultos falantes de outras línguas - *Português Para Todos* - encontra-se disponível numa plataforma *online* do Alto Comissariado para as Migrações, desde final de maio de 2016 (<https://pptonline.acm.gov.pt/>). Em final de outubro de 2016, esta contava já com perto de 1300 utilizadores de 98 nacionalidades diferentes⁴⁵ que procuravam os conteúdos organizados num total de 12 módulos (nível A e nível B de língua) e acompanhados de referenciais que “... interpretam as descrições dos níveis apresentados no Quadro Europeu Comum de Referência para as Línguas (QECR), produzido pela Unidade de Política Linguística do Conselho da Europa ...”⁴⁶. A Plataforma encontra-se disponível em português e inglês, mas o projeto inclui a sua disponibilização em árabe (até ao final do 1º trimestre de 2017), mandarim e romeno, por forma a chegar a um mais vasto leque de cidadãos estrangeiros. O acesso à *net* e a um computador são duas condicionantes essenciais para quem não tenha possibilidade de se deslocar fisicamente a um dos locais onde as aulas do Programa *Português Para Todos* são ministradas, frequentemente em horário pós-laboral. A plataforma pode ser utilizada por qualquer pessoa, em qualquer parte do mundo, independentemente da sua situação documental.

4.2. As respostas e os recursos dos imigrantes à crise: estratégias adotadas

A primeira é uma reação mais macro, visível na redução dos fluxos que chegam a Portugal. Diminui o número de entradas

⁴⁵ As nacionalidades com maior número de alunos eram a portuguesa (26,0%), a russa (9,2%) e a ucraniana (7,4%).

⁴⁶ Fonte: <http://www.acm.gov.pt/-/plataforma-ppt->

e, portanto, diminuiu a pressão sobre o mercado de trabalho. A segunda é, de facto, uma estratégia de sobrevivência: ir encontrando pequenos empregos que se vão repetindo ao longo destes últimos anos e que permitem apenas sobreviver, com uma diminuição das remessas enviadas para a família, mas com uma tentativa de se manter por aqui. Terceiro lugar uma remigração; encontramos hoje muitos imigrantes de primeira geração que passaram em Portugal alguns anos, obtiveram a nacionalidade portuguesa e reemigraram para Inglaterra, França, Luxemburgo, Suíça. (...) juntaram-se aos fluxos da emigração portuguesa e estão hoje nesses países. (Investigador entrevistado).

No que se refere às estratégias para solucionar a crise e para fazer face a esse cenário de desemprego, existe uma clara ausência de investigação científica. Nesta pesquisa, tentou-se colmatar esta ausência de informação questionando cidadãos estrangeiros, investigadores, e dirigentes sindicais e associativos sobre este complexo processo.

O quadro de incremento dos preços de vários bens e serviços, mesmo de alguns considerados de primeira necessidade como a saúde, os transportes, a água ou a energia, associado ao agravamento da taxa de IVA para 23%, potenciou o aumento das dificuldades financeiras de muitas famílias, ou mesmo o seu empobrecimento, e levou à insolvência de muitas empresas (Leite et al., 2013), cuja principal consequência consistiu no despedimento de muitas pessoas. Neste contexto de crise, são apontadas, nas entrevistas realizadas, situações de sobrevivência e não de qualidade de vida, em que cada cidadão tem direito à educação, à saúde, à habitação ou à cultura: “É uma questão de sobrevivência! As pessoas podem deixar de pagar muitas coisas. Podem deixar de pagar rendas, mas não podem de deixar de pagar o alimento! Não podem deixar de comer! Ou seja, encaminharam as pessoas para uma espécie de sobrevivência permanente! E nessas pessoas estão incluídas os imigrantes, obviamente! A forma de levar as pessoas a um estado de sobrevivência permanente, a luta pela sobrevivência permanente, criou vários problemas!” (Dirigente sindical). Analisando-se os resultados à pergunta “quais são as suas principais despesas mensais?”, as respostas são muito evidentes e reportam-nos para as necessidades básicas: habitação, produtos alimentares, água, luz e gás, e comunicações. Estas foram as respostas que, numa escala de 1 a 5 (onde 1 corresponde a ‘não gasto nada’ e

5 a 'gasto muito'), tiveram os valores mais altos na resposta 5: 35,9%, 33,6%, 26,8% e 21,7%, respetivamente. Contudo, a educação do próprio, a educação dos filhos ou a saúde tiveram os valores mais altos na escala 1 ('não gasto nada'), tendo, respetivamente, valores de 66,3%, 50,2% e 29,8% para estas despesas, o que vem reforçar a ideia de sobrevivência anteriormente apontada, sendo descuradas ou proteladas as outras faces que uma vida com boas condições podia revelar. É, também, importante salientar que cerca de 18,2% das respostas à pergunta "de que outros recursos se socorre para fazer face às despesas recai sobre "Deixar de comprar determinados bens ou serviços".

Neste contexto de crise e de necessidade, as estratégias adotadas para fazer face à situação de crise e que envolvem uma atitude, mesmo que indireta, relativamente ao mercado de trabalho, são diversas e muitas vezes invisíveis. De um modo geral, e após a análise dos dados empíricos obtidos, é possível apontar cinco das principais estratégias seguidas: trabalho informal, ficar sem qualquer rendimento - fora do mercado de emprego - com o apoio das redes sociais, criação do próprio emprego e mobilidade internacional, seja de retorno ao país de origem, seja de remigração.

O trabalho informal é um dos recursos utilizados com maior frequência num quadro de desemprego e/ou carências económicas. No caso das mulheres, por exemplo, conhecem-se as situações de trabalho doméstico referidas por vários autores desde há vários anos (Baganha *et al.*, 2002; Pereira, 2010; Lopes, 2015). No caso dos homens, os chamados "biscates" são, também, um importante meio de subsistência, mas principalmente na área das reparações de canalização, pintura ou carpintaria. Contudo, não se consegue quantificar esta situação pelo seu carácter. Apesar disto, esta foi uma das estratégias apontadas nas entrevistas realizadas, tendo sido referido que o trabalho informal pode não funcionar isoladamente. Ou seja, para além do trabalho formal em que existe um contrato, muitos imigrantes, para fazerem face às despesas, têm outros trabalhos: "um salário mínimo nacional para quem tem uma família a cargo e para quem é imigrante não é atrativo, porque eles de facto têm de fazer face às despesas de curto prazo, mesmo as despesas que deixaram nos países de origem ou a família que deixaram para trás e, portanto, necessitam de ganhar mais. Se isso significar ganhar em parte

informalmente, eles estão dispostos a fazê-lo, desde que tenham um contrato que lhes permita manter o seu carácter legal, mesmo que esse contrato seja efémero e não corresponda à realidade” (Investigador entrevistado).

Nos resultados dos questionários, apenas 2,4% dos respondentes referiu que tinha como principal fonte de rendimento os “biscates”, todos residentes na AML. O mesmo aconteceu com a segunda pergunta sobre esta questão (De que outros recursos se socorre para fazer face às despesas?): apenas 2% respondeu que a informalidade nas atividades profissionais (fazer biscates, trabalho não declarado) é outro recurso para fazer face às despesas e apenas na AML. Em Odemira e no Algarve não houve ninguém, entre os 145 cidadãos inquiridos nestes territórios, que desse como resposta a informalidade nas suas atividades profissionais. Estes resultados podem ter algum desvio, pois há um certo incómodo ou mesmo pudor em responder a esta questão, facto que se provou nas respostas dadas nas entrevistas realizadas a 15 cidadãos estrangeiros, onde apenas 1 referiu, a medo, fazer algum trabalho informal paralelamente ao seu trabalho formal.

Contudo, as redes sociais tanto no país de origem como em Portugal são um recurso do qual se socorrem 20,5% dos cidadãos inquiridos, concentrando-se a maioria das respostas (85%) na AML, enquanto nos restantes dois territórios as respostas são muito residuais. Estas redes são apontadas como o principal alicerce de muitas famílias, constituindo-se enquanto rede de solidariedade. Uma dirigente associativa refere que a solidariedade é mais uma das estratégias para aqueles que ficam “Ele emprestou-me, aquele emprestou-me e depois quando eu receber tenho que devolver.... mas é uma estratégia a rede familiar e de amigos, se a tiver, e que essas pessoas possam, sim... existe essa solidariedade”.

Em Portugal, o estudo de Lopes (2015) sobre as estratégias dos imigrantes cabo-verdianos, por exemplo, para fazer face à crise aponta para estes imigrantes se estarem a adaptar à situação tornando-se trabalhadores por conta própria ou mudando para outros setores de atividade. O empreendedorismo foi uma das estratégias apontadas por alguns dirigentes

associativos entrevistados: "...fazem coisas paralelas, fazem bolos e doces ou o artesanato para quem está na faculdade que não tem muito tempo porque tem toda a obrigação do mestrado..." (Gabinete de Inserção Profissional, Casa do Brasil) ou a constituição de pequenos negócios parece ser uma estratégia visível em imigrantes de várias origens: "...há uma procura cada vez maior do empreendedorismo para os brasileiros que ainda estão aqui; o CNAI, que é o nosso órgão que gere a plataforma do GIP, sempre oferece curso de empreendedorismo migrante e os brasileiros sempre se inscrevem muito nesses cursos, nós vamos ter agora aqui na casa, começa a 16 de março e já temos muitas inscrições para esse curso que é uma forma também de você criar o seu próprio negócio que é um lado também muito forte do brasileiro, ser empreendedor!" (*Idem*). Esta opção pelo empreendedorismo também tem sido estimulada pelo próprio governo como alternativa de empregabilidade: "tem aumentado porque é uma forma também de, já que está em crise 'vou criar o meu emprego' então isso também está a ser muito incutido pelo próprio governo... o IEFP..." (Gabinete de Inserção Profissional, Casa do Brasil). Entre os brasileiros, por exemplo, tem sido visível o surgimento de novos negócios: "noto que têm aberto muito salão de cabeleireiro ou noto que agora abriu muita loja de comida, então abriu uma loja especializada em brigadeiros ou em comidas à base de (...) ou então comunicação para os brasileiros... é bem diversificado!" (*Idem*). O representante da associação ucraniana também refere: "aumentou o número de ucranianos que criaram as próprias empresas..."

A mobilidade internacional, seja de retorno ao país de origem, seja de reemigração para outros países também é evidenciada por vários entrevistados. Não esquecendo, no entanto, que, por motivos vários, para muitos imigrantes a mobilidade internacional não é uma estratégia que queiram adotar para fazer face à crise: "Eu conheço muita gente que se manteve aqui apesar da crise, é importante dizer isso!" (Entrevista à Casa do Brasil). Sabe-se, também, pouco sobre esta situação sendo apenas possível apontar algumas ideias. Segundo os dados estatísticos do INE, estima-se que em 2014 já tivessem saído do país mais de 134 000 pessoas, quatro vezes mais que no ano de 1960. Esta realidade, também, não está distante dos cidadãos estrangeiros que residem em Portugal, sendo a reemigração uma situação já apontada por

muitos e tida em conta nos diferentes percursos de vida. Para um dos dirigentes sindicais entrevistados, a situação parece ser clara: “A evolução é conhecida: é de uma diminuição constante [do número de imigrantes]! Há um processo que é dominado de reemigração, em que as pessoas têm a sua residência em Portugal (...) mas podem estar em Espanha, França em qualquer outro país da União Europeia em trabalhos que em Portugal não têm. Este processo de reemigração foi muito mais forte nos anos de 2010/2011 e 2012, talvez tenha estabilizado em 2013. Mas o número efetivo de imigrantes em Portugal, até os dados estatísticos do SEF mostram isso, tem vindo a cair sistematicamente ao longo destes anos todos, principalmente, a partir de 2008 para cá!”.

Nas entrevistas realizadas, foi recorrentemente referida, apesar de se saber pouco, a situação de reemigração, feita, essencialmente, por homens, mantendo-se frequentemente a residência e a família em Portugal, o que vem trazer novamente à discussão estratégias de reemigração na Europa que já foram identificadas em investigações anterior (Pereira, 2008; Pereira, 2012). É, aqui, de assinalar que esta situação não tem bases de subordinação ao homem, mas sim de solidariedade no casal para fazer face às dificuldades económicas e sociais do agregado familiar. Foram referidos “muitos casos de pessoas que reemigraram a partir de Portugal para outros países europeus, em que a crise não se fazia sentir com tanta força, particularmente, no caso dos que trabalhavam na construção civil, a partir do momento em que o setor da construção civil começou a ficar mais parado”. (Investigador entrevistado). Um dirigente sindical entrevistado diz não saber números exatos, mas referiu que os números das saídas de Portugal que a OCDE aponta podem estar muito aquém dos números reais:

“Este número pode facilmente duplicar ou triplicar! (...) Muitos têm a sua residência em Portugal, não estão em Portugal, estão em França, Suíça, Luxemburgo, sul de Inglaterra e vão fazer um trabalho em concreto, mas mantêm a residência em Portugal! E quando é a altura da renovação das autorizações regressam com documento comprovativo de meio de subsistência, dinheiro que mandou para a família, dinheiro que depositou ou qualquer outra forma para demonstrar capacidade de rendimento para renovar a sua autorização de residência, mas não está cá!”

Mas a reemigração também coexiste com os processos de retorno ao país de origem. No caso dos brasileiros, foi evidente um importante fluxo de retorno ao Brasil; no entanto, vários entrevistados alertam que esse retorno pode não ser permanente: “A gente tem muitas experiências de pessoas que foram e voltaram!” (Entrevista à Casa do Brasil). Alimentado pelo contexto de crescimento económico no Brasil, que coincidiu com a crise em Portugal, vários brasileiros retornaram, mas nem sempre este retorno correspondeu às expectativas, gerando-se uma nova emigração para Portugal.

No caso dos ucranianos, o maior retorno aconteceu em 2004, pela percepção de mudança e contexto favorável na Ucrânia. No entanto, a crise de 2007-2008 em Portugal não gerou um movimento de retorno à Ucrânia⁴⁷ porque o país já estava a atravessar instabilidade política (Entrevista a uma associação ucraniana), sendo mais frequente a adoção de estratégias de reemigração dentro da Europa, mantendo-se as famílias em Portugal: “muitos imigrantes reemigram para outros países dentro da União Europeia.... mas o que é engraçado nesta situação, como eu sei, muitos deles deixaram cá em Portugal as famílias e foram trabalhar como emigrantes portugueses...”.

Neste contexto de mobilidade, é importante referir que desde de que chegaram a Portugal, 5,6% dos inquiridos já trabalharam uma vez noutra país e 4% várias vezes, sendo que em ambos os casos esta tem sido uma estratégia maioritariamente masculina (74%). Os principais destinos são Espanha (17) e França (8), principalmente no setor da construção civil. A maioria dos inquiridos avalia positivamente a experiência de trabalhar fora, nomeadamente no que diz respeito aos níveis salariais e às condições de trabalho. Adicionalmente, 27,4% indica que tem algum membro da família a viver no estrangeiro, principalmente irmãos/irmãs, pai e primos, em França (34), Reino Unido (31), Estados Unidos (27) e Espanha (22). Adicionalmente, e em termos de perspetivas futuras, 40,9% dos inquiridos já pensou em ir trabalhar para o estrangeiro e 17,4% já fez alguma coisa nesse sentido.

47 Perante a situação de instabilidade política na Ucrânia foi referido por uma dirigente associativa que “há muitos retornados [ucranianos que voltam para Portugal] por causa das condições económicas e guerra com que a Ucrânia se está a deparar, vêm muitas pessoas, crianças.... tal e qual como nos anos 2000 aceitam qualquer trabalho, e pronto, pessoas com habilitações literárias de ensino superior empregam-se como domésticas, jardineiros, limpeza de edifícios”.

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES: UM OLHAR CRÍTICO

A crise económica global de 2007-2008 teve importantes impactos na economia e na sociedade portuguesas. A fragilidade estrutural da economia ficou patente nos resultados de vários indicadores de desempenho económico que mostraram taxas de crescimento do PIB negativas, um crescimento do endividamento público e um aumento da taxa de desemprego. Mesmo a melhoria registada nos indicadores económicos a partir de 2015 (e.g. ténue aumento do PIB e redução da taxa de desemprego para 11,1% no final de 2016, segundo o INE) é ainda pouco significativa, refletindo as dificuldades sentidas pela economia portuguesa em retomar o crescimento de um modo sustentado e, também, a sua forte exposição a fatores negativos internos e, sobretudo, externos (e.g. mudanças políticas nos principais países credores e na UE, em geral; subida acentuada dos preços do petróleo).

Adotando um modelo de crescimento económico intensamente utilizador de mão-de-obra, a economia portuguesa atraiu, entre a segunda metade da década de 1980 e a primeira metade dos anos 2000, milhares de trabalhadores estrangeiros de diversas nacionalidades que supriram as necessidades do mercado de trabalho nacional. Incorporaram-se, assim, nos setores de atividade da construção civil e obras públicas, nos serviços pessoais e domésticos, nas limpezas e na restauração, menos atrativos para os trabalhadores nacionais, quer pela sua natureza, quer pelos baixos níveis salariais ou o pouco prestígio que lhes estava associado. Contudo, o impacto direto da crise e as duras medidas de austeridade adotadas repercutiram-se na dimensão e na composição das comunidades de cidadãos estrangeiros em Portugal e em crescentes dificuldades de subsistência, levando os indivíduos e as famílias a situações de desemprego, redução salarial e sujeição a maior precariedade laboral, mas também a adotar estratégias de resiliência que passam por reduzir e alterar os seus consumos mensais, recorrer ao apoio das suas redes sociais, ter mais que um trabalho com diferentes graus de (in)formalidade, retornar ao seu país de origem ou, até, a reemigrar.

Assim, tendo em conta os objetivos deste trabalho - compreender os efeitos da crise económica na imigração, quer sobre o volume de entrada e permanência de estrangeiros em território nacional, como sobre as suas consequências ao nível da inserção laboral e condições de vida

dos imigrantes oriundos de países terceiros em Portugal, e explorar os ajustamentos e as respostas empreendidas pelos imigrantes para ultrapassar o impacto negativo - foi possível chegar a algumas conclusões que a seguir se apresentam.

Nestas conclusões efetuamos uma análise das questões diretamente relacionadas com o mercado de trabalho - meio de vida, profissões, desemprego - mas também de assuntos mais genéricos que muito condicionam a incorporação laboral como o grau de instrução e a fluência na língua do país de acolhimento, ou que merecem atenção como a desproteção social. Sempre que se julgue pertinente, faremos uma diferenciação regional, ou por nacionalidade, dos resultados de modo a evidenciar aspetos mais interessantes.

Uma das consequências da crise económica foi a diminuição do *stock* de cidadãos estrangeiros a residir em Portugal por via da redução dos fluxos de entrada, mas também, do aumento do número de saídas de trabalhadores à procura, noutros países, de uma inserção laboral mais consentânea com as suas qualificações, ou que pelo menos, que lhes permita auferir um salário que assegure a sua subsistência e/ou a da sua família. O regresso ao país de origem tem sido, nos anos mais recentes, uma opção viável para muitos imigrantes que, nalguns casos, com destaque para os brasileiros, recorrem mesmo ao Programa de Apoio ao Retorno Voluntário da Organização Internacional para as Migrações para obter um auxílio financeiro para esse retorno. A aquisição da nacionalidade portuguesa, desde a entrada em vigor da Lei Orgânica nº2/2006 de 17 de abril, tem igualmente contribuído para reduzir o número de indivíduos estrangeiros no país. Assim, e segundo dados do SEF, o volume total de cidadãos estrangeiros passou de 454 191 em 2009, ano em que atingiu o valor mais elevado, para 388 731 em 2015.

Quanto às consequências ao nível da inserção laboral e condições de vida dos imigrantes, a crise teve impactos consideráveis sobre uma população que, do ponto de vista da inserção laboral, e na opinião de peritos entrevistados no âmbito desta investigação, já se caracterizava por uma elevada precariedade e flexibilidade laborais. A maior parte dos cidadãos estrangeiros inquiridos no estudo vive dos rendimentos do trabalho (66,9% no conjunto das 3 regiões em

estudo), o que patenteia uma imigração claramente laboral. As diferenças regionais são dignas de nota, pois se na AML esta proporção fica pelos 61,6%, no Algarve chega aos 77,5% e em Odemira atinge os 96,9%. A maior parte dos inquiridos trabalha por conta de outrem (61,6%) e apenas 7,6% trabalham por conta própria. A incorporação dos nacionais de países terceiros no mercado laboral português continua a fazer-se nos grupos de profissões e nas atividades económicas menos exigentes em termos de qualificações (grupos 5, 7 e 9⁴⁸) e frequentemente ligados à construção civil e obras públicas, limpezas domésticas e industriais, serviços pessoais e hotelaria e restauração. Nota-se alguma diferenciação regional e por nacionalidades. Considerando apenas as nacionalidades mais numerosas da amostra, no conjunto de cidadãos trabalhadores inquiridos na AML, 75,7% incorpora-se num destes 3 grupos profissionais com particular destaque para ucranianos (73,6%) e cabo-verdianos (82,2%). Apesar da concentração nestes três grupos, os grupos profissionais 2 (Especialistas das atividades intelectuais e científicas) e 3 (Técnicos e profissões de nível intermédio) representam 14,5% dos trabalhadores nesta região, o que indica alguma incorporação qualificada, nomeadamente de ucranianos e brasileiros, que não é tão visível nas restantes duas regiões. No Algarve, os grupos profissionais 5, 7 e 9 representam 87,8% dos trabalhadores inquiridos com destaque para os moldavos (100%) e brasileiros (86,4%). Em Odemira 92,3% dos trabalhadores inquiridos estão nos grupos 6 (Agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura, da pesca e da floresta) e 5 (Trabalhadores dos serviços pessoais, de proteção e segurança e vendedores). Considerando todo o conjunto de inquiridos, é de destacar a concentração de indianos (93,3%), banglade-shianos (84,6%) e nepaleses (100%) no grupo 5.

O impacto da crise sobre atividades como a construção civil e as obras públicas foi particularmente intenso, o que veio fragilizar e precarizar ainda mais a situação de uma considerável fatia dos trabalhadores imigrantes devido à sua concentração nesses ramos. Apesar de não ser possível a total comparabilidade entre séries estatísticas anteriores a 2011, os dados do Inquérito ao Emprego do INE mostram que os trabalhadores estrangeiros apresentam sistematicamente taxas de desemprego muito mais elevadas comparativamente aos trabalhadores

48 5. Trabalhadores dos serviços pessoais, de proteção e segurança e vendedores; 7. Trabalhadores qualificados da indústria, construção e artífices; 9. Trabalhadores não qualificados.

nacionais, mesmo no período antes da crise (segundo o Inquérito ao Emprego, a taxa de desemprego em 2003 para os estrangeiros era de 13,5% e entre os portugueses era de 6,1%; em 2014 os valores eram, respetivamente, 22,3% e 13,7%). No entanto, é importante referir que a evolução dos níveis relativos de desemprego de nacionais e estrangeiros no período de crise não foi totalmente convergente, tendo os segundos experimentado uma variação mais forte na fase inicial (2008-2011), quando a construção civil, as obras públicas e os serviços pessoais sofreram um primeiro impacto bastante significativo, enquanto os cidadãos nacionais se ressentiram mais intensamente após 2011, já no quadro da resposta político-económica de austeridade.

Também entre os inquiridos no nosso estudo, as taxas de desemprego são elevadas, mostrando os trabalhadores mais antigos com taxas mais altas comparativamente aos mais recentes: 33,3% entre os chegados entre 1966 e 1990 e 16,3% entre os que vieram entre 2009 e 2015. Este facto pode ser justificado, quer pelos trabalhadores mais recentes serem, frequentemente, menos exigentes nas condições de trabalho, não só devido ao seu desconhecimento da legislação laboral e menor domínio da língua portuguesa, mas também pela premência em ganhar um salário e enviar remessas para o país de origem. Relativamente às nacionalidades, os cidadãos asiáticos (6,3%) e ucranianos (7,9%) apresentam as taxas de desemprego mais baixas, ao passo que os PALOP têm a mais elevada taxa de desemprego (43,2%). Quanto às diferenciações regionais, a taxa de desemprego é mais elevada na AML (23,5%), muito baixa no Algarve (4,0%) e nula em Odemira, sendo que a obtenção deste último resultado não pode ser dissociado do método de amostragem seguido neste município alentejano, que contou com o apoio de empresas locais.

A opinião dos inquiridos no Algarve é também mais positiva quanto à trajetória laboral, pois 66,3% afirmaram que têm trabalhado sempre, um ano após terem chegado a Portugal, ao passo que este valor se fica pelos 46,9% na AML. Em Odemira, a sazonalidade do trabalho agrícola permite compreender que apenas 35,4% dos respondentes tenham dado esta resposta. A avaliação da situação laboral atual face à que os inquiridos tinham no primeiro ano após a chegada a Portugal é positiva para cerca de metade dos inquiridos: 50,7% concordam que

mudaram para uma atividade profissional melhor e 52,1% que aumentaram o seu rendimento mensal. Em paralelo, pouco mais de metade (53,2%) considera que atualmente não é tão fácil encontrar trabalho. No entanto, há diferenças regionais que são importantes de assinalar. Relativamente à melhoria da situação profissional, 71,3% dos inquiridos no Algarve responde favoravelmente, enquanto na AML este valor se encontra nos 46,9%. Quando nos debruçamos sobre o aumento do rendimento, no Algarve 88,8% considera ter existido, enquanto na AML este valor desce para 46%. Simultaneamente, entre os residentes na AML há uma percentagem muito mais alta dos que indicam que têm estado mais vezes sem trabalho (23,5% face a 2,5% no Algarve e 13,8% em Odemira). Também na AML, uma proporção maior dos inquiridos identifica a existência de menos oportunidades de trabalho (61,6% discordam que tem sido mais fácil encontrar trabalho, apenas 17,5% no Algarve e 27,7% em Odemira). Curiosamente, e apesar das características próprias daquele território, é entre os imigrantes entrevistados em Odemira que tem havido mais acumulação de trabalhos para fazer face às despesas (24,6%).

Neste contexto, o Algarve parece constituir uma região onde, apesar da crise, o dinamismo do mercado laboral tem assegurado trabalho aos imigrantes. Com efeito, apesar da sazonalidade, a hotelaria e o turismo (setores em recuperação nos últimos anos) conseguem criar postos de trabalho que vão mantendo a incorporação laboral entre os cidadãos estrangeiros. Os efeitos multiplicadores sobre outros setores do tecido produtivo (e.g. comércio) contribuem igualmente para o estímulo do mercado regional. Odemira constitui um caso muito específico no contexto nacional, mas mostra claramente que mesmo em contextos de crise há subsectores do tecido económico, como por exemplo a hortifruticultura, que registam um crescimento acentuado, com uma necessidade elevada de mão-de-obra, em determinados períodos do ano.

A questão salarial é muito relevante, pois apesar da redução das disparidades salariais entre trabalhadores portugueses e estrangeiros ao longo dos últimos anos, os nacionais de países terceiros permanecem mais mal pagos no mercado laboral português. A incorporação laboral em Portugal ocorre frequentemente acompanhada de uma desqualificação dos imigrantes com um desperdício da preparação e experiência que estes trazem consigo. Cruzando o grau de

instrução com os principais grupos profissionais onde os entrevistados se inserem (grupos 5, 6, 7 e 8) observa-se que 57,1% dos indivíduos têm uma profissão no grupo 6 (Agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura, da pesca e da floresta) e 38,9% dos que trabalham numa profissão do grupo 9 (Trabalhadores não qualificados) têm o ensino secundário superior completo ou o ensino vocacional pós-secundário. É de notar também que 4,8% dos que exercem uma profissão no grupo 6 têm o ensino pós-graduado.

Este desperdício de qualificações está, segundo os dirigentes de algumas associações de imigrantes e, também, os autarcas entrevistados, associado à dificuldade de reconhecimento das qualificações trazidas do país de origem. Os processos de reconhecimento académico e profissional são burocráticos, morosos e dispendiosos, dissuadindo frequentemente os imigrantes a iniciarem um pedido desta natureza.

O domínio da língua portuguesa é igualmente relevante e assume particular destaque entre as comunidades não-lusófonas. Perto de um terço dos inquiridos que não têm português como língua materna (32,5%) afirmaram conseguir compreender alguma coisa ou ter muita dificuldade na fluência oral da língua e 41,1% na fluência escrita. Os respondentes que têm uma melhor fluência oral da língua estão mais frequentemente presentes nas profissões mais qualificadas (16,6% dos que afirmaram ter uma boa ou muito boa fluência na língua portuguesa exercem profissões dos grupos 1, 2, 3 ou 4⁴⁹, contra apenas 8,6% dos que admitiram conseguir compreender alguma coisa ou ter muita dificuldade).

A questão da desproteção em situação de desemprego merece também ser destacada. A vinculação do estatuto legal à situação laboral leva a que, numa situação de falta de trabalho, o trabalhador estrangeiro seja duplamente penalizado. Não tem salário para assegurar a subsistência e corre o risco de perder a autorização de residência em Portugal. Outras situações que configuram um elevado grau de desproteção são a falta de vínculo contratual e a ausência de descontos para a Segurança Social e/ou de

49 1. Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos, dirigentes, diretores e gestores executivos; 2. Especialistas das atividades intelectuais e científicas; 3. Técnicos e profissões de nível intermédio; 4. Pessoal administrativo.

um título de residência válido, o que impossibilita os trabalhadores de beneficiarem do apoio desta instituição. Ou seja, há uma inadaptação dos mecanismos de proteção social às situações reais dos cidadãos imigrantes. Contudo, o Decreto Regulamentar n.º 2/2013 de 18 de março veio mitigar esta situação.

Relativamente aos ajustamentos e às respostas empreendidas pelos imigrantes para ultrapassar o impacto negativo da crise, elas são diversas, e por vezes invisíveis. Podemos agrupá-las em cinco estratégias principais, sendo que a última destas assume duas vias: i) mobilizar os recursos individuais, nomeadamente as poupanças; ii) o trabalho informal; iii) ficar sem qualquer rendimento – e fora do mercado de emprego – com o apoio das redes sociais; iv) criar o próprio emprego e v) optar pela mobilidade internacional (de retorno ao país de origem ou reemigração). Destas estratégias, o uso das poupanças é aquela que não revela uma relação direta ou indireta com atitudes perante o mercado de trabalho, correspondendo à resposta dada por mais inquiridos (64%), o que num quadro de perda salarial torna a sobrevivência muito difícil devido ao progressivo esgotamento dos aforros. Refira-se que mudar os padrões de consumo, deixando de adquirir alguns bens, é uma estratégia para 4,1% dos indivíduos. As carências das famílias imigrantes são sentidas ao nível das ONGs e associações, pois o número de pedidos de apoio para pagar despesas mensais básicas como a água, a eletricidade, a renda da casa, ou até mesmo a alimentação ou os livros escolares, subiu consideravelmente nos últimos anos e não parece dar sinais de diminuir. O trabalho informal, recurso que num contexto de crise os cidadãos mobilizam com muita frequência, foi referido por apenas 2,4% dos respondentes, residentes na AML, ao passo que contar com o apoio das redes sociais, em território nacional ou no país de origem, foi referido por 19,8% e 5,6% dos inquiridos, respetivamente. No que concerne à criação do próprio emprego, vários dirigentes associativos, e até representantes de autarquias locais, frisaram o caráter empreendedor de muitos imigrantes que perante a perda do emprego, resolveram permanecer em Portugal e abrir o seu próprio negócio (ex: brasileiros nas áreas da alimentação e da estética).

Há diferenças significativas entre as nacionalidades quanto aos recursos mobilizados para fazer face às despesas e que podem ser o reflexo do tempo de presença em Portugal, fator importan-

te para formar redes de solidariedade, mas também de estratégias de caráter mais ou menos individualista/comunitário de cada grupo. Assim, os cidadãos dos PALOP são os que mais afirmaram recorrer à ajuda de familiares em território nacional (28,4%), ao passo que 93,9% dos moldavos usa os recursos individuais (nomeadamente as poupanças), e 19,6% dos asiáticos recebe ajuda de familiares no país de origem.

A mobilidade internacional, não constitui uma escolha para todos os imigrantes que vivendo em Portugal enfrentam os desafios da vida diária em contexto de crise, mas mesmo assim alguns optaram por sair. De entre os imigrantes inquiridos 5,6% já trabalharam pelo menos uma vez noutro país e 4,0% várias vezes. Esta estratégia assume-se como essencialmente masculina e os principais destinos têm sido Espanha e França, com inserção no setor da construção civil. A reemigração parece, assim, assumir contornos semelhantes à partida recente dos portugueses para mercados laborais mais promissores. Contudo, alguns dos que partem levam já consigo um passaporte português. O retorno ao país de origem é outra possibilidade que, contudo, pode não ser permanente ou mesmo de longa duração devido à instabilidade política, fraco crescimento económico ou ambiente de grande violência que se vive em vários destes países. Por exemplo, dirigentes associativos do Brasil e da Ucrânia reportaram a existência de numerosas situações de regresso a Portugal pois o retorno não correspondeu às expectativas.

RECOMENDAÇÕES

Num contexto de crise económica, diversos desafios que os trabalhadores imigrantes enfrentam na sua incorporação no mercado de trabalho em Portugal tornam-se mais difíceis de ultrapassar. A precariedade do vínculo contratual, a redução salarial, o espetro do desemprego ou a exploração oportunista de alguns empregadores são agravados em momentos de desempenho económico negativo. De resto, os inquéritos aplicados à população imigrante e as entrevistas realizadas junto de dirigentes sindicais, ONGs, líderes associativos, entidades empregadoras e cidadãos imigrantes em 3 regiões em Portugal permitiram identificar situações que carecem de correção ou melhoria, não obstante os imigrantes estejam a demonstrar uma capacidade de resiliência

importante (associada a retorno e reemigração) e a mobilizar estratégias que permitem mitigar os duros impactos da crise económica e social. Assim, no final deste estudo, podemos elencar um conjunto de recomendações organizadas por diversas áreas, direta ou indiretamente, relacionadas com o mercado laboral. Note-se que estas pretendem dar resposta a vulnerabilidades específicas dos imigrantes ou com uma sobre incidência nestes, uma vez que, em nosso entender, se deve evitar o excecionalismo da ação pública relativamente aos imigrantes, quando estes partilham problemas sentidos por todos os residentes ou por outros grupos mais vulneráveis, como os jovens autóctones no que respeita ao desemprego. Em termos concretos, sugere-se:

Ao nível do mercado de trabalho:

- Alargar a rede dos Gabinetes de Inserção Profissional (GIP) articulando o trabalho do IIEFP com as associações de imigrantes, ONGs e outras entidades que acolham GIPs;
- Enquadrar mais eficazmente a contratação de trabalhadores não comunitários, designadamente para atividades de natureza temporária, garantindo procedimentos burocráticos expeditos, mas sólidos e respeitadores dos direitos sociais, envolvendo no processo, empresas, associações patronais e setoriais e sindicatos, de modo a mitigar ou mesmo evitar práticas pouco escrupulosas por parte de algumas firmas ou de indivíduos que funcionam como intermediários;
- Implementar estratégias experimentais de apoio ao desenvolvimento dos locais de origem que envolvam as empresas empregadoras e as associações setoriais e impliquem os imigrantes temporários que estiverem interessados (codesenvolvimento)⁵⁰ – porventura, seria interessante estudar esta possibilidade no quadro da imigração para atividades agrícolas no município de Odemira;
- Promover o trabalho em rede entre empresas que necessitam de mão-de-obra sazonal, por forma a minimizar os períodos de desemprego dos trabalhadores e suprir mais eficientemente as necessidades das empresas;
- Manter, se não mesmo reforçar, a monitorização e o combate a atitudes e práticas discriminatórias e racistas, implícitas e explícitas, em local de trabalho;

50 Um exemplo de processos deste tipo pode ser encontrado nas atividades da organização catalã Unió de Pagesos (Associação de Agricultores), nomeadamente em experiências como a *Pagesos Solidaris* (Agricultores Solidários).

- Agilizar o processo de reconhecimento académico e profissional de modo a evitar a desqualificação profissional dos trabalhadores estrangeiros e, na medida do possível, aproveitar melhor os conhecimentos que trazem do país de origem;
- Efetuar uma síntese global das avaliações das iniciativas de requalificação, reajuste e atualização profissional especificamente dirigidas a imigrantes qualificados (e.g. médicos, enfermeiros), de modo a verificar resultados, identificar as eventuais necessidades no contexto atual (em termos de oferta e procura) e desenhar medidas que, eventualmente, podem passar pela identificação de oportunidades no sistema de ofertas formativas já existente (do IEFP ou de outras entidades), melhorando os canais de comunicação com eventuais imigrantes interessados e, porventura, facilitando a sua frequência por parte destes.

Ao nível dos serviços públicos:

- Formação adequada dos funcionários que fazem atendimento ao público na área do emprego, empreendedorismo e segurança social, pela relevância da informação que transmitem aos utentes e que são essenciais para ajudar a uma incorporação laboral bem-sucedida ou no acesso ao apoio social;
- Reforçar a fiscalização - o que implica dotar a entidade fiscalizadora de mais recursos - das práticas contratuais usadas pelas empresas relativamente aos trabalhadores estrangeiros, bem como das condições de exercício da atividade profissional por parte destes, de modo a combater as práticas discriminatórias e a exploração laboral;
- Reforçar a fiscalização das práticas contratuais e das condições de trabalho e alojamento usadas (ou “estimuladas”) pelas empresas de contratação de trabalho temporário e por intermediários que atuam neste domínio, principalmente em regiões onde a necessidade de mão-de-obra sazonal é sentida com maior acuidade (áreas da agricultura, hotelaria e turismo, restauração, por exemplo);
- Dar continuidade aos CLAlls itinerantes de modo a chegar junto de cidadãos que não têm meios para se deslocarem aos serviços com o intuito de solicitarem informações e de identificarem soluções para os seus problemas.

Ao nível da regularização de imigrantes e das suas condições:

- Garantir que os trabalhadores imigrantes desempregados não são excluídos do sistema de segurança social, apenas porque a perda do emprego – ou outras situações – dificultam as suas possibilidades de regularização (note-se que a resolução deste problema implica a existência de uma boa articulação entre os serviços da Segurança Social e o SEF, tanto a nível regional, como nacional);
- Assegurar que os trabalhadores estrangeiros que perdem o emprego não são “empurrados” para uma inevitável condição de irregularidade, o que implica a agilização dos processos de regularização, articulando e harmonizando, numa perspetiva construtiva e integradora, a atuação das várias entidades envolvidas (SEF, CNAIMs e CLAILs, associações de imigrantes, autarquias locais, entidades empregadoras).

Ao nível específico da língua portuguesa:

- Reforçar a promoção da aprendizagem da língua portuguesa, disponibilizando aulas gratuitas em horário pós-laboral aos cidadãos estrangeiros, independentemente do seu estatuto legal;
- Disponibilizar informação em diversas línguas sobre o mercado de trabalho e legislação laboral.

Ao nível da cooperação internacional e das representações dos países de origem

- Estimular a atuação da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP) na área da imigração, dando mais contributos, pelo menos através de declarações de princípios e de sugestões para uma melhor regulação, quer no que respeita à regulação de fluxos migratórios entre estes países, quer na própria promoção da integração, dando especial atenção aos direitos sociais dos migrantes;
- Avaliar o papel das representações diplomáticas dos principais países de origem na proteção dos direitos laborais e sociais dos seus cidadãos imigrados em Portugal, estimulando a prática de uma atitude mais pró-ativa, nos casos em que se detetem défices.

Por último, e em termos transversais, é importante garantir que os imigrantes têm acesso aos programas de apoio e incentivo à criação do próprio emprego e de PME e, também, que no quadro ideal de expansão dos mecanismos de apoio à empregabilidade dos jovens, os que são oriundos de países terceiros e os descendentes de imigrantes destas origens são devidamente abrangidos por estas medidas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, A., et al. (2013), *A crise, a Troika e as alternativas urgentes*, 2ª edição. Lisboa, Tinta da China.
- AMARAL, C. (2009), “Análise intercalar da eficácia das medidas do programa IIE”. Lisboa, GPEARI-MFAP – Art09/01.
- ARANGO, J. (2013), *Exceptional in Europe? Spain’s experience with immigration and integration*. Washington, D.C.; Migration Policy Institute.
- BAGANHA, M. I.; MARQUES, J. C.; GÓIS, P. (2009), “Imigrantes em Portugal: uma síntese histórica”, *Ler História*, nº56, pp. 123-133.
- BAGANHA, M. I.; FONSECA, M. L. (eds.) (2004), *New waves: migration from Eastern to Southern Europe*. Lisbon: Luso-American Foundation.
- BAGANHA, M. I.; MARQUES, J. C.; GÓIS, P. (2004), “The unforeseen wave: migration from Eastern Europe to Portugal”, in Baganha, M. I. e Fonseca, M. L. (eds.), *New waves: migration from Eastern to Southern Europe*, pp.23-39. Lisboa, Fundação Luso-Americana.
- BAGANHA, M. I.; FERRÃO, J.; MALHEIROS, J. (2002), *Os movimentos migratórios externos e a sua incidência no mercado de trabalho em Portugal*. Lisboa, Observatório do Emprego e Formação Profissional.
- BAGANHA, M. I.; FERRÃO, J.; MALHEIROS, J. (1999), *Os imigrantes e o mercado de trabalho: o caso português, Análise Social, Vol. XXXIV* (outono), n.º 150, pp. 147-173.
- BAAS, T.; BRUCKER, H.; HAUPTMANN, A. (2010), “Labor mobility in the enlarged EU: who wins, who loses?”, in Kahanec, M. e Zimmermann, C. F. (eds.), *EU labor markets after post- enlargement migration*, pp. 47-70. Heidelberg, Springer.
- BELL, D.; BLANCHFLOWER, D. (2011), *Young people and the great recession*, IZA Discussion Paper Series / Forschungsinstitut zur Zukunft der Arbeit, No. 5674 (disponível em: <http://ftp.iza.org/dp5674.pdf>).

BELTRÁN ANTOLÍN, J. (2005), “Chinese entrepreneurship in Spain: the seeds of Chinatown”, in Spaan, E.; Hillmann, F; e van Naerssen, T. (eds.), *Asian migrants and European labour markets. Patterns and processes of immigrant labour market insertion in Europe*, pp. 285-308. Abingdon, Routledge.

BENTON, M. et al. (2014), *Aiming higher: Policies to get immigrants into middle-skilled work in Europe*. Washington D.C., Migration Policy Institute and International Labour Office.

BURGERS, J.; MUSTERD, S. (2001), “Global and local determinants of social exclusion: Amsterdam vs. Rotterdam, in Andersen, H. T. e Kempen, R. (eds.), *Governing European cities. Social fragmentation, social exclusion and urban governance*, pp. 125-149. Aldershot, Ashgate.

BRETTELL, C. (2003), “Bringing the city back in: cities as contexts for immigrant incorporation”, in Foner, N. (ed.), *American arrivals: anthropology engages the new immigration*, pp. 163-196. Santa Fé, School of American Research Press.

BRUSA, C.; PAPOTTI, D. (2011), “The weak ring of the chain: Immigrants facing the economic crisis in Italy”, *Belgeo-Revue Belge de Géographie*, 3-4. (disponível em: <https://belgeo.revues.org/7099>)

CANGIANO, A. (2012), *Immigration policy and migrant labour market outcomes in the European Union: New evidence from the EU Labour Force Survey*, Fieri Working Papers, LAB-MIG-GOV Project. (disponível em <http://www.labmiggov.eu/wp-content/uploads/2012/05/Cangiano-Lab-Mig-Gov-Final-Report-WP4.pdf>)

CARNEIRO, A.; FORTUNA, N.; VAREJÃO, J. (2010), *Immigrants at new destinations: how they fare and why*, IZA DP No. 4892. Bonn, Institute for the Study of Labor. (disponível em <http://ftp.iza.org/dp4892.pdf>)

CARVALHAS, C. (2011), “Perspectivas para a economia portuguesa”, in Reis, J. e Rodrigues J. (eds.), *Portugal e a Europa em Crise – Para acabar com a economia de austeridade*, pp. 23-28. Lisboa, Le Monde Diplomatique.

CASTLES, S.; DE HAAS, H.; MILLER, M. (2014), *The age of migration. International population movements in the modern world*. Basingstoke, Palgrave Macmillan.

CEDEFOP (2011), Labour market integration of immigrants in Europe – Implications for guidance policy, practice and research. Thessaloniki, CEDEFOP. (disponível em <http://www.cedefop.europa.eu/en/events-and-projects/events/labour-market-integration-immigrants-europe-implications-guidance-policy>)

CERDEIRA, M. (coord.); KOVÁCS, I.; PEIXOTO, J.; DIAS, J.; EGREJA, C. (2013), Percursos laborais e de vida dos jovens imigrantes e descendentes de imigrantes nos novos setores de serviços, Coleção OI, 52. Lisboa, Observatório da Imigração, ACM.

CIUPIJUS, Z. (2011), “Mobile central eastern Europeans: successful European Union citizens and disadvantaged labour migrants?”, *Work, Employment and Society*, vol. 25 (3), pp. 540-50.

CLAUWAERT, S.; SCHÖMANN, I. (2012), The crisis and national labour law reforms: a mapping exercise, (Working Paper (2012.04). Brussels, European Trade Union Institute.

COLLETT, E. (2011), *Immigrant integration in Europe in a time of austerity*. Washington D.C., Migration Policy Institute.

COE, N.; KELLY, P.; YEUNG, H. (2013), *Economic geography: a contemporary introduction*, 2nd Edition. Wiley [VitalBook file].

COLOGNA, D. (2005), “Chinese immigrant entrepreneurs in Italy: strengths and weaknesses of an ethnic enclave economy”, in Spaan, E.; Hillmann, F; e van Naerssen, T. (eds.), *Asian migrants and European labour markets. Patterns and processes of immigrant labour market insertion in Europe*, pp. 262-284. Abingdon, Routledge.

CMI-MO (2015), Odemira Integra, Plano Municipal para a Integração dos Imigrantes. Odemira, Comissão Municipal do Imigrante - Município de Odemira.

CORLUY, V.; MARX, I.; VERBIST, G. (2011), *Employment chances and changes of immigrants in Belgium: the impact of citizenship*, CSB Working Paper No. 11 / 07. Antwerp, University of Antwerp, Herman Deleeck Centre for Social Policy. (disponível em http://www.centrumvoorsociaal-beleid.be/sites/default/files/CSB%20Working%20Paper%2011%2007_mei2011.pdf)

COSTA, A.; CASTRO CALDAS, J. (2014), “A União Europeia e Portugal entre os resgates bancários e a austeridade: um mapa das políticas e das medidas”, in Reis, J. (coord.) et al., *A economia política do retrocesso. Crise, causas e objetivos*, pp.87-126. Coimbra, Almedina e Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra.

CUELLO, R. E. (1998), *Política económica y exclusion social*. Buenos Aires, Ediciones Macchi.

CUNHA, A. (1996), *A agricultura europeia na encruzilhada*. Porto: Edições ASA.

DGAI (2013), *Programa Anual 2013 do Fundo Europeu para a Integração de Nacionais de Países Terceiros*. Lisboa, Ministério da Administração Interna e Direção Geral da Administração Interna.

DICKEN, P. (2011), *Global shift: mapping the changing contours of the world economy*. New York: The Guilford Press, 6th ed.

EGREJA, C; PEIXOTO, J. (2013), “Imigração, flexibilidade e precariedade laboral: o caso dos imigrantes brasileiros em Portugal”, *Revista Migrações*, setembro, n.º 11, pp. 21-56.

European Commission (2012), *Employment and social developments in Europe 2012*, Directorate-General for Employment, Social Affairs and Inclusion. Brussels, European Commission.

FERREIRA, I. (2014), *Avaliação de desempenho para operacionais no grupo Vitacress*. Lisboa, ISEG, *Lisbon School of Economics & Management, trabalho final de mestrado (relatório de estágio) em Gestão de Recursos Humanos*.

FIX, M.; PAPADEMETRIOU, D.; BATALOVA, J.; TERRAZAS, A.; LIN, Y.; MITTELSTADT, M. (2009), *Migration and the global recession*. Washington D.C., Migration Policy Institute (disponível em: <http://www.migrationpolicy.org/research/migration-and-global-recession>)

FLINT, J.; ATKINSON, R. (2003), “Sampling, snowball: accessing hidden and hard-to-reach populations”, in Miller, R. L.; Brewer, J. D. (eds.), *The A-Z of social research*, pp. 274-280. London, Sage.

FONSECA, L.; MCGARRIGLE, J. (2014), “Immigration and policy: new challenges after the economic crisis in Portugal”, in Levin, E. e Vereá, M. (eds.), *Impacts of the recent economic crisis (2008-2009) on international migration*, pp. 51-76. Cidade do México, UNAM.

FONSECA, M. L.; ESTEVES, A.; MALHEIROS, J.; MCGARRIGLE, J. (2013), “Habitação, imigração e integração sócio-territorial: notas e reflexões a partir do caso da Região do Algarve”, in Fonseca, M. L.; Góis, P.; Marques, J. C. e Peixoto, J. (orgs.), *Migrações na Europa e em Portugal. Ensaios de homenagem a Maria Ioannis Baganha*, pp.123-158. Coimbra, Almedina.

FONSECA, M. L.; MCGARRIGLE, J. (coords.) ESTEVES, A.; SAMPAIO, D.; CARVALHO, R.; MALHEIROS, J.; MORENO, L. (2012), *Modes of inter-ethnic coexistence in three neighbourhoods in the Metropolitan Area of Lisbon: a comparative perspective*. Lisboa, Edições Colibri.

FONSECA, M. L.; ALEGRIA, J.; NUNES, A. (2004), “Immigration to medium sized cities and rural areas: the case of Eastern Europeans in the Évora region (Southern Portugal)”, in Baganha, M. L. e Fonseca, M. L. (eds.), *New waves: migration from Eastern to Southern Europe*, pp. 91-118. Lisboa, Fundação Luso-Americana.

FONSECA M. L.; MALHEIROS, J.; ESTEVES, A.; CALDEIRA, M. J. (2002), *Immigrants in Lisbon. Routes of integration*. EPRU, nº56. Lisboa, Centro de Estudos Geográficos.

GÓIS, P.; MARQUES, J. C. (2014), *Processos de admissão e de integração de imigrantes altamente qualificados em Portugal e a sua relação com a migração circular*, Coleção OI, 54. Lisboa, Observatório da Imigração, ACM.

GUIO, A.C.; POMATI, M. (2014), How do European citizens cope with economic shocks? Expenditures that households in hardship are curtailing first, Directorate-General for DG Employment, Social Affairs and Inclusion. Brussels, European Commission.

HEALY, C. (2011), *Cidadania portuguesa: a nova lei da nacionalidade de 2006*, Coleção OI, 45. Lisboa, Observatório da Imigração, ACIDI.

IOM (2010), *Migration and the economic crisis in the European Union: Implications for policy*. Geneva, Research and Publications Division. (disponível em http://publications.iom.int/books-tore/free/Migration_and_the_Economic_Crisis.pdf).

IZQUIERDO-ESCRIBANO, A. (2002), “Panorama de la inmigración en España al alba del siglo XXI”, *Mediterráneo Económico*, vol 1, pp. 247-264

KOGAN, I. (2002), *Labour market inclusion of immigrants in Austria and Sweden: The significance of the period of migration and the effect of citizenship acquisition*, *Arbeitspapiere - Mannheimer Zentrum für Europäische Sozialforschung*, no.44. Mannheim, Mannheimer Zentrum für Europäische Sozialforschung.

LANCEE, B. (2012), *Immigrant performance in the labour market. Bonding and bridging social capital*. Amsterdam, Amsterdam University Press.

LEITE, J.; COSTA, H.; CARVALHO DA SILVA, M.; RAMOS DE ALMEIDA, J. (2013), “Austeridade, reformas laborais e desvalorização do trabalho”, capítulo 3 do relatório *A anatomia da crise: identificar os problemas para construir alternativas*, pp.108-160. Coimbra, Observatório Sobre Crises e Alternativas, Centro de Estudo Sociais da Universidade de Coimbra (disponível em: http://www.ces.uc.pt/ficheiros2/files/Relatorio_Anatomia_Crise_final.pdf).

LIMA, M. (1972), O inquérito sociológico: problemas de metodologia, *Análise Social*, IX(35/36), pp. 558-628.

LOPES, A. (2015), *Migrantes Cabo-verdianos em Portugal – Estratégias de Acção em Contexto de Crise*. Cidade da Praia, Editorial Sotavento.

LOURTIE, P. (2011), “Portugal no contexto da crise do euro”, *Relações Internacionais*, dezembro, 32, pp. 61-105.

MACHADO, I. (2014), “O futuro do passado: imigrantes brasileiros em Portugal e diferentes entrelaçamentos”, *REMHU - Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana*, Ano XXI, n. 43, Jul./Dez., pp. 225-234.

MACHADO, F. L. (2008), “Filhos de imigrantes africanos no mercado de trabalho: acessos, perfis e trajetos”, *Revista Migrações*, 2, pp. 121-158.

MACHADO, F.; ABRANCHES, M. (2005), “Caminhos limitados de integração social. Trajetórias socioprofissionais de cabo-verdianos e hindus em Portugal”, *Sociologia, Problemas e Práticas*, 48, pp. 69-91.

MALHEIROS, J.; OLIVEIRA, I.T.; ALBRECHT, R. (2015), “Portugal: Did the Crisis Aggravate Brain Drain?” in Alexander Schellinger (Ed.), *Brain Gain: European Labour Markets in Times of Crisis*, pp.72-85. Bonn, Friedrich-Ebert-Stiftung.

MALHEIROS, J.; PADILLA, B. (2014), “Can stigma become a resource? The mobilisation of aesthetic-corporal capital by female immigrant entrepreneurs from Brazil”, *Identities: Global Studies in Culture and Power*, pp.1-18.

MALHEIROS, J.; ESTEVES, A. (coords.); RODRIGUES, F.; ESTÊVÃO, M.; MAPRIL, J. (2013), *Diagnóstico da população imigrante em Portugal. Desafios e potencialidades*. Lisboa, Observatório da Imigração, ACIDI.

MALHEIROS, J. (2012), “Framing the Iberian model of labour migration Employment exploitation, de facto deregulation and formal compensation” in Marek Okólski (Ed.), *European Immigrations Trends, Structures and Policy Implications*, pp. 159-177. Amsterdam, Amsterdam University Press.

MALHEIROS, J. (2008), “Comunidades de origem indiana na Área Metropolitana de Lisboa – iniciativas empresariais e estratégias sociais criativas na cidade”, *Revista Migrações*, outubro, n.º 3, pp. 139-164.

MALHEIROS, J. (2007), “Os brasileiros em Portugal – a síntese do que sabemos”, in Malheiros, J. (org.), *Imigração brasileira em Portugal*, Coleção Comunidades, 1, pp. 11-37. Lisboa, Observatório da Imigração, ACIDI.

MAPRIL, J. (2008), *‘Modernidade’ do sacrifício qurban: lugares e circuitos entre bangladeshis*. Lisboa, Instituto de Ciências Sociais [tese de doutoramento].

MARQUES, J. C.; GÓIS, P. (org.) (2010), “Quando os extremos se tocam; imigrantes ucranianos em Portugal”, in Baganha, M. I.; Marques, J. C.; Góis, P. (orgs.), *Imigração ucraniana; a emergência de uma ou várias comunidades?*, Coleção Comunidades, 3, pp. 11-37. Lisboa, Observatório da Imigração, ACIDI.

MARQUES, J. C.; GÓIS, P. (2008), “Imigrantes altamente qualificados em Portugal: uma tipologia”, *Revista Migrações*, 2, abril, pp. 73-94.

MARQUES, A. C.; LIMA, F.; PEREIRA, P.T. (2000), “Mercado de Trabalho, consumo, investimento e poupança,” in Pereira, P.T. (org.), *A reforma da segurança social. Contributos para reflexão*, pp. 59-99. Oeiras, Celta Editora.

MASSEY, D. S.; ARANGO, J.; HUGO, G.; KOUAOUICI, A.; PELLEGRINO, A.; TAYLOR, J. E. (1998), *Worlds in motion. Understanding international migration at the end of the millennium*. Oxford, Clarendon Press.

MCDOWELL, L. (2012), “Post-crisis, post-Ford and post-gender? Youth Identities in an era of austerity”, *Journal of Youth Studies*, 15(5), pp. 573-590.

MCGARRIGLE, J. (2016), “Islam in urban spaces: the residential incorporation and choices of Muslims in Lisbon”, *Journal of Ethnic and Migration Studies*, vol. 42, issue 3, pp. 437-457.

MENDES, F. R. (2005), *Conspiração grisalha. Segurança social, competitividade e gerações*. Oeiras, Celta Editora.

Município de Odemira (2015), Integra. Integração de imigrantes 2015-2017. Plano Municipal para a integração dos imigrantes. Odemira, Câmara Municipal de Odemira. (disponível em: http://www.cm-odemira.pt/PageGen.aspx?WMCM_Paginald=27775¬iciald=87239&passaNoticiasReqld=27692).

NEVES, M. S.; ROCHA, TRINDADE, M. B. (2008), “As diásporas e a globalização – a comunidade de negócios chinesa em Portugal e a integração da China na economia global”, *Revista Migrações*, outubro, n.º 3, pp.165-189.

NOWICKA, M. (2014), Migrating skills, skilled migrants and migration skills: the influence of contexts on the validation of migrants’ skills, *Migration Letters*, 11 (2), pp.171-186.

Observatório Sobre Crises e Alternativas (2012), *Barómetro das crises*, nº1. Coimbra, Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra.

OECD (2015), *Indicators of Immigrant Integration 2015: Settling In*. Paris, OECD Publishing.

OECD (2014), *International migration Outlook 2014*. Paris, OECD Publishing.

- OECD (2012), *International migration Outlook 2012*. Paris, OECD Publishing.
- OECD (2010), *International migration Outlook 2010*. Paris, OECD Publishing.
- OECD (2009a), *International migration: Charting a course through the crisis*. Policy Brief. Paris, OECD Publishing.
- OECD (2009b), *International migration Outlook 2009*. Paris, OECD Publishing.
- OECD (2009c), *OECD employment outlook. Tackling the Job crisis*. Paris, OECD Publishing.
- OECD (2008), *Jobs for Immigrants, Volume 2: Labour market integration in Belgium, France, the Netherlands and Portugal*. Paris, OECD Publishing.
- OECD (2005), *Trends in international migration 2004*. Paris, OECD Publications.
- OLIVEIRA, C. (2005), *Empresários de origem imigrante. Estratégias de inserção económica em Portugal*, Coleção Teses, 2. Observatório da Imigração. Lisboa: ACIME.
- OLIVEIRA, C. R. (2006), “Empresários de origem cabo-verdiana em Portugal: estratégias de mobilidade ou situações de sobrevivência material temporária?”, Oficina do CES, N.º 243. Coimbra, Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra.
- OLIVEIRA, C. R.; FONSECA, V. (2013), “Highly skilled immigrants in Portugal: analysing policy developments and its impacts with a typology”, in *Revista Migrações*, Setembro, n.º 11, Lisboa: ACIDI, pp. 79-117.
- OLIVEIRA, C. R. (coord.); GOMES, N. (2014), *Monitorizar a integração de imigrantes em Portugal. Relatório Estatístico Decenal, Coleção Imigração em Números do Observatório das Migrações*, Lisboa: ACM.
- PADILLA, B; ORTIZ, A. (2012), “Fluxos migratórios em Portugal: do boom migratório à desaceleração no contexto de crise. Balanços e desafios”, *Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana*, Ano XX, Nº 39, p. 159-184, jul./dez.
- PAPADEMETRIOU, D.; SUMPTION, M.; TERRAZAS, A. (2010), *Migration and immigrants two years after the financial collapse: where do we stand?* Washington, DC, Migration Policy Institute.

- PAPADEMETRIOU, D.; TERRAZAS, A. (2009), *Immigrants and the current economic crisis: Research evidence, policy challenges, and implications*. Washington, DC, Migration Policy Institute.
- PEIXOTO, J.; IORIO, J. (2011), *Crise, imigração e mercado de trabalho em Portugal. Retorno, regulação ou resistência?* Lisboa: Príncipeia.
- PEIXOTO, J.; MARÇALO, C.; TOLENTINO, N. (2011), *Imigrantes e segurança social em Portugal*, Coleção OI, 49. Lisboa: Observatório da Imigração, ACIME.
- PEIXOTO, J. (2008), “Migração e mercado de trabalho em Portugal: investigação e tendências recentes”, *Revista Migrações*, abril, 2, pp. 19-46.
- PEIXOTO, J.; FIGUEIREDO, A. (2007), “Imigrantes brasileiros e mercado de trabalho em Portugal”, *in* Malheiros, J. (org.), *Imigração brasileira em Portugal*, Coleção Comunidades, 1, pp. 87-111. Lisboa, Observatório da Imigração, ACIDI.
- PEIXOTO, J. (2002), “Os mercados da imigração. Modos de incorporação laboral e problemas de regulação dos imigrantes estrangeiros em Portugal”, *Cadernos Sociedade e Trabalho*, nº 2, pp. 57-68.
- PEIXOTO, J. (2001), “Migration and policies in the European Union: highly skilled mobility, free movement of labour and recognition of diplomas”, *International Migration*, 39 (1), pp. 33-61.
- PEREIRA, S. (2013), “Replacement migration and changing preferences: immigrant workers in cleaning and domestic service in Portugal”, *Journal of Ethnic and Migration Studies*, 37 (7), pp. 1141-1158.
- PEREIRA, S. (2012), “Immigrant workers’ (im)mobilities and their re-emigration strategies”, *Employee Relations: Special issue: Employment Relations, Migration and Geographical Mobility*, Vol. 34: 6, pp.642-657.
- PEREIRA, S. (2010), *Trabalhadores de origem africana em Portugal. Impacto das novas vagas de imigração*. Lisboa, Edições Colibri.
- PEREIRA, S. (2008), “Trabalhadores imigrantes de origem africana: precariedade laboral e estratégias de mobilidade geográfica”, *Revista Migrações*, abril, 2, pp. 47-71.

PEREIRA BASTOS, S.; PEREIRA BASTOS, J. (2005), “‘Our colonisers were better than yours’: identity debates in greater London, *Journal of Ethnic and Migration Studies*, 31(1), pp. 79-98.

PERISTA, H.; CARRILHO, P. (2015), *Portugal: Precariousness, unemployment and emigration among scientific researchers*. EurWork: European Observatory of Working Life/ Eurofound.

PESTANA, M. H.; GAGEIRO, J. N. (2014), *Análise de dados para ciências sociais. A complementaridade do SPSS, 6ª edição*. Lisboa, Edições Sílabo.

PIMENTA, S. (2014), *A agricultura da região Alentejo nos últimos 25 anos e perspectivas no quadro da PAC pós 2013*. Universidade de Évora, dissertação de mestrado em Zootecnia. <http://hdl.handle.net/10174/11990>.

PINHO, F. (2007), “A imprensa na construção do processo migratório: a constituição de Portugal como destino plausível da emigração brasileira”, in Malheiros, J. (org.), *Imigração brasileira em Portugal, Coleção Comunidades*, 1, pp. 59-86. Lisboa, Observatório da Imigração, ACIDI.

PIORE, M. J. (2008), *Birds of passage. Migrant labor and industrial societies*, 1ª edição 1979. Cambridge, Cambridge University Press.

PONZO, I.; FINOTELLI, C.; MALHEIROS, J.; FONSECA, M.L.; SALIS, E. (2015), Is the economic crisis in Southern Europe turning into a migrant integration crisis? *Politiche Sociali / Social policies*, 1, pp. 57-85.

PORTELA, J. et al., (1993), “Agricultores e agriculturas: que futuros? Memória para um debate urgente”, in *Dois contributos para um livro branco sobre a agricultura e o meio rural*. Lisboa, Ministério da Agricultura, pp. 110-313.

PORTES, A. (1999), *Migrações internacionais: origens, tipos e modos de incorporação*. Oeiras, Celta Editora.

REIS, J. (2014), “Apresentação”, in Reis, J. (coord.) et al., *A economia política do retrocesso. Crise, causas e objetivos*, pp. 9-19. Coimbra, Edições Almedina e Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra.

REIS, J.; SANTOS PEREIRA, T.; TOLDA, J.; SERRA, N. (2010), *Imigrantes em Portugal. Economia, pessoas, qualificações e territórios*. Coimbra, Edições Almedina e Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra.

REIS, J.; RODRIGUES, J.; SANTOS, A.; TELES, N. (2014), “Compreender a crise: a economia portuguesa num quadro europeu desfavorável”, in Reis, J. (coord.) et al., *A economia política do retrocesso. Crise, causas e objetivos*, pp. 21-85. Coimbra, Almedina e Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra.

RODRIGUES, F. (2012), “Portugal country report”, in Urso, G. e Schuster, A. (eds.), *Migration, employment and labour market integration policies in the European Union (2011)*, pp. 245-254. Brussels, IOM.

RODRIGUES, F. (2011), “Portugal country report”, in Platonova, A. e Urso, G. (eds.), *Migration, employment and labour market integration policies in the European Union (2010)*, pp. 257-268. Brussels, IOM.

RODRIGUES, F. (2010), “Portugal country report”, in Platonova, A. e Urso, G. (eds.), *Migration, employment and labour market integration policies in the European Union (2000-2009)*, pp. 245-255. Brussels, IOM.

SAMERS, M. (2014), “How to understand the incorporation of immigrants in European labour markets”, in Martiniello, M., e Rath, J. (eds.). *An introduction to immigration studies: European perspectives*. Amsterdam: University of Amsterdam Press.

SCHINDLER, M.; BERGER, H. (2014), “Jobs and growth: supporting the European recovery”, in Schindler, M.; Berger, H.; Bakker, B. e Spilimbergo, A. (eds.), *Jobs and growth: supporting the European recovery*, pp. 1-9. Washington, D.C., International Monetary Fund.

SHARMA, S.; HOPKINS, P. (2013), *Spiritual wellbeing and young people's resilience in times of austerity*. Race, Religion and Migration Working Paper Series.

SOLIMANO, A. (2010), *International migration in the age of crisis and globalization. Historical and recent experiences*. New York, Cambridge University Press.

SEF (2015), *Relatório de imigração, fronteiras e asilo 2014*. Barcarena, Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, Gabinete de Estudos, Planeamento e Formação..

SEF (2014), *Relatório de imigração, fronteiras e asilo 2013*. Barcarena, Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, Gabinete de Estudos, Planeamento e Formação.

TOLENTINO, A.; ROCHA, C.; TOLENTINO, N. (2008), *A importância e o impacto das remessas dos imigrantes em Portugal no desenvolvimento de Cabo Verde*, Coleção OI, 27. Lisboa, Observatório da Imigração, ACIDI..

TRUPIER, M. (1990), *L'immigration dans la classe ouvrière en France*. Paris, CIEMI-L'Harmattan.

VALADAS, C.; GÓIS, P.; MARQUES, J. C. (2014), *Quando o trabalho desaparece: imigrantes em situação de desemprego em Portugal*, Coleção OI, 55. Lisboa, Observatório da Imigração, ACM.

VEREA, M.; LEVINE, E. (2014), "A brief overview of some impacts of the recent economic crisis on international migration", in Levin, E. e Vereá, M. (eds) *Impacts of the recent economic crisis (2008-2009) on international migration*, pp. 51-76. Cidade do México, UNAM, pp. 51-76.

VARELA, J. (2007), *A agricultura portuguesa na PAC. Balanço de duas décadas de integração 1986-2006*. Coimbra: Almedina.

VENN, D. (2009), "Legislation, collective bargaining and enforcement: Updating the OECD employment protection indicators". Paris, OECD Publishing (disponível em <http://www.oecd.org/employment/emp/43116624.pdf>)

WILLIAMS, A.; KING, R.; WARNES, T.; PATTERSON, G. (2000), "Tourism and international retirement migration: New forms of an old relationship in Southern Europe", *Tourism Geographies: An International Journal of Tourism Space, Place and Environment*, 2 (1), pp. 28-49.

WILLIAMS, A.; KING, R.; WARNES, T. (1997), "A place in the sun: international retirement migration from Northern to Southern Europe", *European Urban and Regional Studies*, April, 4, pp. 115-134.

<http://ladroesdebicicletas.blogspot.pt/2014/09/camuflar-o-desemprego-i.html>.

ANEXOS

ANEXO I.

NQUÉRITO “O IMPACTO DA CRISE ECONÓMICA NAS CONDIÇÕES DE VIDA E NAS DINÂMICAS DE INSERÇÃO LABORAL DOS IMIGRANTES EM PORTUGAL”

O projeto CRISIMI está a decorrer no Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa e debruça-se sobre as tendências recentes da imigração e o impacto da crise económica sobre a inserção laboral e as condições de vida dos trabalhadores estrangeiros em Portugal, procurando conhecer as respostas e os recursos por eles usados para atravessar este período. Este questionário está a ser realizado nas regiões de Lisboa, Alentejo e Algarve a pessoas estrangeiras, maiores de 18 anos, a viver em Portugal e que não tenham nenhuma das nacionalidades da União Europeia. O questionário é anónimo e o seu preenchimento demora cerca de 15 minutos. Os resultados do questionário vão ser disponibilizados em: <http://crisimi-ceg.weebly.com> Se quiser contactar-nos pode fazê-lo através do e-mail crisimi.ceg@gmail.com

1. Tem nacionalidade portuguesa? Sim ___ Não ___ Não responde ___
2. Tem outra nacionalidade da União Europeia? Sim ___ Não ___ Não responde ___
3. Tem 18 ou mais anos? Sim ___ Não ___
4. Sexo: Feminino ___ Masculino ___ Outro ___ Não responde ___
5. Em que ano nasceu? _____
6. Qual a sua língua materna?

<input type="checkbox"/>	Português
<input type="checkbox"/>	Crioulo guineense
<input type="checkbox"/>	Crioulo cabo-verdiano
<input type="checkbox"/>	Russo
<input type="checkbox"/>	Ucraniano
<input type="checkbox"/>	Língua romena
<input type="checkbox"/>	Mandarim
<input type="checkbox"/>	Hindi
<input type="checkbox"/>	Inglês
<input type="checkbox"/>	Tailandês
<input type="checkbox"/>	Nepalês
<input type="checkbox"/>	Árabe
<input type="checkbox"/>	Outra. Se é outra língua, qual é? _____
<input type="checkbox"/>	Não responde

7. Como avalia a sua fluência na língua portuguesa?

	Muito boa	Boa	Consigo compreender alguma coisa	Com muita dificuldade	Não responde
Oral	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Escrita	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

8. Em que país nasceu? _____

5.1. Indique-nos, por favor, a região, estado ou província onde nasceu. _____

9. Qual é a sua nacionalidade? (Indique-nos o país) _____

10. Qual o nível de escolaridade que obteve no seu país de origem? (escolha apenas uma opção)

- Não sabe ler nem escrever
- Sem educação formal ou menos do que o ensino primário completo
- Ensino primário completo (correspondendo a cerca de 6 anos de escolaridade)
- Ensino secundário inferior completo (idade entre 14 e 16 anos)
- Ensino secundário superior completo (18 anos)
- Ensino vocacional pós-secundário (curso técnico profissionalizante, completou pelo menos um ano)
- Licenciatura/ Graduação (completou pelo menos um ano)
- Licenciatura / Graduação (completa)
- Ensino pós-graduado (completou pelo menos um ano/ mestrado, pós-graduação, doutoramento)
- Não responde

7.1. Se é outro, qual é? _____

11. Qual é o seu estado civil?

- Casado(a) / União de facto
- Solteiro(a)
- Divorciado(a) / Separado(a) de facto
- Viúvo(a)
- Não responde

12. Se é casado ou vive em união de facto, qual é a nacionalidade do seu cônjuge? (Indique-nos o país) _____

13. Se é casado ou vive em união de facto, o seu cônjuge vive consigo? Sim ___ Não ___ Não responde ___

10.1. Se não vive consigo, onde reside atualmente? (Indique-nos o país) _____

14. Tem filhos? Sim ___ Não ___ Não responde ___

11.1. Se sim, vivem consigo?

- Sim, todos
- Não, nenhum vive
- Alguns não vivem
- Não responde

11.2. Se não ou se alguns não vivem, em que país(es) vivem? _____

12. Em que ano veio viver pela primeira vez para Portugal, por mais de 3 meses? _____

13. Antes já tinha vivido noutro país? (Desde que seja um país diferente do país de nascimento)

- Sim
- Não
- Não responde

13.1. Se sim, em qual/ quais? (Indique-nos até um máximo de 3 países onde já viveu) _____

14. Qual foi o seu 1º local de residência em Portugal? (Indique-nos o concelho) _____

15. Qual é o seu local de residência atual? (Indique-nos o concelho) _____

16. Porque é que deixou o seu país de origem? (escolha apenas uma opção por linha)

	Discordo totalmente	Discordo parcialmente	Concordo	Concordo bastante	Concordo totalmente	Não responde
Opressão política						
Violência e criminalidade						
Fatores relacionados com o ambiente social ou cultural						
Dificuldades familiares						
Por não ter trabalho						
Por ter um rendimento baixo/ irregular						
Não havia condições para tratamentos de saúde						
Falta de opções e ou baixa qualidade do ensino						

16.1. Se é outra razão, qual é? _____

17. O que é que o atraiu na possibilidade de viver no estrangeiro? (escolha apenas uma opção por linha)

	Discordo totalmente	Discordo parcialmente	Concordo	Concordo bastante	Concordo totalmente	Não responde
Ter melhores condições para progredir no emprego						
Ter melhor salário						
Ter melhores condições de atendimento ao nível da saúde						
Ter acesso a uma educação melhor						
Ter mais apoio social						
Ter melhor qualidade de vida						
Estar mais próximo(a) da família que já estava no estrangeiro						
Experimentar a cultura e a vida de outro país						

17.1. Se é outra razão, qual é? _____

18. Qual a razão porque escolheu Portugal como país de residência? (escolha apenas uma opção por linha)

	Discordo totalmente	Discordo parcialmente	Concordo	Concordo bastante	Concordo totalmente	Não responde
Tinha conhecimento da língua/ proximidade cultural						
Tinha ascendência / família portuguesa						
Tinha facilidade de entrada no país						
Queria estudar em Portugal						
Beneficiei de bolsa em Portugal						

Beneficiei de intercâmbio escolar						
Queria aprender uma língua						
Queria juntar-me à família e/ou amigos que já cá estavam						
Queria constituir família (casar-se, p.e.)						
Queria acompanhar familiares						
Queria utilizar o sistema de saúde português / abrigo de acordo de saúde						
Tive conhecimento de oportunidades de emprego em Portugal						

18.1. Se é outra razão, qual é? _____

19. Neste momento, está a viver ou a residir num alojamento que é?

- Casa própria comprada
- Casa própria construída por si ou pela sua família
- Casa alugada
- Casa da Câmara
- Casa de amigos
- Casa emprestada
- Casa ocupada
- Casa dos patrões
- Alojamento na obra
- Na loja / restaurante
- Quarto alugado em casa partilhada
- Garagem
- Armazém
- Outro
- Não responde

19.1. Se é outro, qual é? _____

20. No bairro onde vivo..... (escolha apenas uma opção por linha)

	Discordo totalmente	Discordo parcialmente	Concordo	Concordo bastante	Concordo totalmente	Não responde
Tenho tudo o que necessito para o meu dia-a-dia (supermercado, farmácia, escola...)						
Tenho acesso fácil por transporte público a outras zonas da cidade						
Desloco-me facilmente para o local de trabalho/entrevistas de emprego/centro de emprego						
A limpeza das ruas e a recolha do lixo funcionam bem						
O ambiente é seguro						
Há jardins, parques infantis e outros espaços públicos						
Despesas com a família no país de origem						

21. Depois de chegar a Portugal, durante o primeiro ano... (Nesta questão, estudar inclui qualquer nível de ensino, com ou sem bolsa) (escolha apenas uma opção por linha)

- Comecei a trabalhar na primeira semana depois de chegar
- Demorei mais de uma semana, mas menos de 1 mês, até começar a trabalhar
- Demorei mais de 1 mês, mas menos de 6 meses, até começar a trabalhar
- Demorei entre 6 meses e um ano até começar a trabalhar
- Não trabalhei, porque demorei mais de 1 ano até encontrar trabalho
- Não trabalhei porque só estudava
- Não trabalhei por outros
- Não responde

22. Desde essa altura, diria que... (Consideramos aqui trabalho formal ou informal remunerado, incluindo pós-doutoramentos e outros trabalhos em projetos de investigação. Não se consideram, as situações de formação em mestrados e doutoramentos (mesmo que seja com bolsa); (escolha apenas uma opção por linha)

- Tenho trabalhado sempre
- Tenho trabalhado a maior parte do tempo, com alguns períodos sem trabalho

- Vou alternando períodos de trabalho com outros sem trabalho
- Tenho estado sem trabalhar a maior parte do tempo
- Nunca trabalhei
- Não responde

23. Desde que veio para Portugal já passou algum tempo a trabalhar noutros países?

- Sim, uma vez
- Sim, várias vezes
- Nunca
- Não responde

24. Os períodos em que não esteve a trabalhar devem-se a... (Escolha até 3 razões)

- Dificuldades em encontrar trabalho
- As propostas de trabalho que encontro não oferecem boas condições salariais
- Estar a estudar
- Estar a cuidar da família
- Motivos de saúde
- Outros
- Não responde

24.1. Se sim, em que países? (Indique-nos até um máximo de 3 países onde já trabalhou. Se não, passe diretamente para a pergunta 26.) _____

24.2. Se sim, que ocupações teve? (Indique-nos até um máximo de 5 ocupações diferentes)

24.3. Se sim, quanto tempo esteve noutros países? (Indique-nos o total do tempo (número de meses) que esteve fora)

24.5. Se sim, qual foi o máximo período de tempo seguido que esteve fora? (Indique-nos o número de meses)

24.6. Se sim, qual foi o mínimo período de tempo seguido que esteve fora? (Indique-nos o número de meses)

25. Como avalia a experiência de trabalhar fora? (escolha apenas uma opção por linha)

	Discordo totalmente	Discordo parcialmente	Concordo	Concordo bastante	Concordo totalmente	Não responde
Os salários são melhores do que em Portugal						

As condições de trabalho são melhores do que em Portugal						
Globalmente, é melhor trabalhar noutros países do que em Portugal						

26. Atualmente, qual é a sua situação?

(Nesta questão, considera-se estudante aquele que está a frequentar algum nível de ensino)

- Tenho um trabalho por conta de outrem
- Tenho mais de um trabalho por conta de outrem
- Sou trabalhador por conta própria
- Sou empregador (tenho uma empresa com outros empregados)
- Trabalho numa empresa/negócio familiar sem remuneração
- Não trabalho (estudante, doméstica(o), reformada(o))
- Não responde

26.1. Se tem mais que um trabalho, quantos tem? (Se só tem um trabalho, passe diretamente para a questão 27. Se não tem trabalho, passe diretamente para a questão 26.8) _____

26.2. Se tem mais que um trabalho, indique, por favor, as ocupações principais: (Indique-nos até um máximo de 3 ocupações) _____

26.3. Se tem mais que um trabalho, indique, por favor, a cidade/ o concelho onde desenvolve estas ocupações: (Indique-nos até um máximo de 3 locais) _____

26.4. Se tem mais que um trabalho, indique, por favor, que tipo de contrato tem (Indique-nos até um máximo de 3 tipos de contrato) _____

- Contrato sem termo
- Contrato a prazo
- Recibos verdes
- Empresa própria / Sócio-Gerente
- Outro caso
- Não responde

26.5. Se tem mais que um trabalho, indique, por favor, o horário (Indique-nos até um máximo de 3 horários)

- A tempo completo - horário fixo
- A tempo completo - horário por turnos
- A tempo parcial - horário fixo
- A tempo parcial - horário por turnos
- Não responde

26.6. Se tem mais do que um trabalho, há algum desses trabalhos que o ocupe mais tempo do que os restantes? (por favor, especifique) _____

26.7. Se tem mais do que um trabalho, no conjunto, quantas horas trabalha habitualmente por dia? _____

26.8. Se tem estado sem trabalhar, não trabalha porque:
(escolha apenas uma opção)

- Estou desempregado
- À procura do primeiro emprego
- Estudante
- Doméstico(a)
- Reformado(a) / Aposentado(a)
- Incapacitado(a) permanente para o trabalho
- Outro caso
- Não responde

26.8.1. Se está desempregado ou é reformado(a) / aposentado(a), qual foi o seu último trabalho / ocupação?

26.8.2. Se está desempregado, há quanto tempo teve o último trabalho? (Após responder a esta questão, salte diretamente para a questão 32)

- Há menos de 1 mês
- Há mais de 1 mês mas menos de 6 meses
- Há mais de 6 meses mas menos de 1 ano
- Há mais de 1 ano e menos de 5 anos
- Há mais de 5 anos
- Não responde

26.8.3. Se está à procura do primeiro emprego, há quanto tempo o faz? (Após responder a esta questão, salte diretamente para a questão 32)

- Há menos de 1 mês
- Há mais de 1 mês mas menos de 6 meses
- Há mais de 6 meses mas menos de 1 ano
- Há mais de 1 ano e menos de 2 anos
- Há mais de 2 anos
- Não responde

27. E a sua ocupação é... _____

28. Onde trabalha? (Indique-nos a cidade e/ou concelho) _____

29. O seu trabalho é...

- Permanente (contrato sem termo)
- Temporário (contrato a prazo)
- A recibos verdes
- Empresa própria / Sócio-Gerente
- Outro caso
- Não responde

29.1. Se é outro caso, qual é? _____

30. E esse trabalho é:

- A tempo completo - horário fixo
- A tempo completo - horário por turnos
- A tempo parcial - horário fixo
- A tempo parcial - horário por turnos

31. Quantas horas trabalha, habitualmente, por dia? _____

32. Desde que chegou a Portugal, obteve mais algum grau de ensino? Sim ____ Não ____ Não responde ____

32.1. Se sim, qual foi? _____

33. Fez algum outro curso?

- Não
- Formação profissional
- Português
- Inglês
- Outros idiomas
- Informática
- Não responde

33.1. Se fez, considera que foram estes cursos foram úteis para conseguir trabalho ou trabalhos melhores?

Discordo totalmente	Discordo parcialmente	Concordo	Concordo bastante	Concordo totalmente	Não responde
<input type="checkbox"/>					

34. Globalmente, qual o valor mensal do seu rendimento?

- Não tenho
- Menos que o ordenado mínimo (505€)
- O ordenado mínimo

- Entre o ordenado mínimo e 1000€
- Entre 1001€ e 1500€
- Entre 1501€ e 2000€
- Mais de 2001€
- Não responde

35. Hoje em dia, qual é a sua principal fonte de rendimento?

- Salário de trabalho dependente
- Rendimento da minha empresa
- Rendimento de trabalho a recibos verdes
- Bolsa de Estudo
- Pensão / reforma
- Subsídio de desemprego
- Subsídio por acidente de trabalho ou doença profissional
- Rendimento Social de Inserção
- Abono de Família dos meus filhos
- Outro subsídio temporário (doença, maternidade, ...)
- Rendimento de propriedades
- Apoio social
- A cargo da família
- Biscates
- Outra situação
- Não responde

36. De que outros recursos se socorre para fazer face às despesas? (Indique-nos os 3 recursos mais importantes)

- Recursos individuais (nomeadamente poupanças)
- Ajuda de familiares em território nacional
- Ajuda de familiares no país de origem
- Ajuda de familiares noutros países
- Apoio dos vizinhos e amigos
- Subsídios, ajuda alimentar, roupas, livros para os filhos, etc.
- Deixar de comprar determinados bens ou serviços
- Recorrer a produtos em 2ª mão
- A informalidade nas atividades profissionais (fazer biscates, trabalho não declarado)
- Ter uma horta
- Não responde

37. Quais são as suas principais despesas mensais? Indique-nos as suas despesas mensais tendo em conta que 1 é "não gasto nada" e 5 é "gasto muito" (escolha apenas uma opção por linha)

	1	2	3	4	5	Não resp.
Habituação (aluguer, prestação)						
Despesas com água, eletricidade, gás e outros combustíveis						
Comunicações (telemóvel, internet, telefone fixo)						
Transportes						
Educação						
Educação dos filhos						
Produtos alimentares e bebidas não alcoólicos						
Saúde						
Vestuário e calçado						
Dívidas						
Despesas com a família no país de origem						

38. Como avalia a sua situação profissional hoje face à que tinha no primeiro ano depois de ter chegado? (escolha apenas uma opção por linha)

	Discordo totalmente	Discordo parcialmente	Concordo	Concordo bastante	Concordo totalmente	Não responde
Mudei de atividade profissional para melhor						
Mudei de atividade profissional para pior						
Aumentei o meu rendimento mensal						
Reduzi o meu rendimento mensal						
Tenho estado mais vezes sem trabalho						
Tem sido mais fácil encontrar trabalho						
Tenho de acumular mais trabalhos para fazer face às despesas						

39. Se teve problemas com o seu trabalho ou com a regularização de documentação, alguma vez recorreu à ajuda de...

	Nunca	Poucas vezes	Várias vezes	Muitas vezes	Sempre	Não responde
Associações/ Organizações não Governamentais diversas (AMI, Médicos do Mundo, Cruz Vermelha, por exemplo)						
Associações de Imigrantes (Casa do Brasil ou Associação Cabo-verdiana, por exemplo)						
Sindicatos						
ACIDI/CLAIS (Alto Comissariado para as Migrações; Centros Locais de Apoio à Integração de Imigrantes)						
Autoridade para as Condições do Trabalho						

40. Alguém da sua família está a trabalhar no estrangeiro? Sim ___ Não ___ Não responde ___

40.1. Se sim, quem? _____

40.2. Se sim, onde? (Indique-nos a cidade e/ou o país) _____

41. Já pensou ir trabalhar para o estrangeiro? Sim ___ Não ___ Não responde ___

41.1. Se sim, já fez alguma coisa para o conseguir? Sim ___ Não ___ Não responde ___

42. Em Portugal, tem algum visto ou autorização de residência válido? Sim ___ Não ___ Não responde ___

42.1 Se não, alguma vez teve? Sim ___ Não ___ Não responde ___

42.2. Se tem ou já teve, quando foi a primeira vez que teve? (Indique-nos o ano) _____

Se tem ou já teve, quando foi a primeira vez que teve? (Indique-nos o ano) _____

43. Já tentou obter nacionalidade portuguesa? Sim ___ Não ___ Não responde ___

44. Está melhor hoje do que quando chegou a Portugal?

Discordo totalmente

Discordo parcialmente

Concordo

Concordo bastante

Concordo totalmente

Não responde

45. Está melhor hoje do que acha que estaria se tivesse ficado no seu país de origem?

Discordo
totalmente

Discordo
parcialmente

Concordo

Concordo
bastante

Concordo
totalmente

Não responde

Muito obrigada pela sua colaboração!

Se tiver algum comentário adicional a fazer, pode deixá-lo em baixo: _____

ANEXO II.

ENTREVISTAS REALIZADAS

Informantes privilegiados: Alexandre Abreu, Investigador, Universidade de Lisboa; João Peixoto Investigador, Universidade de Lisboa; Pedro Góis, Investigador, Universidade de Coimbra

Associações: Alberto Matos, SOLIM - Delegação de Beja - Membro da direção; Eugénia Quaresma, Obra Católica para as Migrações; Fernando Ka, Associação Guineense de Solidariedade Social - Aguiñenso, Presidente; Gustavo Behr, Casa do Brasil - Presidente; Isália Cruz, Associação de Horticultores do Sudoeste Alentejano (AHSA), Odemira, Assistente Executiva; Mahomed Abed, Comunidade Islâmica de Lisboa; Mário de Carvalho, Associação Cabo-verdiana, Presidente; Patrícia Brederode, Casa do Brasil - Gabinete de Inserção Profissional; Paulo Mendes, Associação dos Imigrantes nos Açores, Presidente / Gestor de Projetos; Pavlo Sadokha, Associação Ucraniana, Presidente; Rana Udin, Portugal-Bangladesh Friendship Association, Presidente; Sanda Ciorba, Doina - Algarve, Membro da Direção; Telma Guerreiro, TAIPA, Odemira, Presidente; Tânia Guerreiro, TAIPA, Odemira, Técnica da Organização Cooperativa e do CLAIL; Valentina Vassilenko, Casa da Ucrânia, Presidente.

Sindicatos: Catarina Tavares, UGT; Manuel Correia, CGTP.

Empresas: Mónica Rosendo, Sudoberry, Diretora dos Recursos Humanos; Pedro Jesus, Vitacress, Diretor dos Recursos Humanos; Vasco Costa, DRISCOLL's, Diretor dos Recursos Humanos.

Autarquias: Deolinda Seno Luís, Câmara Municipal de Odemira, Vereadora; Sandra Vaz, Câmara Municipal de Loulé, Chefe de Divisão de Intervenção Social e Voluntariado.

ANEXO III.

GUIÕES DA ENTREVISTA AOS PERITOS E INFORMANTES PRIVILEGIADOS

1. Que reformas laborais foram feitas e de que resultam as principais reformas laborais aplicadas aos trabalhadores em Portugal?
2. Na sua opinião, a crise é um fator determinante para a implementação destas medidas?

3. Quais são os impactos sobre os trabalhadores, nacionais por um lado, e estrangeiros por outro, que considera mais relevantes?
4. Que consequências tiveram, ao nível do trabalho, as medidas aplicadas pelo Memorando de Entendimento?
5. De que forma considera que o desemprego incide sobre os trabalhadores, nacionais e estrangeiros, em Portugal?
6. Sabe-se que as taxas de desemprego oficiais têm vindo a diminuir (em 2012 Portugal era o 3º país da UE, depois da Espanha e da Grécia, com a maior taxa de desemprego: 15,9% em 2013, subiu para 17,8%, sendo que em novembro de 2014 era 13,9%, após um ciclo de 20 meses de recuos. Que considerações faz sobre estes números?
7. Quais lhe parecem ter sido as estratégias que os trabalhadores, nacionais e estrangeiros, têm adotado para fazer face ao desemprego e à fragilidade da sua posição no mercado de trabalho?
8. Sobre a situação dos imigrantes que trabalham ou trabalharam em Portugal sabe-se pouco. Contudo, o último relatório da OCDE refere que saíram do país cerca de 50 mil imigrantes nos últimos 4 anos (2010-2014), o que representa 10% dos imigrantes. O que nos dizem estes números?

ANEXO IV.

ENTREVISTA ÀS ASSOCIAÇÕES DE IMIGRANTES

1. Como evoluiu o número de imigrantes em Portugal desde o começo a crise (2008)? E na(s) comunidade(s) com quem a associação trabalha (referir a/as comunidade/s que trabalham com a associação)? Que explicação encontra para esta mudança ao nível do país e da(s) comunidade(s) ?
2. Que impacto considera existir sobre a inserção laboral dos imigrantes, quer ao nível do país, como entre a(s) comunidade(s) com quem a associação trabalha?
3. Que impacto considera existir sobre as condições de vida dos imigrantes, quer ao nível do país, como entre a(s) comunidade(s) com quem a associação trabalha?
4. Pelo conhecimento que tem das comunidades imigradas, como estão os imigrantes e as respetivas famílias a responder para atravessar este período? Que recursos estão os imigrantes a mobilizar e que estratégias estão a adotar?
5. Tem-se deparado com pedidos de ajuda económica e social na sua associação? Se sim, por parte de imigrantes apenas ou também de cidadãos portugueses?
6. De que modo consegue a associação fazer face a estas solicitações?

ANEXO V.

ENTREVISTA ÀS EMPRESAS HORTIFRUTÍCOLAS DO CONCELHO DE ODEMIRA

PARTE I

- A que se dedica a empresa (nome da empresa)?
- Quantos trabalhadores têm? Quantos são homens e quantos são mulheres e que ocupações têm?
- Quantos são portugueses e quantos são estrangeiros? Tem havido alteração destas proporções ao longo dos anos?
- Se tem trabalhadores estrangeiros, de que nacionalidades são? Já trabalham com a empresa há muito tempo? Que

ocupações têm estes trabalhadores? Há distinção de ocupação entre trabalhadores estrangeiros e portugueses? E entre homens e mulheres? Têm-se registado alterações nas ocupações dos trabalhadores ao longo dos anos?

- Como recrutam os vossos trabalhadores portugueses e estrangeiros (individualmente, através de empresa de trabalho temporário, em Portugal, no país de origem – no caso dos trabalhadores estrangeiros, através de um agente, etc.)? Têm dificuldades de recrutamento? Quais são as ocupações com mais necessidade de trabalhadores? Que critérios utilizam na seleção dos trabalhadores?
- Qual é o perfil genérico (idade, escolaridade, estado civil, etc.) dos vossos trabalhadores portugueses e estrangeiros?
- Que tipo de vínculo contratual tem a empresa com os trabalhadores portugueses e estrangeiros (permanente – contrato sem termo, temporário – contrato a prazo, recibos verdes, sazonal, subcontrato, etc.)?
- E esse trabalho é a tempo completo – horário fixo, tempo completo – horário por turnos, tempo parcial – horário fixo e/ou tempo parcial – horário por turnos? E que tipo de modelo salarial têm os trabalhadores? Em média qual é o salário?
- A empresa dá algum tipo de formação aos trabalhadores? E como se realiza a progressão na carreira (se existir)?
- Que estatuto legal (visto ou autorização de residência) têm os trabalhadores estrangeiros? Há alguém na empresa que preste assessoria ou se ocupa deste tema?
- De que modo avalia a fluência da língua portuguesa dos trabalhadores (muito boa, boa, conseguem compreender e/ou têm muita dificuldade)? O relacionamento com os trabalhadores portugueses e estrangeiros é idêntico? Como se adapta a comunicação e a organização do trabalho aos trabalhadores estrangeiros?
- Onde (freguesia/concelho) residem os vossos trabalhadores (portugueses e estrangeiros)? A empresa tem alojamento próprio para os trabalhadores estrangeiros?
- Os trabalhadores portugueses e estrangeiros são sindicalizados? Como se processa a gestão de conflitos, quando eles existem? Há alguma diferença entre as situações que se colocam aos trabalhadores portugueses e aos trabalhadores estrangeiros?
- A empresa passou por dificuldades com a crise? Nesse contexto teve necessidade de fazer despedimentos (coletivos ou individuais)? Se sim, como foram geridos?

PARTE II

- Foram aplicadas diversas reformas laborais aos trabalhadores portugueses que tiveram consequências ao nível da flexibilização do mercado de trabalho, do aumento da precariedade, do aumento do número de horas de trabalho ou do aumento do tempo de trabalho necessário para aceder a benefícios sociais como o subsídio de desemprego. Quais são as que considera mais relevantes por afetarem a vida laboral e pessoal dos trabalhadores? Porquê?
- Quais são os impactos destas reformas sobre os trabalhadores, nacionais e estrangeiros, que considera mais relevantes?
- De que modo estas reformas afetaram a empresa?

ANEXO VI.

ENTREVISTA ÀS CÂMARAS MUNICIPAIS

CARACTERIZAÇÃO DA COMUNIDADE IMIGRANTE NO CONCELHO

- Como tem evoluído o número de imigrantes no concelho?
- Quais são as principais nacionalidades representadas no concelho? Em que freguesia(s) residem mais cidadãos estrangeiros?
- A crise económica que se faz sentir mudou em algum aspeto o número de cidadãos estrangeiros a residir no concelho?
- Vê alguma alteração provocada pela atual crise? Como é que os cidadãos estrangeiros resistem perante a crise?

EMPRESAS

- Sabemos que há diferentes empresas no concelho que contratam cidadãos estrangeiros. Que tipo de empresas são estas?
- Como surgiu este(s) tipo(s) de negócio(s) no concelho? Quem são os principais (nacionalidades) proprietários do solo? A autarquia atribui algum tipo de incentivo? Há fundos comunitários associados ao desenvolvimento destas empresas?
- De que nacionalidades são os seus trabalhadores? Que tipo de ocupações têm? Como é feito o recrutamento?
- Qual é o vínculo contratual (permanente – contrato sem termo, temporário – contrato a prazo, recibos verdes, sazonal, subcontrato, etc.)?
- Qual é o horário (horário fixo, tempo completo – horário por turnos, tempo parcial – horário fixo e/ou tempo parcial – horário por turnos)?
- Qual é o tipo de modelo salarial?
- Qual é o estatuto legal destes trabalhadores? E como são as condições de alojamento?

INTEGRAÇÃO DA COMUNIDADE IMIGRANTE NO CONCELHO

- Os cidadãos estrangeiros têm boa fluência do português?
- A autarquia, ou outra organização, tem programas para aprendizagem do português? A autarquia tem algum plano de integração dos cidadãos estrangeiros?
- De que modo vê o processo de integração dos cidadãos estrangeiros na comunidade?



Observatório
das Migrações



Acompanhe-nos e subscreva a *newsletter* do
Observatório das Migrações em www.om.acm.gov.pt

Investigação com o apoio do Fundo Europeu para Integração de Nacionais de Países Terceiros (FEINPT)



FUNDO EUROPEU
PARA A INTEGRAÇÃO
DE NACIONAIS DE
PAÍSES TERCEIROS



GOVERNO DE
PORTUGAL



ACM

ALTO COMISSARIADO PARA AS MIGRAÇÕES